



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

# REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

*Publicação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade  
Federal Rural de Pernambuco*

CIÊNCIAS SOCIAIS  
UFRPE



Ano IX, volume I, número 16 – Jan – jun, 2020

ISSN: 2446-6662 – Versão Eletrônica | ISSN: 2316-977X – Versão Impressa



# REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

Publicação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural  
de Pernambuco

ISSN: 2446-6662 – Versão Eletrônica  
ISSN: 2316-977X – Versão Impressa

Ano IX, volume I, número 16 – Jan – Jun, 2020.



## UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

### INDEXADORES

A Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE está indexada as seguintes bases:

**Sumários de Revistas Brasileiras** ([Sumários.org](http://Sumarios.org))

**Latindex** (<http://www.latindex.unam.mx/index.html>)

**Periódicos Capes** ([www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br))

**Diadorin** (<https://diadorim.ibict.br/>)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

C122 Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE / Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. Ano IX, v. I, n. 16 (jan../jun. 2020). – Recife: EDUFRPE, 2020. 147 p.: il.

ISSN 2446-6662

1. Ciências Sociais – Periódicos I. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Sociais II.

CDD 300



## UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

**Reitor:**

Professor Dr. Marcelo Brito Carneiro Leão

**Vice-reitor:**

Professor Dr. Gabriel Rivas de Melo

**Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG**

Professora Dra. Maria do Socorro de Lima Oliveira

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG**

Professora Maria Madalena Pessoa Guerra

**Pró-Reitoria de Atividades de Extensão – PRAE**

Professora Dr. Ana Virgínia Marinho

**Pró-Reitoria de Administração – PROAD**

Professor Dr. Mozart Alexandre Melo de Oliveira

**Pró-Reitoria de Gestão Estudantil – Progest**

Professor Dr. Severino Mendes de Azevedo Júnior

**Pró-Reitoria de Planejamento – Proplan**

Carolina Guimarães Raposo

**Departamento de Ciências Sociais (DECISO)**

**Diretora** Professora Dr<sup>a</sup> Andrea Lorena Butto Zarzar

### REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS COMISSÃO EDITORIAL

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

Dr<sup>a</sup> Andrea Lorena Butto Zarzar – UFRPE

Dr Roberto Mauro Cortez Motta – UFPE

Dra Renata Menasche – UFRGS

Dr<sup>a</sup> Ellen Fensterseifer Woortmann – UNB

Dr<sup>a</sup> Madian de Jesus Frazão Pereira - UFMA

### EDITOR

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

### Diagramação

Luana Oliveira Magalhães

## SUMÁRIO

EDITORIAL.....	06
<b>ENTREVISTA</b>	
ENTREVISTA: CONFLITOS AMBIENTAIS E JUSTIÇA AMBIENTAL Andréa Luisa Zhouri Laschefski.....	08
<b>ARTIGOS</b>	
A RELAÇÃO ENTRE GERAÇÃO GLOBAL E RELIGIÃO: O CASO DA LIDERANÇA NA <i>SEICHO-NO-IE</i> DO JAPÃO Gustavo Martins do Carmo Miranda.....	19
MODERNIZAÇÃO, INCORPORAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO RURAL – O CASO CHINÊS PÓS 1978 Mariana Delgado Barbieri Lisandra Zago.....	41
ANTROPOLOGIA EM TEMPOS INCERTOS: VIVER NO ANTROPOCENO Fernando Firmo Luciano.....	61
O VELÓRIO DA MINHA MÃE EM UMA ETNOGRAFIA DE EMOÇÕES: REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE MORTE E AFETOS Whodson Silva.....	84
OS EFEITOS DO ISOLAMENTO SOCIAL SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO CRIME EM MACEIÓ (AL): UMA ANÁLISE PRELIMINAR Fillipi Lúcio Nascimento.....	101
ANÁLISE DA PRECARIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO Tarcísio Augusto Alves da Silva Gilberto Romeiro de Souza Júnior.....	126
ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE.....	146



## EDITORIAL

O presente número de nossa revista está sendo publicado sob um cenário extremamente diferenciado. As estratégias de enfrentamento da pandemia do Covid-19, com o isolamento e distanciamento, impuseram desafios para todos e todas que realizam investigação em muitos campos de conhecimento. Certamente, as ciências sociais se vêem afetadas em seu campo de trabalho que requer muita interação social no processo de pesquisa.

Iniciamos essa edição com artigos sobre temas abertos com uma entrevista da professora Andréa Zhouri, da UFMG, discorrendo sobre o tema dos conflitos ambientais e justiça ambiental no contexto brasileiro.

Os artigos seguintes tratam de temas sobre as sociedades orientais japonesa e chinesa, respectivamente. O primeiro procura estabelecer uma relação entre geração global e religião liderança na *seicho-no-ie* do Japão. Já o segundo, discute a modernização, incorporação e sobrevivência da população rural – o caso chinês pós 1978.

O terceiro texto, a partir de uma perspectiva antropológica, discute a primazia que demos a uma única espécie na história das ciências sociais, os humanos, para justificar ideais de progresso e/ou desenvolvimento. Continuando no campo de estudo da antropologia o quarto texto realiza uma descrição etnográfica de um complexo ritual fúnebre em que morte e afeto são processos estão relacionados a um ente querido.

O quinto texto é uma referência ao atual contexto da pandemia e reflete sobre os efeitos do isolamento social na configuração do crime na cidade de Maceió (AL). Por fim, o último trabalho discorre sobre a precarização do trabalho

no Instituto Federais de Pernambuco, aprofundado aspectos da intensificação do trabalho docente.

Esperamos que a 16ª edição de nossa revista possa contribuir para a formação e conhecimentos dos leitores e leitoras da Revista Cadernos de Ciências sociais da UFRPE nesse momento tão delicado d história humana.



## CONFLITOS AMBIENTAIS E JUSTIÇA AMBIENTAL

No presente número da Revista Cadernos de Ciências da UFRPE convidamos a professora Andréa Zhouri, pesquisadora com ampla experiência no debate sobre conflitos ambiental e justiça ambiental. Suas reflexões nos permitem compreender a importância do lugar das Ciências Sociais no debate sobre desenvolvimento no Brasil.

### Entrevista com professora Andréa Zhouri

*A professora Andréa Luisa Zhouri Laschefski está vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais, onde atual é professora titular. Sua formação passa pela graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1984), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1992) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Essex, Inglaterra (1998). Atua em ensino, pesquisa e extensão abordando os temas dos Conflitos Socioambientais, Justiça Ambiental, Grandes projetos como mineração e hidrelétricas, Organizações Não-Governamentais, Ecologia Política. Tem organizado publicados vários trabalhos sobre o tema conflitos ambientais no Brasil.*



**RCCS - Professora, a senhora é uma das referências, no Brasil, quando se trata do tema conflitos ambientais e justiça ambiental. Haveria um marco situacional para pensar esses dois conceitos na realidade brasileira?**

Durante a última década do século XX, o tema do desenvolvimento sustentável dominou a agenda ambientalista assim como a pesquisa acadêmica no campo ambiental. Uma certa sociologia plasmada aos debates sustentados no



âmbito da ONU fazia crer na existência de um consenso em torno das questões socioambientais. A pretensa harmonia entre mercado, Estado e sociedade civil forjava iniciativas ancoradas no paradigma da modernização ecológica, cujo tripé constitutivo é marcado pela crença de que os problemas ambientais são solucionáveis por meio de alternativas tecnológicas, no âmbito do mercado e com base no consenso político. Instrumentos como licenciamento ambiental, certificação florestal, planos de manejo para Unidades de Conservação, entre outros, incluíam a premissa da participação social e consolidavam essa perspectiva conciliadora. No entanto, embora a eficiência tecnológica e os modelos participativos de gestão sugiram avanços necessários para a luta ambiental, eles se mostraram insuficientes para a reversão do quadro de degradação continuada do meio ambiente e o aumento da desigualdade social que lhe é associada. De fato, a realidade dos conflitos nas florestas, no campo, nas zonas costeiras e cidades continuou a crescer na medida em que diferentes sujeitos sociais se organizavam para lutar por seus direitos, esses claramente ameaçados pelos diferentes programas de desenvolvimento implementados entre o final dos anos 90 e o primeiro decanato de 2000 (respectivamente Avança Brasil, PAC I e PAC II). Lutas sociais passaram a se reconhecer e criar pontes com as pautas e instâncias ambientais, de forma que conflitos sociais foram se ambientalizando. Então, um debate crítico e a construção de uma pauta política focada na justiça ambiental começa a ganhar visibilidade. Tratava-se de denunciar a desigualdade envolvida tanto no que se refere à apropriação dos chamados recursos naturais como no processo de destinação do ônus do desenvolvimento, geralmente endereçado às camadas mais pobres da sociedade e grupos territorialmente organizados. Dimensões de classe, raça e



gênero mostraram-se relevantes para as reflexões ambientais centradas na justiça ambiental. Na consolidação desse processo, algumas iniciativas foram significativas, a exemplo do surgimento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental em 2001. Uma rede envolvendo movimentos sociais e ambientalistas, ONGs, pesquisadores e defensores dos direitos humanos. Também a Plataforma DHESCA Brasil (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), as diferentes experiências de cartografia dos conflitos, como o Mapa dos Conflitos Ambientais do Rio de Janeiro (2004), o Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (2007) e o Mapa envolvendo a Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2010), além do blog Combate ao Racismo Ambiental, criado em 2009.

**RCCS - Passada a fase neodesenvolvimentista e a vivência atual de um Estado em que pouco, ou nada, tem investido em grandes obras, poderíamos afirmar que existem hoje menos situações em que possamos discutir as problemáticas da injustiça ambiental?**

Pelo contrário. Os conflitos e o nível de violência a eles associados aumentaram significativamente nos últimos anos. No plano da economia, o Brasil vem enfrentando um processo de desindustrialização em prol de uma reprimarização econômica, o que faz do país um mero exportador de *commodities* na arena internacional. Investimentos no agronegócio e na mineração de larga escala tem representado uma ameaça às florestas, aos rios e ao mar o que coincide, inevitavelmente, com ataques aos territórios indígenas e de comunidades tradicionais. Novas fronteiras econômicas abertas no Cerrado, na Amazônia e na Mata Atlântica representam “zonas de sacrifício” para populações indígenas e quilombolas, comunidades rurais e pesqueiras. Da mesma forma, movimentações



do mercado de minério de ferro também implicam em pressões sobre as regiões historicamente vinculadas à exploração minerária, tais como o Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais, com efeitos que nos legam os maiores desastres sócio-técnicos da América Latina, a exemplo dos desastres da Samarco no Rio Doce e da Vale em Brumadinho. Em todas essas situações estamos diante de conflitos ambientais territoriais com alto nível de injustiça ambiental, uma vez que implicam na desterritorialização forçada de grupos sociais já vulnerabilizados pelo processo histórico de formação da nação brasileira. Nas cidades, a especulação imobiliária persiste enquanto milhares de pessoas lutam para ter a cidade como direito (moradia, transporte, infraestrutura). Se a desregulação ambiental, ocorrida por meio da flexibilização do licenciamento e de outras normativas ambientais, foi estratégia adotada pelo neodesenvolvimentismo em um processo de violência lenta, no contexto atual temos uma violência crua que ataca explicitamente os direitos indígenas, o meio ambiente e a ciência, promovendo o desmanche de instituições criadas ou redefinidas pelo Estado brasileiro a partir da Constituição de 1988. O abismo entre ricos e pobres se aprofunda na mesma medida em que a violência brutal é normatizada contra a população empurrada para as margens da sociedade no campo e na cidade. Mata-se mais negros, pobres e índios hoje do que no passado recente, conforme apontam os relatórios da CPT sobre conflitos no campo nos últimos três anos, o relatório do CIMI sobre violência contra povos indígenas, baseado em dados de 2018, o Atlas da Violência 2019 publicado pelo IPEA, entre outros.

**RCCS - Qual o caso mais emblemático de injustiça ambiental no Brasil? Qual principal aprendizagem podemos tirar dele?**

Temos um país de dimensões continentais, detentor de uma mega sociobiodiversidade distribuída por diferentes regiões e ecossistemas. Além



dessa diversidade, sustentamos uma das maiores desigualdades sociais do planeta. Desigualdades essas que podem ser traduzidas, em sua maioria, em desigualdades ambientais. Se observamos nas cidades o déficit sanitário, encontramos ali um enorme foco de injustiça ambiental. O país, que ainda figura como uma das dez maiores economias do mundo, não trata a água e o esgoto da maior parcela da sua população. Em relação aos grandes projetos de infraestrutura, a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, é emblemática de uma lógica injusta de apropriação territorial. Além de promover o deslocamento forçado da população ribeirinha, ela destinou o ônus do empreendimento à população que vive a jusante, não plenamente reconhecida como população atingida, uma vez que medidas de mitigação e de monitoramento não conseguem recompor as condições de vida que existiam anteriormente à construção da barragem. Essa é uma obra faraônica, que representou altos custos financeiros, técnicos, sociais e políticos para gerar um volume energético incerto ao longo do ano. No campo da mineração não é diferente. Tenho acompanhado a luta dos moradores e moradoras atingidas pelo empreendimento Minas-Rio no médio espinhaço mineiro. Além da mina propriamente dita, o mineroduto com 529 km de extensão prejudica diferentes grupos sociais ao longo do estado de Minas até o Porto de Açu, no Rio de Janeiro. A luta pelo reconhecimento das afetações é árdua e envolve várias denúncias de violação de direitos humanos. No caso do desastre da Samarco, no Rio Doce, mais de quatro anos se passaram e moradores que perderam suas casas e vilas ainda vivem uma “vida imposta”, nas palavras de um atingido, uma vida temporária à espera das reparações. Os casos abundam nessa imensidão do Brasil. A observação das recorrências nos permite traçar padrões institucionais e políticos que constituem aprendizados em diferentes escalas e níveis. As repetições colocam em evidência a participação ativa do Estado na perpetuação das desigualdades socioambientais. A realidade desnuda



a falácia do mito desenvolvimentista e desvela o engodo das chamadas vocações florestal, minerária e agroindustrial para o país. O modelo econômico vigente é gerador de riqueza para uma minoria enquanto engendra perdas ambientais com muita pobreza para a sociedade de modo geral. Os municípios de Parauepebas e Altamira, no Pará, Itabira (já quase no processo de desativação da mina após 70 anos de exploração), Conceição do Mato Dentro, Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, estão longe de sustentar padrões desenvolvidos de vida. A observação desse fato, por si só, deveria ser suficiente para a construção de um aprendizado objetivo a promover mudanças em direção a outras alternativas econômicas.

**RCCS - No campo ou na cidade? Onde estão situados os principais problemas relacionados a injustiça ambiental no Brasil?**

Creio ter respondido parte desta questão anteriormente. No entanto, há uma especificidade do campo que merece sinalização. É no campo, e também nas florestas, que testemunhamos os conflitos mais brutais no que diz respeito a aniquilação de modos diferenciados de ser, fazer e viver. Refiro-me aos grupos etnicamente distintos e àqueles cuja existência compreende uma territorialidade específica, permanentemente assaltada pelo modo de vida dependente da produção capitalista do espaço. É em nome do chamado progresso (industrial) e desenvolvimento (urbano) que mineradoras avançam sobre territórios indígenas e de comunidades tradicionais. É em nome de um futuro abstrato (tecnológico) que camponeses são representados como grupos atrasados, passíveis de serem varridos do mapa por hidrelétricas e outros projetos. Desta forma, diferenças de vida que coexistem no presente, em variados espaços, e representam a nossa rica sociobiodiversidade, são interessadamente compreendidas como diferenças de estágios (evolutivos) no tempo a justificar a promessa do porvir, “o



desenvolvimento”. Eis aí um componente cultural etnocêntrico relevante a produzir ordens de justificativa subjacentes aos conflitos ambientais no campo e nas florestas.

**RCSS - A ideia de desenvolvimento sustentável tem sido, ainda, muito difundida como uma resposta aos problemas ambientais presentes no atual estágio civilizatório. Entretanto, há muitas críticas ao uso do conceito e sua aplicabilidade. Como a discussão, em torno da justiça ambiental, procura situar essa problemática?**

A ideia de desenvolvimento sustentável surge no debate internacional como uma resposta do capitalismo às críticas ambientalistas. Ela deposita fé no crescimento econômico como forma de eliminar a pobreza e acrescenta a essa fórmula a perspectiva da preservação ambiental, basicamente por meio do emprego de novas tecnologias. Como dito, trata-se de uma perspectiva ancorada no paradigma da modernização ecológica, uma espécie de ambientalização do capitalismo, porém a partir dos seus próprios termos. Para muitos autores no campo interdisciplinar da Ecologia Política, desenvolvimento sustentável contém uma contradição em si, uma vez que a desigualdade socioambiental se mostra inerente ao crescimento econômico. Este último tende, de fato, a aumentar a deterioração ambiental e a desigualdade, promovendo, assim, a injustiça ambiental. Evidentemente, ao longo das últimas décadas houve um avanço no campo das novas tecnologias de produção. Determinados produtos são atualmente fabricados com a utilização de menos matéria e energia por unidade. Quer dizer, um televisor, um carro, uma geladeira são objetos produzidos com maior eficiência tecnológica e energética do que seus similares duas décadas atrás. Contudo, a obsolescência planejada tem encurtado a vida útil de cada produto, enquanto o volume total da produção e do consumo aumentou consideravelmente. Uma família de classe média hoje ostenta um automóvel para



cada membro adulto, algo impensável algumas décadas atrás. No mesmo sentido, não obstante quatro décadas de debates sobre sustentabilidade, assistimos a uma precarização cada vez maior do trabalho, com aumento da informalidade ocupacional, exploração ampliada e intensificada da natureza, aceleração das mudanças climáticas, enfim, uma deterioração da vida em diferentes dimensões e sem precedentes, talvez sem retorno, o que leva alguns a identificarem esse contexto como a era do antropoceno. De todo modo, o debate sobre desenvolvimento sustentável estaria limitado a uma especulação sobre meios em detrimento de uma discussão sobre fins. No campo energético, por exemplo, esse debate gira em torno de opções tecnológicas alternativas para a continuidade da geração de energia. Desta forma, ao invés de grandes barragens, defende-se a construção de pequenas usinas e alternativas como eólica, solar e biomassa. Contudo, pouco se discute sobre a finalidade dessas alternativas. Essas substituições tecnológicas dentro de uma mesma lógica econômica acumulativa surtiria o efeito desejado na perspectiva da sustentabilidade? Afinal, a energia é produzida para que e para quem? O mesmo raciocínio poderia ser dirigido a outras áreas da exploração econômica, como a mineração. Estamos vivendo uma pandemia com recomendações de isolamento social. Enquanto muitos setores da economia pararam, a mineração foi decretada atividade essencial e suas operações continuam. Caberia indagar sobre o destino da maior parte do minério a sustentar a continuidade dessa atividade mesmo no contexto de grande crise. Da mesma forma, para que e para quem é destinada a maior parte da soja que destrói o Cerrado e a Floresta Amazônica? Essas seriam algumas das perguntas básicas orientadas pelo princípio da justiça ambiental.



## **RCCS - Quais os desafios estão postos as ciências sociais no debate sobre conflitos ambientais e justiça ambiental?**

Na medida em que o debate ambiental assume componentes críticos, deslocando-se de uma abordagem universalizante, ao mesmo tempo tecnicista e objetificante, para o campo dos conflitos ambientais, a contribuição das Ciências Sociais se torna ainda mais relevante. Porque se desprende de uma perspectiva que considera a natureza como um palco inerte por sobre o qual a humanidade existe, ou seja, uma interpretação do meio ambiente como mero substrato da sociedade, para considerar as complexas relações que envolvem diferentes grupos sociais entre si e os ambientes. Trata-se de problematizar epistemologias a-históricas, que atribuem ao ser humano em geral a responsabilidade pela degradação do planeta como um todo, tal como na máxima: “o homem destrói a natureza”. Ora, nem todos os humanos destroem a natureza da mesma forma e com a mesma intensidade. Então, pensar os conflitos ambientais implica considerar, entre outras, a forma como a sociedade brasileira se constrói no entrelaçamento das dimensões de classe, raça e gênero, três variáveis centrais das análises que constituem boa parte das Ciências Sociais, e que são chave para compreendermos as injustiças ambientais no nosso país. Uma sociedade de passado escravocrata, etnicamente diferenciada, que se colocou na história como provedora de bens primários – meio ambiente – para a economia mundial à custa de uma enorme exploração humana e ambiental. Nesse sentido, imprescindível considerar quem se apropria do meio ambiente, em detrimento de quais grupos e para qual finalidade. Igualmente necessário assentarmos as análises em processos observados empiricamente, nas dinâmicas do social, mas atentando também para as diferentes escalas de poder que incidem sobre dada localidade. Pensar na existência de perdas ambientais em escala planetária, mas que se materializam primeiro no cotidiano dos grupos mais vulnerabilizados pelos



processos históricos de formação do Brasil: indígenas, quilombolas, população negra, trabalhadores e trabalhadoras. Para além da incorporação das dimensões de classe, raça e gênero nas análises ambientais, outra ordem de desafios remete a deslocamentos epistêmicos. Esses podem se configurar como diálogos interdisciplinares, mas também como aberturas para formas de conhecimento extra-disciplinares, por meio da escuta sistemática e aprendizados oferecidos pelos conhecimentos produzidos por grupos não-acadêmicos, como as populações tradicionais. De toda forma, trata-se de desafiar e relativizar as abordagens eurocêntricas, forjadas em outros contextos, a partir de relações sociais e experiências do mundo alheias às especificidades brasileiras e latino-americanas. Obviamente, não se trata de negar o conhecimento crítico produzido na Europa e nos Estados Unidos, mas interrogá-lo desde uma perspectiva situada, calçada na nossa história e na observação sistemática e interpelação dos fenômenos sociais da nossa realidade.

**RCCS - Poderia citar dois livros relevantes para aqueles(as) que desejam iniciar a leitura sobre o tema conflitos e justiça ambiental?**

Já existe um acúmulo relevante em torno desta temática no Brasil, o que dificulta a eleição de apenas dois títulos significativos. De todo modo, um dos marcos para esse debate é *O Ecologismo dos Pobres*, de Joan Martinez Alier, um clássico da Ecologia Política publicado originalmente em 2002, com edição brasileira em 2007. No Brasil, destaco duas coletâneas que expressam uma diversidade de experiências e reflexões em diferentes campos e contextos da nossa sociedade: *Conflitos Ambientais no Brasil*, organizado por Henri Acelrad, que traz um capítulo teórico assinado pelo autor; e *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*, organizado por mim e por Klemens Laschefski a partir do seminário nacional realizado em 2008, na UFMG. No plano internacional, vale conferir o livro *The International Handbook of Political Ecology*, um compêndio organizado



por Raymond Bryant em 2015, contendo 47 capítulos assinados por autores de diferentes países e continentes.

Belo Horizonte, abril de 2020.



## A RELAÇÃO ENTRE GERAÇÃO GLOBAL E RELIGIÃO: O CASO DA LIDERANÇA NA SEICHO-NO-IE DO JAPÃO<sup>1</sup>

*Gustavo Martins do Carmo Miranda*

Doutorando

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG.

E-mail: [gustavmcm@gmail.com](mailto:gustavmcm@gmail.com)

### RESUMO

Este trabalho procurou analisar a trajetória da liderança na *Seicho-No-Ie* – Novo Movimento Religioso Japonês. Através de uma literatura centrada nas gerações globais, este artigo foi traçado o processo de construção, atuação e transformação da *Seicho-No-Ie*. Como conclusão, observou-se que esta religião – fundada por Masaharu Taniguchi no período da formação do Estado-nação nipônico – é movida por encaixes e desencaixes típicos da globalização.

**Palavras-chave:** Gerações Globais; *Seicho-No-Ie*; Masaharu Taniguchi; Globalização; Novo Movimento Religioso Japonês.

### THE RELATIONSHIP BETWEEN GLOBAL GENERATION AND RELIGION: THE CASE OF LEADERSHIP IN SEICHO-NO-IE IN JAPAN

#### ABSTRACT

This work sought to analyze the trajectory of leadership in *Seicho-No-Ie* - New Japanese Religious Movement. Through a literature centered on global generations, the process of building, acting and transforming *Seicho-No-Ie* was outlined. In conclusion, it was observed that this religion - founded by Masaharu Taniguchi in the period of the formation of the Japanese nation-state - is moved by fits and dislocations typical of globalization.

**Keywords:** Global Generations; *Seicho-No-Ie*; Masaharu Taniguchi; Globalization; New Japanese Religious Movement.

#### Introdução

Na sociologia, as discussões sobre gerações não são recentes. Todavia,

---

<sup>1</sup> O artigo é fruto de um trabalho revisado apresentado no XIX Congresso Brasileiro de Sociologia. O artigo só foi possível de ser concluído graças ao financiamento da CAPES.



alcançaram proporções notáveis – a partir da metade do século XX – através dos seguintes fatores: 1) estudos em torno dos *Baby Boomers*<sup>2</sup>; 2) pesquisas destinadas à compreensão da Geração X<sup>3</sup>; e 3) análises dos chamados *Milleninals* ou *Net Generation*<sup>4</sup> (DRUMHELLER, 2015; FLORY; MILLER, 2008; POSSAMAI, 2009).

Além destes estudos, a relação entre religião e geração vem adquirindo cada vez mais espaço na sociologia. Alguns exemplos dão conta deste cenário: enquanto o grupo de indivíduos pertencentes à Geração X defende uma liberdade de crença – contestando principalmente o vínculo institucional dos *Baby Bommers* com a religião –, os *Milleninals* são favoráveis ao retorno de valores tradicionais da fé (DRUMHELLER, 2015; POSSAMAI; TURNER, 2015).

Muitos mais do que uma relação fechada entre religião e geração, o exemplo anteriormente citado traz outro elemento importante: a dinâmica da sociedade diante do processo de globalização. A globalização é heterogênea e complexa. Heterogênea porque atua na dimensão política, cultural e econômica. E complexa pelo fato de operar de maneira contraditória ou antagônica (GIDDENS, 1991).

Fatores como imigração, intercâmbio de estudos e estabelecimentos de colônias em outras localidades no mundo, contribuem para o processo de transmissão geracional das crenças e valores religiosos em um mundo cada vez mais globalizado (KIM; MIN, 2005). O fluxo globalizante propicia o encontro constante entre religiões ocidentais e orientais.

---

<sup>2</sup>Expressão surgida nos Estados Unidos no contexto pós-segunda guerra – engloba o conjunto de indivíduos nascidos entre 1946-1964. Compreende também o período de retorno do crescimento econômico e aumento da taxa de natalidade (DRUMHELLER, 2015).

<sup>3</sup>Geração formada pelos filhos dos *Baby Bommers*. No contexto da crise econômica, buscavam o aumento dos direitos civis (DRUMHELLER, 2015).

<sup>4</sup>Geração nascida após 1982. Apegada ao uso de redes sociais e aparelhos digitais. Estudos recentes apontam que tal grupo geracional tende a valorizar formas tradicionais de regras e normas (DRUMHELLER, 2015; POSSAMAI, 2009).



No Japão, estudos envolvendo geração, globalização e religião começaram a ganhar notoriedade nos últimos anos. Um exemplo destes trabalhos diz respeito ao aparecimento de novas religiosidades contemporâneas, a partir de ações das recentes gerações nipônicas. Estas utilizam elementos da cultura popular global e local (INOUE, 2014), para desenvolveram as chamadas “religiões hiper-realistas” (POSSAMAI; TURNER, 2015)<sup>5</sup>.

Apesar deste esforço, ainda são escassos os trabalhos que discutem a relação entre globalização, geração e os chamados Novos Movimentos Religiosos Japoneses. Atualmente, os estudos centrados nestes novos movimentos focam basicamente na globalização como um todo (CLARKE, 2000; DESSI, 2011; SILVEIRA, 2016).

Os Novos Movimentos Religiosos Japoneses são fruto do processo peculiar da formação do Estado-nação do Japão – que, dentre outras coisas, promoveu uma abertura mais acentuada com o Ocidente, extinguiu o sistema feudal e ao mesmo tempo manteve uma estrutura tradicional e patriarcal centrada na figura do imperador.

Atualmente, os Novos Movimentos Religiosos Japoneses possuem características complexas e heterogêneas. Não abandonaram por completo a tradição nipônica e muito menos deixaram de se adaptar ao moderno. Isto é justamente fruto do legado de seus fundadores. Afinal de contas, eles pertencem ao contexto histórico da formação do Estado-nação do Japão, ou seja, fazem parte de uma geração que vivenciou tal acontecimento. Tsunesaburo Makiguchi (1871-1944) e Miki Tokuharu (1871-1938), por exemplo, fundaram respectivamente a *Soka Gakkai* e a *Perfect Liberty Kyodan*.

Entender atualmente estas religiões passa também pela necessidade de

---

<sup>5</sup>São religiões como: Jediismo (dos filmes de Star Wars), Matrixismo (da trilogia Matrix) e a Igreja de Satã (das ficções de terror de H. P. Lovecraft) (POSSAMAI; TURNER, 2015).



acompanhar a trajetória de uma geração que conheceu de perto o gatilho inicial que, posteriormente, contribui para o processo mais robusto da globalização no Japão. Como bem lembra Giddens (1991), um pintor de retratos transmitiu – em meados do século XIX – a primeira mensagem por telégrafo elétrico. Este evento certamente deu início a uma nova fase vivenciada no mundo.

Pensando nisto, este artigo analisa a trajetória da liderança da Nova Religião Japonesa chamada *Seicho-No-Ie* – Lar do Progedir Infinito – fundada por Masaharu Taniguchi (1893-1985). Na primeira parte, é efetuada uma revisão dos estudos geracionais clássicos até chegar às abordagens atuais centradas na globalização. No segundo momento, é feita uma análise do processo da formação do Estado-nação do Japão e sua relação com o surgimento das novas religiosidades. Por último, realiza-se um foco centrado na *Seicho-No-Ie* – apresentando o contexto do seu nascimento, o papel de sua liderança, os impactos das gerações familiares em sua organização e os desafios atuais desta religião em um Japão cada vez mais globalizado.

Levando em consideração uma abordagem focada na perspectiva do observador científico que investiga as gerações (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2007), o método aqui empregado busca entender o processo de formação e desenvolvimento da liderança da *Seicho-No-Ie* mediante a ideia de modernidade globalizada. Busca-se ampliar uma concepção das gerações – limitada ao âmbito nacional de fronteiras geograficamente delimitadas, influenciadas, sobretudo, pelos escritos de Karl Mannheim –, para dar voz às gerações globais de caráter transnacional (EDMUNDS; TURNER; 2002).

Neste sentido procura-se mostrar como a globalização interfere nas gerações – do ponto de vista local e global – proporcionando o surgimento de novas situações, pretensões, vínculos, conflitos e valores. Tudo isto leva – conseqüentemente – à expansão de modos de vivências transnacionais (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2007).



Como fonte de pesquisa, será efetuada uma revisão bibliográfica de artigos, livros, teses e dissertações sobre a temática em questão.

## 2. O avanço dos estudos geracionais: do nacional ao global

Karl Mannheim contribuiu para a inserção da temática geracional na sociologia (BRISTOW, 2016). Buscou, antes de tudo, argumentar que uma das tarefas principais dos sociólogos consistia na revisão crítica dos estudos sobre gerações desenvolvidos até então. De acordo com o autor, o problema geracional devia ser apresentado em duas etapas: 1) compreender a situação do problema; e 2) procurar uma solução para seus possíveis entraves (MANNHEIM, 1952).

Através de sua revisão crítica, Mannheim se deparou com duas correntes teóricas que discutiam a temática geracional através do aspecto temporal: 1) positivista; e 2) histórico-romântica. A primeira, representada por autores como Comte, abordava o aspecto quantitativo do desenvolvimento humano. Inspirados no princípio iluminista do progresso, o conceito de tempo era compreendido como algo mecânico e externo. Neste sentido, havia uma espécie de lei geral e biológica do ritmo histórico que permeava a duração da vida em sociedade (MANNHEIM, 1952).

A segunda corrente – representada por autores como Dilthey – sustentava a noção de tempo interior não mensurável e desprovido de unilateralidade. Poderia ser compreendido como algo particular, isto é, vivenciado por cada um. Por isso a noção de “unidade geracional” (MANNHEIM, 1952)<sup>6</sup>.

Segundo Mannheim, ambas as correntes careciam de alguns fatores teóricos fundamentais – como, por exemplo, uma unidade de análise mais consistente sobre o problema das gerações. Neste caso, era fundamental a

---

<sup>6</sup>Termo empregado por Dilthey. Através desta concepção, as gerações deixariam de serem medidas por horas, meses e anos (MANNHEIM, 1952).

sociologia – especialmente a formal e histórica<sup>7</sup> – entrar em cena para preencher esta lacuna deixada pelos estudos anteriores (MANNHEIM, 1952).

A sociologia formal – através da compressão das forças causais que fundamentam o processo social das gerações – proporcionaria uma visão mais acentuada do entendimento dos fenômenos elementares das gerações. Já a sociologia histórica auxiliaria na compreensão aplicada do ordenamento – ao longo do tempo – dos componentes dinâmicos geracionais (MANNHEIM, 1952).

Com o suporte da sociologia formal e histórica, Mannheim concluiu que as gerações seriam um fenômeno histórico-social formado por grupos de pessoas inseridas em uma mesma circunstância<sup>8</sup> – como a localização geográfica e as faixas etárias (BRISTOW, 2016).

O fenômeno das gerações globais ganhou projeção desde a década de 60 do século XX impulsionado por dois elementos: 1) político; e 2) econômico. Em relação ao primeiro, podemos argumentar que “[...] a Campanha para o Desarmamento Nuclear, o movimento anti-Apartheid e os eventos de 1968, foram um aspecto importante da consciência política da geração do pós-guerra.” (EDMUNDS; TURNER, 2005, p. 563, tradução nossa). Já ao segundo, serve como exemplo “[...] a geração dos anos 60 que acabou guiando a disseminação do consumismo de massa, ilustrada de maneira veemente pelo McDonald’s.” (EDMUNDS; TURNER, 2005, p. 566, tradução nossa). Daí que os estudos geracionais passaram a privilegiar os fluxos e redes globais de caráter transnacional (EDMUNDS; TURNER, 2005).

Na contemporaneidade, os teóricos costumam utilizar a expressão

---

<sup>7</sup>Cabe ressaltar que Mannheim teve contato com as ideias de Simmel. Este último desenvolveu em seus trabalhos alguns pontos relacionados à sociologia histórica e formal (VANDENBERGHE, 2005).

<sup>8</sup>Os jovens prussianos que viviam em 1800 não compartilhavam uma “posição geracional” (*die Generationslagerung*) semelhante aos jovens chineses do mesmo período (MANNHEIM, 1952).



“constelações<sup>9</sup> geracionais globais” (BECK; BECK-GERNSHEIM; 2009). Esta concepção possibilita, por exemplo, compreender as mudanças geracionais entre os jovens em nível transnacional. O deslocamento de um país para o outro – para trabalhar ou mesmo estudar – constrói novos vínculos, mas não necessariamente cessa o contato com o lugar de origem. O local e o global não deixam de interagir em virtude das múltiplas conexões possíveis. Daí o constante diálogo entre as diferentes gerações presentes na sociedade. “[...] a geração global está certamente globalizada, mas ao mesmo tempo está marcada por profundos contrastes e linhas divisórias.” (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2009, p. 15, tradução nossa).

No universo religioso, o processo heterogêneo do fluxo geracional global também é cada vez mais visível – mediante o intenso contato entre Ocidente e Oriente. Atualmente na Turquia, as mulheres mais jovens estudam não apenas o Alcorão, mas também autores como Foucault e Habermas (EDMUNDS; TURNER, 2005). Nos Estados Unidos, imigrantes sul-coreanos estão erguendo igrejas com bases evangélicas estadunidenses e também funcionários da Coreia (KIM: MIN, 2005). Além disto, não podemos esquecer a expansão da Diáspora Islâmica, e conseqüentemente, do florescimento de uma geração antiglobal – representada, por exemplo, através de grupos religiosos radicais que utilizam os fluxos modernos de comunicação para a disseminação de seus ideais (EDMUNDS; TURNER, 2005).

### **3. Entre a tradição e a novidade: a formação do Estado-nação no Japão**

O marco histórico da formação do Estado-Nação japonês teve início através da Restauração Meiji (1868-1912). Foi a partir deste período que o país

---

<sup>9</sup>Este termo foi utilizado por Mannheim. Segundo o autor, foi originado da astrologia e referia-se a combinações de fatores em um momento dado. Todavia, o termo extrapolou os limites astrológicos, passando a ser utilizado na chamada interpretação do mundo (*Weltanschauung*) (MANNHEIM, 1967).



vivenciou seu processo de industrialização. “Meiji significa modernidade e unidade nacional.” (ORTIZ, 2000, p. 50).

Através da Restauração Meiji, a antiga Dinastia Tokugawa (1603-1867) foi extinta. Esta – de cunho feudal e com aproximadamente 80% da população vivendo no campo – foi inaugurada por Tokugawa Ieyasu e durou cerca de trezentos anos (ALBUQUERQUE, 1999; ORTIZ, 2000). Durante este período, havia uma política de restrição comercial em decorrência dos fechamentos dos portos – que perdurou entre os anos de 1639-1850.

Em virtude da reabertura dos portos inaugurado no período da restauração, o Japão acelerou seu próximo de consolidação enquanto Estado-nação. Um dos fatores para a este processo foi a aproximação com o Ocidente. Isto foi visível em vários setores da sociedade, tais como: 1) transporte; 2) núcleos burocráticos do governo; 3) ensino de inspiração franco-republicana; 4) movimento em prol de direitos civis; e 5) valores e costumes (DESSI, 2013; ORTIZ, 2000).

Outro componente responsável pelo desenvolvimento do Estado-nação japonês foi a valorização do passado nipônico – em decorrência das críticas em torno da perpetuação da cultura ocidental no país. Daí que a Restauração Meiji não significou uma ruptura completa. “Meiji abre possibilidades para que as lembranças do passado venham a eclodir.” (ORTIZ, 2000, p. 53).

A partir de 1880, algumas ações desencadearam-se no intuito de valorizar o sentimento de pertencimento nacional. A mais emblemática delas foi a afirmação da figura do Imperador Meiji enquanto elemento central de poder. “A nova autoridade, moderna e industrializante, encontra sua justificativa no pretérito.” (ORTIZ, 2000, p. 52).

Este duplo processo pode ser explicado por uma espécie de polarização entre dois elementos: 1) corpo; e 2) alma. O primeiro refere-se à parte externa ou material da sociedade – representa, por exemplo, as inovações técnicas. Já o



segundo engloba a manutenção da “cultura autêntica”<sup>10</sup> nipônica – simbolizada por um nativismo conhecido como *kokugaku* (DESSI, 2011; ORTIZ, 2000).

Nas primeiras imigrações dos japoneses para o Brasil no início do século XX, esta polarização ficou evidenciada da seguinte forma: uma baixa parcela dos imigrantes da primeira geração tornaram-se de fato cidadãos brasileiros. O restante, além de se opor à miscigenação, mantinha certa aversão à visão de mundo praticada no nosso país (CLARKE, 2008).

Na maioria destas imigrações, os pais trouxeram somente o filho do meio – ou então o mais novo. Já o primogênito permanecia no Japão. Ademais, a estadia no solo brasileiro tinha um prazo de validade estabelecida mediante um acordo econômico (SHOJI; USARSKI, 2017).

### 3.1 O Xintoísmo de Estado e os Novos Movimentos Religiosos Japoneses

No Japão, a valorização da figura do Imperador Meiji possui relação com o chamado Xintoísmo (*Kami no Michi* ou “Caminhos dos Deuses”). O Xintoísmo significa um conjunto de práticas religiosas autóctones do Japão – geralmente cultuadas em santuários e surgidas antes do século V (SILVEIRA, 2016).

A partir do século VI, ocorreram mudanças no cenário religioso japonês – principalmente em virtude da inserção do Budismo<sup>11</sup>. “O Dharma, isto é, a doutrina budista, apareceu no Japão em virtude do contato cultural com a China através da Península da Coreia e interessou inicialmente aos estratos mais privilegiados da sociedade e ao Estado.” (SILVEIRA, 2016, p. 66) Em decorrência disto, iniciou-se uma influência significativa da cultura chinesa no país – as práticas budistas imiscuíram-se com as xintoístas. Ademais, a Dinastia

<sup>10</sup>Expressão influenciada pelas leituras que os intelectuais japoneses fizeram do romantismo germânico – onde *Kultur* representa “cultura autêntica” (ORTIZ, 2000).

<sup>11</sup>Confucionismo e Taoísmo também se desenvolveram no Japão (DINIZ, 2006).



Tokugawa oficializou o Budismo como religião oficial do território nipônico (DINIZ, 2006)<sup>12</sup>.

Durante o período da restauração, foi instaurado o chamado Xintoísmo de Estado. Neste período, as práticas xintoístas tornaram-se oficiais no Japão – amparadas em preceitos jurídicos contidos na Constituição de Meiji (DINIZ, 2005). O imperador assumiu seus poderes governamentais alicerçados através da herança de uma dinastia ininterrupta e divina. Tal divindade era conhecida como a Deusa Solar Amaterasu Omikami (SILVEIRA, 2016). O Japão teve três gerações de imperadores – que governaram por mais de um século. Foram eles: Meiji (1868-1912), Taisho (1912-1926) e Showa (1926-1989).

Paralelamente ao desenvolvimento do Xintoísmo de Estado, as Novas Religiões Japonesas floresceram na primeira metade do século XIX. Elas surgiram distinguindo-se das religiões historicamente estabelecidas no país - como o Budismo e Xintoísmo (ALBUQUERQUE, 1999). Daí que o grupo geracional de fundadores destas novas religiões conseguiu reorganizar as bases tradicionais da fé, através das novas demandas e contingências surgidas a partir da restauração (SILVEIRA, 2016).

Estes novos movimentos religiosos<sup>13</sup> na medida em que fixaram-se na sociedade nipônica, cada vez mais urbana, adquiriram algumas características: 1) sincretismo – oriundo do Budismo, Confucionismo, Cristianismo, Xintoísmo e do pensamento ocidental moderno; 2) secularismo organizacional – a diferença entre líderes e adeptos, se resume somente ao grau de hierarquia religiosa; 3)

---

<sup>12</sup>A centralidade do Budismo era muito notória. Alguns pontos merecem destaque: 1) os japoneses eram obrigados a se filiarem a um templo budista; 2) os cidadãos nipônicos tiveram que substituir o oratório xintoísta pelo budista; e 3) o Cristianismo – que adentro no Japão através de missionários portugueses e espanhóis em 1549 –, tornou-se prática proibida em 1639 (DINIZ, 2006).

<sup>13</sup>É sempre bom lembrar a dificuldade de conceituar e caracterizar os Novos Movimentos Religiosos em geral. Eles são complexos e difusos na sociedade como um todo (GUERRIERO, 1999).



ofertam aos seus seguidores benefícios mundanos, como prosperidade, saúde, e harmonia familiar; 4) ênfase centrada na figura do fundador; 5) uso intensivo de práticas psicoterapêuticas e meditativas; 6) vitalismo – sacraliza toda a existência através da “Grande Vida”; e 7) proselitismo – os adeptos dedicam seu tempo em pregações e recrutamento de novos fiéis (ALBUQUERQUE, 1999; CLARKE, 2000; SILVEIRA, 2016).

Além destas características, outro ponto fundamental merece destaque: os fundadores dos novos Novimentos Religiosos Japoneses diziam que a sucessão de suas respectivas lideranças deveria ocorrer através da hereditariedade (DINIZ, 2006). Este princípio relaciona-se a uma prática originária no século XIII – revivida durante a restauração – conhecida como *ie*: unidade de organização autóctone responsável por moldar as relações sociais nipônicas (ORTIZ, 2000).

A partir do *ie*, surge um conjunto de regras ligadas à ideia de lar, família e linhagem. Tais normas são hierarquizadas por idade, gênero e sustentadas religiosamente através da relação conhecida como *oyabun-Kobun*. “A estrutura social reforça a relação *oyabun-Kobun* articulando os preceitos religiosos à obediência e ao respeito aos mais velhos.” (ORTIZ, 2000, p. 58). Na ausência de um filho numa união conjugal, o seguinte princípio pode ser adotado: caso este casal tenha uma filha e esta resolva se casar futuramente, seu marido poderá ser “adotado” pelo sogro e sogra. Este contorcionismo permite a manutenção da estrutura tradicional do *ie* no seio familiar (ORTIZ, 2000).

#### **4. Masaharu Taniguchi e a *Seicho-No-Ie*: o início da geração de uma liderança familiar religiosa**

Masaharu Taniguchi nasceu em uma pequena aldeia do município de Kobe – cidade localizada na província de Hyogo – e era filho de lavradores. Na infância, após ser adotado por uma tia, mudou-se para Osaka. “[...] Taniguchi



teve uma vida típica de um homem urbano de condição social mediana, mas dotado de alguma notabilidade intelectual, incluindo o conhecimento da língua inglesa.” (SILVEIRA, 2016, p.35).

Na fase adulta – já residindo em Tóquio – ingressou na Universidade de Waseda<sup>14</sup> – no curso de literatura. Neste ambiente acadêmico, Tanigushi – influenciado pelo contexto do período da restauração – entrou em contato com a literatura ocidental. No campo literário e filosófico conheceu os trabalhos de Oscar Wilde, William James e Schopenhauer. Na religião, passou a ter familiaridade tanto com o Espiritismo quanto com uma vertente do Cristianismo conhecida como Novo Pensamento Americano<sup>15</sup>(DINIZ, 2006). Além disto – ainda na faculdade – foi membro da *Omoto-Kyo* – umas das primeiras Novas Religiões Japonesas surgidas. “Durante cinco anos foi membro da nova seita Omoto, chegando a escrever artigos para seus periódicos.” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 19).

No ano de 1914 abandonou o curso de literatura e foi trabalhar como editor de uma revista psíquica. Em 1920 – já residindo em Kyoto – conheceu Tekuro (1896-1988). Após um curto período de tempo, casaram-se na Academia Kameoka – até então sede da *Omoto-Kyo*. Desta união, nasceu a única filha do casal chamada Tekuro.

A adesão à *Omoto-Kyo* durou pouco tempo. Em 1922 – principalmente em virtude da perseguição do governo contra esta religião – Taniguchi deixou de segui-la. Tal acontecimento – somado às enfermidades de sua esposa e filha – o fez ter uma aproximação mais sólida com o Budismo, Cristianismo e o Novo Pensamento Americano (SILVEIRA, 2016).

A partir da metade da década de 20, havia melhorado a condição

---

<sup>14</sup>Era uma das universidades japonesas mais liberais da época (DINIZ, 2006).

<sup>15</sup> Esta prática religiosa sustenta que as pessoas atraem o que acreditam que deveria ser. Ernest Taniguchi entrou em contato com esta religião através dos escritos de Fenwicke Holmes (DINIZ, 2006).



financeira da família em virtude do novo trabalho – começou a atuar como tradutor na *Vacuum Oil Company*. Residindo em um local amplo e confortável, Taniguchi procurou compartilhar seus conhecimentos religiosos adquiridos – tanto os orientais quanto os ocidentais. Fez isto organizando uma série de encontros em sua residência. “Formou-se um grupo de discussão em sua casa chamado *Grupo de pessoas em busca da verdade*, que assim como Taniguchi tinham o objetivo de buscar a fé religiosa.” (DINIZ, 2006, p. 35, grifos da autora).

Em 1929, Taniguchi alegou ter recebido uma espécie de revelação divina convocando-o a libertar o mundo das mazelas. Este acontecimento teria ocorrido no Santuário *Samiyoshi* – tal local é um símbolo do passado japonês, já que *Samiyoshi* é uma divindade de origem xintoísta (SILVEIRA, 2016). Nestas supostas revelações, estavam as bases teológicas da *Seicho-No-Ie*: matéria, corpo e alma não existem, o que existe é somente *Jissô*<sup>16</sup>, ou seja, o espírito de Deus e sua manifestação (ALBUQUERQUE, 1999).

No ano seguinte, as supostas revelações continuaram a pairar sobre Taniguchi (SILVEIRA, 2016). Como consequência prática, ele funda a *Seicho-No-Ie* assumindo o papel de porta voz desta nova religião (DINIZ, 2006) - justamente em decorrência de sua experiência no contexto social da restauração. “Assim sendo, o mundo do *Jissô*, a verdadeira realidade do homem [...] nada mais seriam que um reflexo da ideologia do período Meiji.” (ALBUQUERQUE, 1999, p.44).

Taniguchi utilizou variadas fontes para construir sua doutrina religiosa. As crenças populares japonesas, por exemplo, estão representadas pela adoração aos antepassados e pelo culto às almas. Já a cura das enfermidades denota uma influência do Novo Pensamento Americano (ALBUQUERQUE, 1999).

---

<sup>16</sup>É o fundamento básico da *Seicho-No-Ie* (ALBUQUERQUE, 1999).



#### 4.1 A projeção nacional atingida pela *Seicho-No-Ie*: Taniguchi alia-se ao governo

Em março de 1930 Taniguchi – que já tinha experiências com jornais – lançou a revista *Seicho-No-Ie*. “Os primeiros adeptos eram chamados de assinantes, e não de crentes ou fiéis” (ALBUQUERQUE, 1999, p 20). A princípio, ela começou a circular em escala pequena. Foi distribuída – de forma gratuita – para o *Grupo de pessoas em busca da verdade*, alguns conhecidos da família e às ex-alunas do colégio feminino onde Teruko Taniguchi havia estudado (DINIZ, 2006). O conteúdo da revista era centrado basicamente na revelação divina supostamente recebida por Taniguchi.

Passados aproximadamente dois anos, a revista já estava atingindo uma projeção nacional devido aos relatos de curas de pessoas enfermas. Através disto, as atividades de Taniguchi passaram a ser encaradas como religiosas e os assinantes passaram a ser reconhecidos como fiéis (ALBUQUERQUE, 1999).

Em 1934 Taniguchi – juntamente com sua família – transfere-se para a capital e inicia uma série de conferências sobre a *Seicho-No-Ie*. Em 1936 – sob seu comando – é inaugurado a Sede Central da *Seicho-No-Ie*. Nesta altura, a revista – que passou a se chamar “Revista de Deus” – já contava com 30.000 leitores (DINIZ, 2006).

Em 1940, Taniguchi registrou oficialmente a nova religião. O governo japonês acabou reconhecendo a *Seicho-No-Ie* como entidade religiosa devido às supostas “curas milagrosas” (DINIZ, 2006). Enquanto que algumas novas religiões japonesas sofreram retaliações por não seguirem as normas impostas pela religião oficial – o Xintoísmo de Estado –, Taniguchi se mostrou condescendente com o governo do imperador Showa. “Nessa época inicial, a *Seicho-No-Ie* escapa às opressões governamentais prestigiando e apoiando o governo por meio de uma ideologia pró-guerra que exaltava o caráter divino e a



invencibilidade do Japão.” (ALBUQUERQUE, 1999, p.20). Em 1945, por exemplo, Taniguchi foi responsável pela elaboração de aproximadamente 50.000 cartazes com os dizeres: “Vitória do Exército Imperial”.

### **5. *Seicho-No-Ie* no período pós-guerra: para além dos limites nacionais**

Com a derrota na Segunda Guerra Mundial, o Xintoísmo de Estado é extinto no Japão. Através da Constituição promulgada em 1947, incrementou-se a liberdade confessional e o fim da religião oficial de Estado (SILVEIRA, 2016). Em decorrência deste fato, as novas religiosas japonesas – através de suas lideranças – conseguiram maior autonomia, expansão e alinhamento com as demandas globais. “Nesse contexto, as novas religiões, incluindo as que já existam, ampliaram seu foco de atuação para o campo educacional, médico, ecológico, político e também para movimentos do tipo organizações não governamentais.” (SILVEIRA, 2016, p.75).

Taniguchi começou a criar novas diretrizes e adaptações para a *Seicho-No-Ie*. Isto envolveu uma ação em conjunto com seu próprio entorno familiar. A partir dos finais da década de 40, seus membros começaram a atuar nesta religião. Fizeram isto seguindo – ao mesmo tempo – os modelos tradicionais do *ie* e a dinâmica de uma sociedade cada vez mais globalizada. Enquanto sua esposa Takuno – e depois sua filha Emiku – assumiu a presidência da “Associação Pomba Branca” – responsável por mostrar a importância do papel da mulher no lar –, seu genro Seicho (1919-2008) – através da “Associação dos Jovens” – ficou encarregado de disseminar a doutrina para uma geração mais nova. De acordo com Albuquerque (1999), Seicho veio ao Brasil no ano de 1955 no intuito de habilitar 85 pregadores regionais.

A partir da década de 60, Taniguchi e sua família começaram a fazer diversas viagens – passando por Havaí, Canadá, Estados Unidos, Brasil e países



européus – no intuito de divulgar a *Seicho-No-Ie* e ampliar seu diálogo com outras culturas e religiões. “Em 1963, Masaharu Taniguchi vem ao Brasil e aqui passa três meses realizando palestras e cursos em vários locais.” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 23). Estas ações contribuíram para o reconhecimento e aumento de outras sedes desta religião ao redor do mundo. Todavia, as mesmas eram controladas, pois deviam seguir as orientações ditadas pela sede do Japão.

No contexto do pós-guerra, Taniguchi também chegou a pregar o pacifismo através de encontros com lideranças religiosas e chefes de Estado – apoiando, sobretudo, o cessamento das guerras e incentivando o advento da paz entre os povos (DINIZ, 2006). Este tom mais conciliador contribuiu inclusive para a adesão de gerações sem ascendência nipônica à *Seicho-No-Ie*. No caso do Brasil, por exemplo, na década de 90 cerca de 90% dos adeptos desta religião não possuíam ascendência japonesa (SHOJI; USARSKI, 2017).

### **5.1 A *Seicho-No-Ie* sob o comando dos sucessores: novos horizontes**

Taniguchi faleceu em 1985. Diante disto, seu genro Seicho assumiu a presidência da *Seicho-No-Ie*. Antes mesmo deste evento, Seicho - que havia se formado em Psicologia na Universidade de Tóquio - já havia tomado a frente das divulgações e diálogos desta religião pelo mundo. Desde 1957, era vice-presidente desta religião.

Na medida em que Taniguchi ficava mais debilitado fisicamente pela idade avançada, Seicho assumiu as viagens do sogro pelos quatro cantos do mundo. Além de seguir o legado de Taniguchi, contribuiu para a abertura da *Seicho-No-Ie* para outras questões. Influenciado, sobretudo, pela temática ambientalista da década de 70, o advento da geração dos anos 80 marcada pela “ética ao cuidado” e o ideário harmônico da relação entre homem e natureza preconizado no Japão pós-guerra (EDMUNDS; TURNER, 2005; ORTIZ, 2000), ele



inseriu a nova religião japonesa nas discussões planetárias ambientais (DINIZ, 2006).

Seicho faleceu no ano de 2008. Quem assumiu o cargo da presidência da *Seicho-No-Ie* foi seu filho Masanobu Taniguchi. Nascido em 1951, Masanobu ainda é o atual presidente desta religião. Ele é o terceiro dos quatro filhos(as) de Seicho e Emiko. É o primogênito e por isso assumiu o posto de presidente – seguindo o sistema tradicional do *ie*.

Mesmo antes de tomar posse da presidência da *Seicho-No-Ie*, Masanobu – muito mais do que seu pai – vem intensificando o diálogo desta religião com questões ambientais. Em 1974, ele graduou em direito na Universidade de Aoyama. Em 1978, concluiu seu Mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Coimbra. Posteriormente, seguiu uma carreira jornalística na cidade de Yokohama. Assumiu a vice-presidência da *Seicho-No-Ie* em 1990. Desde então, procura dialogá-la com as questões ambientais: 1) faz uso constante das redes sociais – postando sobre o cultivo e a importância do consumo de alimentos orgânicos e vegetarianos; 2) posta fotos frequentes com traje de ciclista; e 3) orienta os adeptos através de obras como, “Caminha da Paz pela Fé: A Fé na Atualidade” (2004) e “O Canto de Louvor à Natureza” (2012) (SILVEIRA, 2006).

A aproximação mais sólida entre religião e meio ambiente proporcionou a *Seicho-No-Ie* o reconhecimento internacional pela Organização Internacional para a Padronização (ISO). Tal reconhecimento ocorreu no início dos anos 2000 através do selo ISSO 14001 – normalmente oferecido para empresas que apresentam certo comprometimento com a sustentabilidade (SILVEIRA, 2016).

Masanobu tem procurado alterar o próprio espaço físico da Sede Central da *Seicho-No-Ie*. Em 2013 a sede foi transferida de Tóquio para Hakuto. O local ganhou o nome de “Escritório da Floresta”. “[...] a nova sede, um complexo feito de madeira, ladeado por uma paisagem exuberante e que se mantém através de



painéis de energia solar, substituiu a sede anterior construída em Tóquio por Masaharu Taniguchi.” (SILVEIRA, 2016, p. 105).

As sedes centrais da *Seicho-No-Ie* em outros países, também têm adotado esta diretriz assumida por Masanobu. No Brasil, por exemplo, é possível encontrar no site oficial desta religião um canal chamado “Responsabilidade Ambiental”. Neste item, vários artigos estão disponíveis para a leitura. Eles abordam temas como: 1) meio ambiente e tabagismo; 2) o problema do alto consumo de carne para o planeta; e 3) o movimento *carbon free* – que incentiva o plantio de árvores por empresas e pessoas físicas.

Apesar desta iniciativa no âmbito ambiental, Masanobu têm sofrido constantes resistências e críticas de alas mais tradicionalistas da *Seicho-No-Ie*. Uma delas formou uma espécie de grupo religioso dissidente conhecido como *Manabu Kai*. Aliada a uma organização conservadora de direita no Japão chamada *Nippon Kaigi* (MIZOHATA, 2016), a *Manabu Kai* engloba dissidentes da *Seicho-No-Ie* dispostos a seguirem os ensinamentos – ditos verdadeiros – propagados por Masaharu Taniguchi. Alegam que seu neto esteja distorcendo as mensagens originais deixadas pelo avô, no intuito de adaptá-las a outras questões aleatórias da doutrina. Este episódio revela justaente uma tensão envolvendo a dinâmica construída pelas gerações globais (BECK; BECK-GERNSHEIM; 2009), traduzidas – neste caso específico – entre os membros de diferentes gerações à frente da liderança da *Seicho-No-Ie*.

## 6. Considerações Finais

Normalmente, os estudos relacionados à *Seicho-No-Ie* estão centrados no âmbito da sociologia da religião – mais precisamente aos Novos Movimentos Religiosos. Este artigo procurou ir mais além desta perspectiva. Analisar esta religião em termos geracionais envolve – primeiramente – o reconhecimento de



que as abordagens de Mannheim não são suficientes. A *Seicho-No-Ie* é fruto de um processo social globalizante. Daí a procura por uma literatura – mais atual – interessada em gerações globais.

Realizar um nexos entre gerações globais e *Seicho-No-Ie* não envolve simplesmente conectar esta religião com a globalização de forma genérica. Daí a necessidade de entender processo histórico da formação do Estado-nação japonês, pois geração global também implica diferenciação.

A *Seicho-No-Ie* nasceu mediante uma junção entre passado e presente. Desta combinação surgiu o futuro, isto é, uma nova religião projetada por um indivíduo – um ator social – pertencente ao contexto de transformação da época: Masaharu Taniguchi.

Com o término da segunda guerra, Taniguchi expandiu a divulgação da *Seicho-No-Ie* para além dos limites nacionais. Tal fato foi intensificado pela atuação do seu núcleo familiar. Todavia a presença de Tekuro e posteriormente de Emiko foram reduzidas neste processo. Tal fato é resultado do sistema tradicional e patriarcal do *ie*.

Foi primeiramente com Seicho e agora com Masanobu que a presença de uma geração global nesta religião se tornou mais visível. Em meio ao peculiar desenvolvimento histórico Estado-nação japonês.

Seicho, ao se casar com Emiko – filha de Taniguchi – deixou para trás o sobrenome Arachi e tornou-se um legítimo Taniguchi. Inspirado no princípio tradicionalista do *ie*, Masaharu possibilitou que seu genro assumisse a presidência da *Seicho-No-Ie* e modernizasse ainda mais esta nova religião japonesa.

Masanobu, atual presidente da *Seicho-No-Ie*, também assumiu a liderança via o princípio tradicionalista do *ie*. Todavia, o neto de Taniguchi aparenta ser mais desenraizado que seus antecessores. Além das discórdias provocadas com membros conservadores da *Seicho-No-Ie*, ele argumenta que não força seus filhos



a participarem desta religião (DINIZ, 2006).

Parece que Masanobu faz parte de uma geração totalmente global. O neto de Taniguchi pertence a um núcleo cultural nipônico que já não é indestrutível. Daí que valores tradicionais japoneses são praticamente inexpressivos para os membros das gerações mais novas (ORTIZ, 2000).

Tais valores sofreram um impacto grande em 1996 – no âmbito jurídico. Neste ano, ocorreu uma alteração no Código Civil Japonês. O parágrafo 4º regulamentou que a sucessão passou a ser igualitária. Isto teve um impacto direto nas religiões. Masanobu achou positiva esta mudança – resolvendo, inclusive, incorporá-la no âmbito sucessório da *Seicho-No-Ie*. A partir de 1996 a sucessão da presidência desta religião não se dará mais por princípios tradicionais do *ie*, mas sim mediante voto proferido pelos seus líderes em geral (DINIZ, 2006). Este é um desafio posto por Masanobu. Ou será criado um consenso ou as tensões – que já existem – só aumentarão

*Recebido em 30 de abril de 2020.*

*Aprovado em 12 de maio de 2020.*



## Referências

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. *Seicho-no-Ie do Brasil: agradecimento, obediência e salvação*. São Paulo: Annablume, 1999.

BECK, U; BECK-GERNSHEIM, E. **Generación global**. Barcelona: Paidós, 2008.

BRISTOW, Jennie. **The Sociology of Generations: New Directions and Challenges**. UK: Palgrave Macmillan, 2016.

CLARKE, Peter. Introduction: Japanese New Religion Abroad: a case of “reverse” globalization. In: CLARKE, Peter (Org.). **Japanese New Religions in Global Perspective**. Richmond: Curzon, 2000.

\_\_\_\_\_. *As Novas Religiões Japonesas e suas Estratégias de Adaptação no Brasil*. **REVER**, São Paulo, n.8, p.22-45, jun. 2008.

DESSI, Hugo. Japanese Religions, Inclusivism, and the Global Context. **Japanese Religions**, Kyoto, vol.36, n.1&2, p.83-99, mar/nov. 2011.

DINIZ, Ediléia Mota. **Carisma e poder no discurso religioso: um estudo do legado de Masaharu Tanigushi – a Seicho-No-Ie no Brasil**. 2006. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

DRUMHELLER, Kristina. *Millennial Dogma: A Fantasy Theme Analysis of the Millennial Generation’s Uses and Gratifications of Religious Content Media*. **Journal of Communication & Religion**. EUA, vol. 28, p. 47-70, mar. 2005.

EDMUNDS, J; TURNER, B. S. **Generations, culture and society**. Buckingham: Open University Press, 2002.

FLORYYY, Ricard; MILLER, Donald. E. **Finding Faith: The Spiritual Quest of the Post-Boomer**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GUERRIERO, Silas. **Novos Movimentos Religiosos: o quadro brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 1999.

INOUE, Nobuka. The influence of Globalization on Japanese Religion: Dissolving Boundaries of Religious Culture. **Journal of Religion in Japan**. Tóquio, vol. 3, n.2-3, p.97-120, jan. 2014.

KIM, Dae Young; MIN, Pyong Gap. Intergenerational Transmission of Religion and Culture: Korean Protestants in the U.S. **Sociology of Religion**, UK, vol. 66, n. 3, p. 263-282, set/dez 2005.



MANNHEIM, Karl. **Essays on the sociology of knowledge**. London: Routledge & Kegan Paul, 1952.

\_\_\_\_\_; MILLS, C. Wright; MERTON, Robert King. **Sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MIZOHATA, Sachie. Nippon Kaigi: Empire, Contradiction, and Japan's Future. **The Asia-Pacific Journal**, vol.14 n.1, p.1-21, nov. 2016.

ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante: Japão e modernidade, mundo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

POSSAMAI, Adam. **Sociology of Religion for Generation X and Y**. Routledge, 2009.

\_\_\_\_\_; TURNER, B. S. Authority and liquid religion in cyber-space: the new territories of religious communication. **International Social Science Journal**, UK, v. 23, n.209-210, p.197-206, set/dez. 2012.

SHOJI, Rafael; USARSKI, Frank. Perspectiva sociológica sobre a expansão do Budismo e das religiões japonesas no Brasil. **REVER**, São Paulo, vol.17, n.2, p. 100-118, mai/ago. 2017.

SILVEIRA, João Paulo de Paula. **Identidades religiosas na modernidade tardia: um estudo a partir da Seicho-No-Ie do Brasil em Goiânia**. 2016. 213f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel**. Belém, PA; Bauru, SP: EDUPFA: EDUSC, 2005.



Universidade Federal Rural de Pernambuco, julho de 2020  
[www.ufrpe.br](http://www.ufrpe.br)

ISSN: 2446-6662– Versão Eletrônica

**Este artigo está sob uma licença do  
Creative Commons**

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes.

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, desde que sejam para fins não-comerciais

Distribuir obras derivadas somente sob uma licença idêntica à que governa a obra original.





## MODERNIZAÇÃO, INCORPORAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO RURAL – O CASO CHINÊS PÓS 1978

*Mariana Delgado Barbieri*

Socióloga, doutora em Ambiente e Sociedade  
pela Universidade Estadual de Campinas.

E-mail: [marianabarb@yahoo.com](mailto:marianabarb@yahoo.com)

*Lisandra Zago*

Filósofa, com doutorado em Sociologia  
pela Universidade Estadual de Campinas.

E-mail: [zagolisandra@gmail.com](mailto:zagolisandra@gmail.com)

### RESUMO

A partir de uma reconstrução histórica, baseada em fontes secundárias, o artigo apresenta o processo de modernização vivenciado na China na Era Pós-Mao, partindo de uma análise que busca captar a situação no campo. Alterações na dinâmica política e organizacional dos camponeses possuem relação direta com o fortalecimento da economia de mercado e fortalecimento do mercado consumidor, impulsionando o crescimento econômico a partir da década de 1980. **Palavras-chave:** China; Modernização; Rural; Agricultura; Questão agrária.

### MODERNIZATION, INCORPORATION AND SURVIVAL OF THE RURAL POPULATION - THE POST 1978 CHINESE CASE

### ABSTRACT

From a historical reconstruction, based on secondary sources, the article presents the modernization process experienced in China in the Post-Mao Era, starting from an analysis that seeks to capture the situation in the field. Changes in the political and organizational dynamics of peasants have a direct relationship with the strengthening of the market economy and strengthening of the consumer market, boosting economic growth from the 1980s.

**Keywords:** China; Modernization; Rural; Agriculture; Agrarian Issue.



## Introdução

O ano de 1978 foi um marco divisório na história recente da China. Assumiu o poder Deng Xiaoping<sup>1</sup>, que após a morte de Mao Zedong propôs uma virada ideológica no Partido Comunista Chinês, com amplo apoio à integração da China no comércio internacional, incentivo à industrialização e avanço na modernização econômica e social do país.

Com a chamada Quatro Modernizações, plano político que visava o crescimento econômico, o desenvolvimento e modernização da agricultura, indústria, tecnologia e defesa e a inserção internacional, a China modificou algumas esferas essenciais da sociedade chinesa, e uma dessas esferas é a que abrange a população rural e a agricultura (LEITE, 2013).

No final da década de 1970 a China ainda possuía uma majoritária população rural, que havia enfrentado diversas políticas voltadas ao campo desde a Revolução Chinesa de 1949, que levou o Partido Comunista Chinês ao poder. Reconhecidamente importante é a contribuição do chamado pensamento maoísta ao perceber uma função essencial da população rural na condução do socialismo, diferenciando-se de outras interpretações marxistas que condenavam a população rural à apatia social e pouca atuação nos movimentos políticos, afinal, conforme Mao Zedong afirmou “Nós temos uma população de 500 milhões de camponeses, de forma que a situação dos camponeses é extremamente determinante para o desenvolvimento de nossa economia e para a consolidação dos poderes do Estado” (ZEDONG *apud* MACCIOCHI, p. 207, 1971). Dessa forma, a população rural não participa apenas das esferas econômicas e sociais, mas também da esfera política do país (SILVA, 2008). Mao

---

<sup>1</sup> Nesse artigo usaremos o sistema Pin Yin de romanização dos nomes.



Zedong consagra então o campesinato como a classe social mais importante no processo revolucionário chinês, obviamente em virtude da dimensão dessa classe, do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e da estreiteza da classe proletária no cenário histórico em que a Revolução Chinesa ocorreu.

Determinante para obter os sucessos desejados por Deng Xiaoping, a população rural participou ativamente da construção das bases para a solidificação e fortalecimento do Estado chinês e sua economia, enfrentando sucessivas mudanças no acesso à terra, que determinaram diferentes formas de ordenamento social e sobrevivência no campo.

Para compreender o papel dos camponeses e as políticas públicas principais que afetaram essa população que sempre esteve em uma situação de pobreza, mas foi o alicerce para o atual sucesso econômico chinês, iremos percorrer as principais mudanças e medidas políticas que ocorreram desde 1949<sup>2</sup>.

## **2. A coletivização das terras**

A conjuntura nacional e a importância da agricultura fez com que diversas medidas fossem adotadas desde os primeiros anos da República Popular da China e essas impactaram diretamente o modo de sobrevivência e organização da população rural.

Logo após 1949 o esforço em alcançar o socialismo foi realidade eminente e promoveu a primeira grande reforma agrária do novo governo. No período entre 1948 e 1952 o partido preconizou sucessivas reformas, todas no sentido da partilha igualitária das terras cultiváveis. Graças a essa política, obteve apoio da

---

<sup>2</sup> Para informações detalhadas da evolução econômica chinesa ver: SERRA, 1997.



]classe camponesa, fundamental para os planos do partido (AUDREY, 1976).

A coletivização das terras na verdade colocou o Estado como o senhor absoluto das terras. Proibiu a posse de terra, transformando as terras cultiváveis, o maquinário e ferramentas em bens comuns, que não pertenciam a determinado indivíduo.

Na realidade a reforma agrária foi um mecanismo para acomodar uma população que estava instável depois de tantos anos de guerra civil, e facilitou a retirada de propriedades e de poder dos latifundiários, indivíduos que pertenciam a uma classe social antagônica, contrária às diretrizes do Partido Comunista. Foi mais do que uma preocupação econômica e social, foi uma escolha política (LEITE, 2013).

A reforma agrária desse primeiro momento alterou completamente o modo de distribuição de terras. De uma hora para outra, milhões de camponeses pobres passaram a ter o controle sobre a terra e a produção. Quase metade da terra cultivada (cerca de 47 milhões de hectares) foi distribuída para 300 milhões de camponeses. Essa reforma impactou diretamente na organização social e no modo de vida da população, ao permitir a produção de alimentos, acesso ao poder político local (através das associações camponesas), acesso ao ensino e outras benfeitorias diretamente relacionadas à posse da pequena propriedade. Uma nova estrutura social se funda, com os camponeses ocupando importante função dentro da nova dinâmica, substituindo antigos estratos da sociedade, tradicionalmente valorizados (GAMER, 1999).

Entretanto, a reforma agrária apenas distribuiu terras, mas não alterou o modo de produção em sua essência. Mao Zedong passa, então, a defender a



cooperativização como melhor saída para a baixa produção das pequenas propriedades rurais, baixo rendimento, uso de técnicas rudimentares e disparidade entre a produção e a necessidade real de alimentos, afinal, havia uma enorme população mas uma área cultivável insuficiente, que ainda sofria constantemente com os problemas climáticos e ambientais (enchentes, secas, vendavais, granizo, pragas).

O Estado pediu de volta as propriedades distribuídas poucos anos antes com a reforma agrária, e a coletivização passou a ser vista com receio pelos camponeses, afinal, haviam adquirido o direito sobre a terra e naquele momento o Estado retirava esse direito. Os conflitos e desconfianças foram muitos, mas Mao Zedong se manteve firme no processo de cooperativização. Em sua visão, com base nas leituras e interpretações marxistas que ele fazia, a cooperativização era essencial para eliminar forças antagônicas que poderiam surgir espontaneamente no campo, forças capitalistas que se levantariam contra o Estado e o Partido Comunista (SILVA, 2008).

Com a cooperativização o Estado se torna o senhor absoluto sobre as terras. Em 1958 esse processo de cooperativização se estabelece, e a criação das comunas é o modelo de organização social do campo que vai perdurar até 1978, com o Estado tendo controle total sobre a produção e distribuição de alimentos. A comuna se consolidou como unidade básica da estrutura e do poder socialista, incorporando a indústria, a agricultura, a educação, o comércio e a organização militar. Em média, uma comuna pequena abrigava 1600 famílias e era responsável pelo controle sobre a terra e os equipamentos (FAIRBANK, 2008).

O desenvolvimento agrícola também estava sob direção dessas comunas,



que com sua força de trabalho promovia grandes obras de infraestrutura, como vias para circulação de transportes, construção de mecanismos para irrigação e etc. Além disso, as comunas exerciam o controle político e ideológico sobre os seus moradores, impedindo o surgimento de mentalidades contrárias ao socialismo e controlando as migrações e alterações na estrutura organizacional das famílias.

Nesse período de 20 anos (1958-1978), entre 75 e 80% da população chinesa, que constituíam a população rural, permaneceram presas em uma estreita relação com o Estado, que estabelecia o monopólio sobre a produção rural, agenciando e distribuindo o suprimento básico de alimentos a todo o país. Regulava os preços e determinava o que e quanto deveria ser produzido, não deixando margens para nenhuma produção autônoma, com um forte aparato burocrático responsável por fiscalizar, penalizar e cobrar os produtores rurais.

Rígidas leis prendiam os camponeses ao campo, impossibilitando qualquer mudança em suas vidas. O registro de residências, criado em 1953, impedia a migração rural-urbana e controlava o crescimento das cidades. Cada indivíduo recebia um cartão e tinha direito a obter alimentos, saúde e educação apenas em seu local de moradia. Caso saísse da sua localidade não conseguiria obter esses suprimentos mínimos de sobrevivência. Com isso, durante mais de 20 anos não houve mudanças na disposição populacional, e enquanto países do mundo todo enfrentavam a crescente urbanização, a China manteve-se majoritariamente rural (MEZZETTI, 2000).

Campanhas específicas do governo permitiam a migração rural-urbana, como aconteceu durante o Grande Salto Adiante (1958), em que 20 milhões de camponeses foram levados às áreas urbanas para constituírem a mão-de-obra industrial e participar da expansão urbana e da industrialização. Problemas administrativos e fracassos políticos fizeram com que muitas fábricas fechassem, e a mão-de-obra sem nenhuma qualificação foi novamente mandada de volta ao



campo nos anos seguintes ao fracasso do Grande Salto Adiante. Importante salientar que essa transferência de mão-de-obra fez com que as colheitas sofressem uma importante baixa e juntamente com catástrofes ambientais ocasionou um longo período de fome, que matou milhares de chineses em menos de dois anos.

No período da Revolução Cultural (1966-1976) temos uma migração inversa, com jovens, intelectuais e membros do partido julgados como revisionistas sendo enviados ao campo para a reeducação socialista e o desenvolvimento do trabalho manual. O completo fracasso da Revolução Cultural, com milhares de mortos, clima de guerra civil e profundas rupturas no interior do Partido, se constituem como elementos importantes para as mudanças que a China passa a enfrentar a partir de 1978, quando Deng Xiaoping assume a liderança no interior do Partido Comunista Chinês e propõe uma série de alterações na condução do Estado, nas políticas públicas e nas diretrizes econômicas.

### **3. Deng Xiaoping e a modernização da China**

Ainda que tenham ocorrido progressos na área rural chinesa após a revolução de 1949 até a morte de Mao Zedong em 1976, como expansão da rede de energia elétrica, grande número de obras de irrigação, expansão do ensino primário em áreas rurais, a China ainda era um país isolado, rudimentar, essencialmente agrário e muito distante do Ocidente e da economia globalizada (WEN, 1988).

Com a morte de Mao, as disputas que já estavam evidentes no interior do partido vieram à tona, e novas concepções e ideias passaram a ganhar espaço no terreno político e econômico. Planos que já haviam sido elaborados há algum tempo ganharam visibilidade, e o chamado Plano das Quatro Modernizações é o



exemplo mais evidente, afinal ele foi elaborado no início da década de 1970, sob as sombras da Revolução Cultural, e por ser julgado como revisionista por Mao Zedong foi arquivado.

As Quatro modernizações apresentavam a necessidade eminente de a China se modernizar e se relacionar com o restante do mundo, com forte expansão econômica e industrial, e para conduzir essas transformações Deng Xiaoping assume o poder e passa a defender e a apoiar a “construção e modernização socialista”. Para tanto, era preciso promover a industrialização e também a integração aos países industrializados, a fim de permitir a troca de tecnologias, educação de técnicos, investimentos em matérias primas, troca de experiências, entre outros.

Como afirma Alexandre C.C. Leite

O objetivo esteve sempre muito claro para os formuladores políticos chineses: a China precisava, e em caráter de urgência, modificar sua estrutura produtiva visando atingir níveis elevados de crescimento econômico. Esse crescimento econômico seria a base para um processo mais complexo de inclusão social, de elevação do acesso de parcela relevante da população a bens e serviços ainda distante de suas realidades e de melhores condições sociais para sua imensa população, essencialmente rural e de renda média abaixo dos níveis desejáveis e necessários para a estabilidade política de um Estado de tamanha complexidade (LEITE, p. 92, 2013).

A modernização para ser aceita e bem desenvolvida foi posta em andamento com cautela. Alterar a estrutura de funcionamento da sociedade como um todo, suas formas de organização social, sua ideologia, demandam cuidados excessivos, para que não se perca as rédeas do progresso social. Assim, as transformações foram acontecendo paulatinamente, de maneira a alterar profundamente a sociedade e suas relações – mas sem alteração da estrutura política vigente.

Como a economia chinesa se baseava fundamentalmente na agricultura, com uma baixa taxa de industrialização, a via de desenvolvimento econômico

escolhida privilegiou as alterações no campo em primeira instância, afinal, alterando a produção e distribuição de alimentos seria possível realocar recursos e mão-de-obra para a indústria. Mas isso tinha que ser bem elaborado, para que não fosse mais uma tentativa forçada de industrialização, como aconteceu durante o Grande Salto Adiante.

A primeira grande mudança, e fundamental para todo o desenrolar e progresso econômico e social da China, foi o fim das comunas populares, enquanto unidade produtiva, e o surgimento do chamado sistema de responsabilidade familiar. Essa mudança teve um surgimento endógeno, ou seja, partiu de iniciativas da população, e foi aceita por Deng Xiaoping (OSNOS, 2015). Ao contrário de Mao, ele não reprimiu essa transformação social, e mais que isso, ao perceber o sucesso do sistema de responsabilidade familiar, tornou esse uma política estatal e uma nova reforma agrária teve início na China.

A respeito do surgimento endógeno, encontramos a narrativa abaixo:

Uma comunidade agrícola extremamente pobre em uma pequena aldeia chamada Xiaogang, na província de Anhui, uma das mais pobres da China. Em finais de 1978, não se sabe ao certo a data, 18 agricultores empobrecidos se reuniram. Eles concordaram em fragmentar a terra, ficando cada família com um determinado pedaço, o qual elas iriam cultivar individualmente. Esses agricultores concordaram em não pedir grãos e nem dinheiro para o governo. Eles iriam cumprir as exigências de quotas determinadas pelo governo, porém iriam audaciosamente ficar com as possíveis sobras para então vendê-las. Isso era contra a lei.

Temerosos com o que poderia acontecer às suas famílias, esses agricultores selaram um acordo entre si: se qualquer um deles fosse apanhado e aprisionado pelo governo, todos os outros da aldeia iriam cuidar de seus filhos até que eles fizessem 18 anos de idade. O acordo foi firmado com assinaturas e impressões digitais.

E foi assim, de acordo com a história, que tudo começou.

No ano seguinte, a colheita de grãos foi 6 vezes maior do que havia sido em 1978. Eles conseguiram facilmente cumprir suas quotas, vendendo em seguida todo o excedente — a maioria à beira de estradas. A renda per capita aumentou em um fator de 20. O Secretário do Partido Comunista, Wan Li, que era o responsável pela Província de Anhui à



época, ficou sabendo da ocorrência e acabou aprovando o "experimento" (CLANCY, p. 1, 2010).

Nesse novo sistema a terra passa a ser distribuída em parcelas para as famílias. A posse da terra continua sendo do Estado, entretanto as famílias adquirem autonomia na decisão relativa a métodos de gestão, plantação e colheita. O Estado continuou estipulando uma cota de produção, que deveria ser entregue por um preço pré-determinado, no geral bem baixo. Essa cota foi responsável por servir de suporte à industrialização promovida pelo Estado. A diferença é que a produção excedente podia ser comercializada no mercado. Pela primeira vez após 1949 foi permitido um mercado interno de troca e comercialização, e essa mudança representou o salto para o desenvolvimento agrário, além de permitir a constituição de um comércio que incentivava o surgimento de novas indústrias e pequenas empresas que produziam os mais diversos itens para atender a população rural, que se tornou consumidora. A economia passou a se movimentar, afinal ela é um ciclo: se o produtor rural pode comercializar seu produto e obter uma quantia com a venda, essa quantia possibilita a compra de outro produto, e assim sucessivamente, beneficiando um grande número de indivíduos, favorecendo uma rede local de comércio (LEITE, 2013).

Com a possibilidade de comercialização da produção excedente houve um exponencial aumento da produção, afinal, quanto maior a produção maior a comercialização. A competitividade entre os produtores também estimulou a produção, e regulou a oferta de preços. Para permitir o incremento produtivo foi legalizada a contratação de até 7 pessoas por unidade produtiva, ou seja, passou a existir o uso mão-de-obra rural assalariada. Apesar de fixada em 7 o número máximo de trabalhadores, esse número era bem maior na prática, com nítido uso de métodos ilegais de corrupção dos funcionários do aparelho estatal para que não notificassem a contratação de funcionários em número maior que o



permitido. Essa mudança fez com que a produção bruta duplicasse no período de 1980 a 1986.

Importante salientar que alguns autores, como Xu (2012) atentam para a possibilidade de o incremento na produção ter sido provocado não pelo novo sistema de responsabilidade familiar, mas por uma conjunção de fatores, entre eles mudanças climáticas favoráveis (ausência de grandes enchentes, tempestades, secas) e também devido ao investimento estatal em tecnologia, maquinário e conhecimentos. Não podemos negar que esses fatores podem ter ajudado no incremento da produção, mas a mudança promovida pelo sistema de responsabilidade familiar é inegável.

O sistema de responsabilidade familiar trouxe um maior dinamismo e flexibilização ao campo. Ao poder escolher o que seria cultivado, em qual quantidade, o que seria comercializado e por qual valor, começou a se constituir um mercado interno e surgiu condições para dinamizar o setor agrário chinês nos primeiros anos da era Deng. Apesar da obrigatoriedade de venda de parte da produção ao Estado, as famílias puderam escolher outros setores para produzir, como piscicultura, plantação de legumes e frutas, itens com boa aceitação no mercado e que traziam maior rentabilidade às famílias. Fora isso, o sistema não mais prendia todos os membros da família à terra, e com isso camponeses começaram a desenvolver uma rede de prestação de serviços, de pequenas empresas e foram trabalhar nas indústrias locais.

Esse incremento nas atividades econômicas permitiu uma elevação na renda per capita e melhora no padrão de vida, ainda que o camponês médio fosse muito mais pobre e com pouquíssimas condições comparado a qualquer outro camponês médio de outro país desenvolvido. Segundo dados do FMI, considerando o poder de paridade de compra, a renda per capita chinesa em 1980 era de 250 dólares por ano, enquanto a renda per capita dos Estados Unidos era de 12,3 mil dólares. Então quando dizemos melhora no padrão de vida temos que



ser muito cautelosos ao imaginar qual foi essa melhora.

Além disso, temos outra mudança importante: o sistema de controle migratório fracassou e não mais se solicitava o registro de moradia em hotéis, os cupons de grãos e alimentação podiam ser trocados em qualquer região, e dessa forma a distribuição populacional começou a se alterar, com sucessiva redução da população rural em um claro processo de urbanização, que ainda que lento culmina com 29% da população morando nas cidades no ano de 1993. Isto é, em pouco mais de uma década tivemos um crescimento em torno de 10% da população urbana, e esse crescimento se intensificou na década de 1990 e 2000, alcançando somente em 2012 um maior número de habitantes nas cidades do que no campo (WEN, 1988; SILVA, 2008; LEITE, 2013).

Obviamente que toda transformação sofre suas críticas. É fácil percebermos que essa nova modalidade de organização no campo sofreu severas críticas por parte de uma linha do Partido Comunista Chinês, que via a possibilidade de comercialização do excedente e a contratação de funcionários como um germen para o renascimento de ideias burguesas, que estimulariam a acumulação de riqueza nas mãos de uns em detrimento de baixos salários pagos a outros. O fim da comuna enquanto unidade produtiva representaria o fim da produção voltada à coletividade; agora os produtores rurais se esforçavam para produzir cada vez mais por ambições pessoais, e não para favorecer a coletividade ou atender às ordens do Estado.

Ao mesmo tempo a população rural também temia as mudanças: um sentimento de medo fazia com que os camponeses fossem cautelosos em investir em novos produtos, afinal, a herança da repressão e do rígido controle sofrido durante a Revolução Cultural ainda estava muito presente. Para aliviar esse



medo e desconfiança, Deng formalizou os contratos de utilização de terra fixados em 15 anos, garantindo que os produtores rurais poderiam fazer seus investimentos nesse período e a utilização da terra estaria garantida pela legislação (SILVA, 2008). A ausência da propriedade privada traz essa desconfiança ao produtor rural, afinal, ele desenvolve seu trabalho e faz seus investimentos em um terreno que não lhe pertence, e teme que novas leis e reformas agrárias acabem por tira-lo de sua área produtiva. Considerando as enormes mudanças que o ambiente rural sofreu em 30 anos (1949 a 1979) é compreensível essa desconfiança, afinal o camponês passou por uma reforma agrária que distribuiu as terras, depois sofreu a coletivização, depois o surgimento das comunas, e enfrentava no início da década de 1980 uma importante alteração na passagem das comunas para o sistema familiar. A incógnita do futuro era um problema constante – como confiar nas determinações do Partido?

#### **4. A industrialização rural**

De qualquer forma, essas alterações sofridas no início da década de 1980 estão diretamente relacionadas com as altas taxas de crescimento econômico que a China teve ao longo dos anos 90 e primeira década do século XXI.

O sistema de responsabilidade familiar significou uma brutal mudança ao eliminar a comuna enquanto unidade produção<sup>3</sup>, sendo uma consequência da descoletivização de terras. Garantiu ao agricultor a responsabilidade sobre a terra

---

<sup>3</sup> A comuna continuou existindo como unidade administrativa, responsável pela execução de planos e diretrizes locais. Conseguiu ao longo da década de 1980 uma maior autonomia em relação às altas esferas do Estado, conseguindo criar planos e definições de acordo com as necessidades de cada localidade (WEN, 1988).



e permitiu que esse ficasse com a maior fatia de lucro gerado com sua produção. Sem dúvida essa medida permitiu um grande aumento no rendimento da terra, principalmente nas áreas férteis e nas próximas a grandes cidades, afinal, ficava mais fácil escoar sua produção.

Essas mudanças na economia rural fizeram com que após 1980 em torno de 50% dos moradores dos vilarejos se dedicassem a agricultura, contra 90% que se dedicavam no período anterior. As causas são variadas: incremento tecnológico, aumento no número de máquinas, surgimento de pequenas indústrias locais que atraíam a mão-de-obra e também um fator importante, o desemprego por falta de terras. Quando houve a transição da comuna para o sistema familiar, nem todas as famílias receberam terras para cultivarem. Algumas delas ficaram impossibilitadas de produzir, aumentando o desemprego e gerando pobreza nas áreas rurais. Cria-se então um excedente populacional, que se desloca para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades de emprego, ou fica nos vilarejos e desenvolve atividades paralelas, como prestação de serviço. Esse é mais um elemento importante que ajuda a compreender a migração rural-urbana e a criação de indústrias rurais, afinal a mão-de-obra estava disponível e aceitava receber baixíssimos salários (LEITE, 2013)

O cenário fica favorável ao desenvolvimento industrial rural: incentivos governamentais, mão-de-obra disponível e um recém criado mercado consumidor, ávido por novos produtos e com condições para adquiri-los.

É com essas condições que na década de 1980 se verifica o surgimento e consolidação das *Tonwship and Village Enterprises*, empreendimentos não agrícolas estabelecidos nas zonas rurais, que receberam incentivo governamental através de baixas alíquotas de impostos e obtiveram um vertiginoso crescimento na década, totalizando mais de 10 milhões de empresas, sendo 80% delas propriedades privadas, isto é, empresas que geravam produtos e rendas e não eram estatais, mas participavam ativamente do crescimento econômico e



industrial (LEITE, 2013).

A industrialização nas regiões rurais promoveu a melhoria das condições de vida da população residente nessas regiões, conforme analisa Cheng *et al.* (2009, p.10) “a industrialização das áreas rurais promove o desenvolvimento da região, otimiza a estrutura econômica no setor agrícola e auxilia na resolução dos problemas causados pela necessidade de alocação da força de trabalho nas áreas rurais” . É visível a melhora de vida que a população sofre ao analisarmos dados de renda per capita: em 1978 a renda era de 133,6 yuan e passa para 4.132,30 yuan em 2007 (aproximadamente 700 dólares anuais) (SERRA, 1997).

## 5. Considerações finais

O estímulo ao desenvolvimento industrial perdurou aproximadamente 20 anos, até o final da década de 1990. Entretanto, o melhor desempenho na agricultura ocorreu apenas nos anos 80, com forte regressão e mudanças nas políticas públicas voltadas ao campo na década de 1990.

Claramente, o que o Plano das Quatro Modernizações estimulava era o desenvolvimento da agricultura como base para o crescimento industrial, e meio para se obter o financiamento necessário para se apoiar as indústrias. O Estado não estava preocupado em garantir aos camponeses melhores condições de vida, e as alterações sofridas nesse sentido foram consequências do aumento da produção, e não resultado de políticas específicas voltadas para elevação das condições de vida.

Entretanto, na década de 1990 com a liderança política de Jiang Zemin e depois de Zhu Rongji, a população rural começou a sofrer com uma série de novas diretrizes que acabaram levando os camponeses novamente a extrema pobreza. Deslocamento do centro econômico do rural para as áreas urbanas, aumento nos impostos, diminuição na oferta de crédito aos produtores rurais,



encarecimento dos serviços de saúde e educacionais e dificuldades em se obter o *hukou* urbano (autorização para moradia na cidade, que possibilita acesso a benefícios como auxílio alimentação, moradia, saúde, educação). Todos esses fatores foram consequências dos esforços estatais em investir nos grandes centros urbanos e na ampliação das indústrias, deixando em um segundo plano o crescimento da economia rural. Com isso houve um retrocesso nas taxas de crescimento da economia rural, ficando em torno 3% ao ano, um número bem menor se comparado aos 9% de crescimento médio anual visto durante a década de 1980 (XU, 2012).

O crescimento urbano deixou ainda mais claro os problemas sociais que a sociedade chinesa provocou a fim de crescer a qualquer custo. A diminuição das garantias sociais e a situação de pobreza das áreas rurais em contraste com o crescimento e enriquecimento das áreas urbanas provocaram na década de 1990 o surgimento de movimentos sociais no campo.

Os movimentos sociais no campo conseguiram chamar atenção dos líderes locais a partir da contestação das taxas e impostos pagos, da manipulação das eleições locais, do aumento do uso da força para conter a população. Além disso, os movimentos claramente afetaram os “corações, mentes e identidades sociais dos participantes, que transformaram seus conhecimentos, compromissos e afiliações” (McCAN, 1994, p. 230). Mais que isso, o envolvimento nesses movimentos contestatórios contribuíram para formar uma identidade coletiva em diversas localidades, que passaram a reivindicar mudanças, questionar decisões governamentais e alertar o Estado para a situação local insatisfatória. Mas com a forte repressão governamental e a fraca mobilização nacional seu alcance e sucesso ficaram limitados (O'BRIEN; LI, 2005).

A potência China obteve no final dos anos 90 e início dos anos 2000 seus momentos de glória, com elevado crescimento econômico, ainda que a custos de problemas sociais. A China se inseriu completamente no mercado internacional



e os planos de Deng Xiaoping de modernização e integração ao mercado foram bem sucedidos, entretanto resta uma difícil tarefa: a de promover a melhora social para a população, de uma maneira mais igualitária.

Em 2007 mais uma vez os camponeses perderam sua batalha com a lei da propriedade privada (ZHANG, 2008). O reconhecimento da existência e dos direitos das propriedades privadas excluiu as propriedades rurais, assegurando apenas às propriedades urbanas, imobiliárias e às heranças o direito de propriedade privada. As terras continuam sendo propriedades do Estado, e mantém os camponeses na completa submissão e insegurança que o Estado ocasiona. Com o atual crescimento urbano é cada vez mais comum a expropriação da população rural de áreas que são convertidas em áreas urbanas, sem qualquer tipo de indenização e condenando os camponeses à pobreza e total desassistência governamental.

Nos primeiros anos do século XXI, começamos a observar mudanças nas linhas de condução do Partido, que passaram a mudar o centro do discurso para além do desenvolvimento econômico. A necessidade de se integrar crescimento econômico e sustentabilidade aparece nos discursos oficiais em 2002, e sob o governo de Hu Jintao e Wen Jiabao a importância de se construir uma “sociedade harmônica” e desenvolver uma zona rural socialista evidencia o reconhecimento de que são necessárias mudanças e alterações na ordem social.

Para se alcançar uma estabilidade social no campo e manter a força efetiva do Estado, sem que ocorram levantes populacionais, é imprescindível que a lógica de distribuição de bens e riqueza se altere, de modo a permitir uma total integração da população rural à sociedade chinesa, para que essa goze dos benefícios que o crescimento econômico, a industrialização e a integração internacional trouxe à China.

Para além da questão social, cabe ressaltar a ordem política que se mantém esquecida desde os tempos de Mao. O Estado e o Partido se silenciam, e não



abordam a questão fundamental de inclusão dos camponeses nas esferas de decisão, na participação pública e política, no acesso à educação.

Apesar do inegável papel histórico que o camponês teve no atual desenvolvimento chinês, ele ainda se mantém às margens da sociedade, sofrendo segregação e preconceitos, sem representatividade política e sem aproveitar os frutos do seu trabalho e da sua ampla dedicação às suas atividades.

Talvez o reconhecimento da propriedade privada rural fosse um primeiro passo do Estado para a manutenção da ordem social e garantia do uso da terra e transmissão dela por herança. Significaria afrouxar os laços de submissão que os camponeses têm com o Estado, mas permitiria um salto na conquista de direitos, alcançando os mesmos direitos que a população urbana já obteve.

As novas diretrizes do Partido indicam que mudanças sutis podem acontecer, afinal questões sociais estão na pauta de discussão, e manter um Estado com a dinâmica e tamanho do Estado chinês depende de medidas tomadas com consciência, mas enquanto a submissão ocorrer e não forem organizados movimentos reivindicatórios que clamem por mudanças efetivas para a população do campo e ameassem a estabilidade social, dificilmente transformações profundas ocorrerão. O Estado continuará dependente das cotas que recebe dos camponeses e esses continuarão na situação precária em que vivem, afinal a tão aclamada melhoria nas condições de vida dos camponeses é ínfima, e as relações de produção e de poder não permitem uma efetiva conquista de direitos sociais e políticos por essa população.

*Recebido em 27 de abril de 2020*

*Aprovado em 15 de maio de 2020.*



## Referências

- AUDREY, Francis. **China, 25 anos, 25 séculos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CHEN, W; ZHANG, R.; LIU, G. Development model of rural industrialization in **China**. *Asian Agricultural Research*, v.1., n.7, p. 8-12, 2009.
- CLANCY, C. **Agricultores heroicos e propriedade privada – como começou a revolução capitalista chinesa**. 2010. Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=576> acesso em 02 de maio de 2015.
- DOMES, J. **China after the Cultural Revolution**. London: C. Hurst & Company, 1976.
- FAIRBANK, J. K. **China: uma nova história**. 3ª edição. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- GAMER, R. (ed.). **Understanding contemporary China**. USA: Lynne Rienner Publishers, 1999.
- HAW, S. G. **História da China**. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2008.
- LEITE, A. C. C. A industrialização de áreas agrícolas na China: uma consequência do recente desenvolvimento chinês. *Revista Soc. Bras. Economia Política*, São Paulo, n. 36, p. 91-116, outubro 2013.
- LI, H.; ROZELLE, S. **Privatizing rural China: insider privatization, innovative contracts and the performance of township enterprises**. *The China Quarterly*, v.176, p. 981-1005, 2003.
- MACCIOCHI, M. **De la Chine**. Paris: Éditions du Seuil, 1971.
- McCANN, M. **Rights at work**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- MEZZETTI, Fernando. **De Mao a Deng: a transformação da China**. Tradução de Sérgio Duarte. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- O'BRIEN, K; LI, L. **Popular contention and its impact in rural china**. *Comparative Political Studies*, n. 38, p. 235-259, 2005.
- OSNOS, Evan. **A Era da Ambição: em busca da riqueza, da verdade e da fé na nova China**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- PISCHEL, Enrica Collotti. **História da Revolução Chinesa**. vol. 1,2 e 3. Sintra:Publicações Europa-América, 1976.
- SERRA, A. M. A. **China: as reformas económicas da era pós-Mao**. Lisboa: Imprensa oficial, 1997.
- SILVA, J. **A questão camponesa na República Popular**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.



- TAMAMES, R. **China 2001: la cuarta revolución**. Madri: Alianza editorial, 2001.
- TISSIER, Patrick. **La Chine: transformations rurales et développement socialiste**. Paris: François Maspero, 1976.
- XU, Z. The Chinese agriculture miracle revisited. **Economic & Political Weekly**, v. XLVII, n.14, p. 51-58, 2012.
- WAN, X. Mutual empowerment if state and peasantry. **World Development**, v. 25, p. 1431-1442, 1997.
- WEN, D.; CHANG, W. **China under Deng Xiaoping: political and economic reform**. London: Macmillan, 1988.
- WHITE, L. **Local causes of China's economic reforms**. New York: M.E. Sharpe, p. 84-112, 1998.
- ZEMIN, J. **Reforma e construção da China**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ZHANG, M. From public to private: the newly enactec chinese property law and the protection of property rights in **China**. **Berkeley Business Law Journal**, vol. 5, 2008.



Universidade Federal Rural de Pernambuco, julho de 2020  
[www.ufrpe.br](http://www.ufrpe.br)

ISSN: 2446-6662– Versão Eletrônica

**Este artigo está sob uma licença do  
Creative Commons**

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes.

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, desde que sejam para fins não-comerciais

Distribuir obras derivadas somente sob uma licença idêntica à que governa a obra original.





## ANTROPOLOGIA EM TEMPOS INCERTOS: VIVER NO ANTROPOCENO

“Por que vocês não sabem do lixo ocidental...”

(Milton Nascimento)<sup>1</sup>

*Fernando Firmo Luciano*

Professor Adjunto, Departamento de Ciências Sociais

Universidade Federal de Viçosa

E-mail: [fernando.firmo@ufv.br](mailto:fernando.firmo@ufv.br)

### RESUMO

Este artigo analisa a partir de dados diversos, literatura científica, previsões climatológicas, filmes documentários, jornais, os efeitos de vivermos no antropoceno na Antropologia. O questionamento seguido refere-se a primazia que demos a uma única espécie na história das ciências sociais, os humanos, para justificar ideais de progresso e/ou desenvolvimento. Talvez, seja o tempo de repensar tais pressupostos como forma de proteger, inclusive, nossas histórias, culturas e identidades.

**Palavras-chave:** Antropoceno; Antropologia; Crise climática..

### ANTHROPOLOGY IN UNCERTAIN TIMES: LIVING IN THE ANTHROPOCENE

#### ABSTRACT

This article analyzes from different data, scientific literature, climatological forecasts, documentary films, newspapers, the effects of living in the anthropocene in Anthropology. The questioning followed refers to the primacy that we gave to a single species in the history of the social sciences, humans, to justify ideals of progress and development. Perhaps, it is time to rethink such assumptions as a way to protect, even, our histories, cultures and identities.

**Keywords:** Anthropocene; Anthropology; Climate crisis.

---

<sup>1</sup> Composição: Fernando Brant/Lô Borges/Márcio Borges. Música: Milton Nascimento. Álbum: Milton. Ano de lançamento: 1970.



## 1. Rastreamento trajetórias

Em meu primeiro trabalho de campo, ao pesquisar um coletivo de pessoas reivindicando moradias, assisti à destruição de uma área de Cerrado no Brasil Central para se edificar um conjunto habitacional que abrigou cerca de 2.500 famílias.

A luta deste coletivo de pessoas, travada com o Estado pelo reconhecimento de seus direitos, varreu dezenas de vidas não humanas desta área de Cerrado que desapareceu vertiginosa e abruptamente diante dos olhos de quem acompanhou esse movimento. O que mais estarrece é saber que toda esta área foi devastada em nome do Capital e do Estado, pois ambos, compactuaram para que, primeiro, estas milhares de pessoas fossem desalojadas da área que ocupavam nas proximidades do centro da capital goiana, e depois juntos (Capital e Estado), reconstruíram um território em cima de outro território, nas cercanias da cidade<sup>2</sup>. A área inicial que este coletivo ocupou, até poucos anos atrás, servia primorosamente à especulação imobiliária<sup>3</sup>.

Tempos depois, não foi fácil evidenciar o sufocamento de uma região eminentemente “selvagem” (vidas compondo florestas ou aqueles/as que vivem na floresta), o Leste de Minas Gerais, para o aparecimento de um dos maiores parques da indústria siderúrgica na América Latina, o Vale do Aço. O salto humano foi assustador: de pouco mais de 50.000 habitantes para mais de meio milhão em meio século. A vida selvagem encolheu infinitesimalmente. Pois, se trabalhadores da indústria de aço não titubeavam o orgulho que sentiam pela construção (leia-se desenvolvimento/progresso) de uma região a ferro e fogo, de suas “cidades-chaminés”, milhares de indígenas morreram ainda no início do século XX, especialmente os *krenak* tentando parar o *kapo*

---

<sup>2</sup> Inspirando-me em Bruno Latour (2016, p.23-24) o que chamo de território “é tudo que você precisa para sobreviver e o que pode de repente lhe faltar. Tal trama não é bem delineada, mas é feita de redes altamente surpreendentes de conexões inesperadas saltando abruptamente em sua direção – sejam elas peixes, aves, ar, solo, carbono, proteínas ou terras raras [...] O que é um território senão isso sem o qual não poderíamos viver?”

<sup>3</sup> <https://www.brasildefato.com.br/node/31379/>



(“o monstro de ferro” – a locomotiva) que anunciava o fim do mundo. Carlos Drummond de Andrade em seu poema “O maior trem do mundo” (2011), também o acusa:

“O maior trem do mundo  
Leva minha terra  
Para a Alemanha  
Leva minha terra  
Para o Canadá  
Leva minha terra  
Para o Japão

O maior trem do mundo  
Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel  
Engatadas geminadas desembestadas  
Leva meu tempo, minha infância, minha vida  
Triturada em 163 vagões de minério e destruição

Lá vai o trem maior do mundo  
Vai serpenteando, vai sumindo  
E um dia, eu sei não voltará  
Pois nem terra nem coração existem mais”.

Em “A montanha pulverizada” (2011), o poeta de Itabira-MG, rezinga:

“Esta manhã acordo e  
Não a encontro.  
Britada em bilhões de lascas,  
Deslizando em correia transportadora,  
Entupindo 150 vagões,

No trem-monstro de cinco locomotivas,  
Trem maior do mundo, tomem nota –  
Foge minha serra, vai,  
Deixando no corpo a paisagem,  
Miseró pó de ferro, e este não passa”.

Descrevi a exploração do “Estado-empresário”, do Capital, na vida de operários da indústria aço, e não omiti o Capital, o Estado de suas enormes responsabilidades na destruição de um território selvagem para a construção de um modo de vida altamente suicida, ao tornar o Leste de Minas Gerais um dos maiores fornecedores de minério de



ferro e derivados básicos (como o aço) do mundo, materiais de suma importância no e para o capitalismo industrial.

Ao pesquisarmos esses cenários, lidamos vertiginosamente com as implicações do desenvolvimento, e obviamente, para nós das ciências sociais, importa-nos os humanos, seja do lado mais fraco, seja do lado mais forte. Nesse sentido, temos que reconhecer, desse ponto de vista, os esforços notáveis tentando enaltecer a vida dos exploradores e dos explorados, conferindo-lhes culturas, histórias, identidades, afetos.

Depois de quase dez anos oscilando entre estes dois pêndulos (denunciando o lado mais forte e enaltecendo o mais fraco), tenho me questionado sobre este movimento que foi empreendido nas ciências sociais para valorizar apenas nossas próprias capacidades e habilidades, positivas ou negativas. Afirmando isso, não em tom acusatório ou rancoroso com as ciências sociais, e sim, por estar convencido de que ultrapassamos a barreira do insuportável em nome do antropocentrismo, do desenvolvimento e do progresso.

Ainda sim, devemos seguir descrevendo as atrocidades do Estado, do Capital, dos países superdesenvolvidos, que estão carregando o planeta para o “nada” (no sentido que a física quântica atribui a este termo). Entretanto, é preciso enfrentar e aceitar o Antropoceno, nosso futuro incerto, nossa força geológica destrutiva contra a Terra, a fim de contestar a primazia secular que damos a uma única espécie: os humanos.

Revisitar estas trajetórias de minha própria antropologia, a partir do ponto de vista que adoto aqui, pode nos dizer alguma coisa da própria mudança na *antropologia* ao falar desse “*antropos*”. Se minha visão foi abalada devo esse feito aos discentes que me encorajaram a fazer uma importante atualização teórica a fim de estabelecermos no curso de doutorado “Seminários de Leitura e Interpretação de Textos Antropológicos” um ritmo incessante de descobertas sobre o que afinal têm motivado e movimentado as antropologias na atualidade. Nos anos em que estive a frente desta disciplina, tentei vincular o estudo das chamadas “novas epistemologias” ao antropoceno e seus efeitos



deletérios na única Terra que temos<sup>4</sup>.

## 2. Fatos e feitos no antropoceno

Estabelecer estes vinculamentos tem a ver com o fato de que enquanto escrevia este ensaio a Califórnia ardia em chamas<sup>5</sup>. Mais de 75% de Veneza estava submersa (a maior 'acqua alta' em 10 anos)<sup>6</sup>. Na Indonésia, Ilha de Celebes, terremotos seguidos de uma Tsunami dizimaram dezenas de milhares de vidas. No ano anterior o México foi arrasado por um terremoto de 7,1 graus de magnitude provocando mais de 250 vítimas fatais (na contagem apenas da espécie *Homo Sapiens*), exatamente doze dias após um tremor ainda mais abrupto de 8,2 graus<sup>7</sup>. Grandes inundações provocadas pelas chuvas de monções levaram a óbito mais de mil pessoas em Bangladesh, Índia e Nepal<sup>8</sup>. Nesse mesmo ano, *Irma*, *Katia* e *Jose* (três furacões) ceifaram vidas-e-paisagens nos Estados Unidos e Caribe<sup>9</sup>. O que sabemos, a partir dos conhecimentos produzidos até então,

---

<sup>4</sup> O antropoceno pode ser compreendido como uma categoria analítica, utilizada para descrever a aceleração do tempo recente na história da T/terra. Paul Crutzen propôs o conceito pela primeira vez, publicando-o em uma *newletter* com seu colega Eugene Stoermer (CRUTZEN e STOERMER, 2000). Apesar de recomendações internacionais para sua utilização, ainda não se tem uma posição oficial sobre a data de início da nova época geológica. Os candidatos mais prováveis parecem ser os resíduos radioativos, os anos do pós-guerra e o início dos testes nucleares. Certos autores falam da Revolução Industrial ou mesmo do início da chegada dos europeus nas Américas e Áfricas (VIVEIROS DE CASTRO e DANOWSKI, 2017, p.19-20). Há um consenso, de que o termo se refere a caracterizar os seres humanos, como agentes que exercem uma força geológica na Terra. Para nós das ciências sociais, o conceito de antropoceno "oferece um modo poderoso, se utilizado de maneira sensata, de evitar o perigo da naturalização à medida que permite reconfigurar o antigo domínio do social ou humano em domínio dos terráqueos ou terranos" (LATOURE, 2017, posição 27). Este conceito pode ser visto como um ciborgue que mistura "geologia, filosofia, teologia e ciência social" (LATOURE, 2016, p.34). Podemos concebe-lo como um estado generalizado de guerra entre "humanos" (modernos/ ocidentais) e "terranos" (povos da floresta), no qual testemunharemos inúmeras batalhas pela organização do espaço e do clima.

<sup>5</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/07/album/1533632127\\_263594.html#foto\\_gal\\_5](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/07/album/1533632127_263594.html#foto_gal_5)

<sup>6</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/album/1540892748\\_432874.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/album/1540892748_432874.html)

<sup>7</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/28/internacional/1538132306\\_239210.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/28/internacional/1538132306_239210.html)

<sup>8</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41103839>

<sup>9</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41220197>



vincula o “aquecimento global” ao aumento alarmante desses eventos que indicam mudanças no clima da T/terra<sup>10</sup>.

Marco Lambertini (Diretor Geral da WWF), ao comentar o relatório Planeta Vivo (2018), falou que há tempos estamos conscientes de que o planeta está à beira do abismo<sup>11</sup>. Em 50 anos, algo como 66% das populações de vertebrados do planeta desapareceram, dentre estes, peixes de água doce tiveram a maior taxa de extinção. Sobre peixes e outros seres aquáticos estima-se que 6 milhões de toneladas foram retirados dos oceanos desde 1950. Repomos generosamente com plástico. Mais de 8 milhões de toneladas são jogados nos oceanos do planeta todo ano, de acordo com dados apresentados no filme “*A plastic ocean*” (2016)<sup>12</sup>. Cientistas estimam que existem mais de 5 trilhões de fragmentos desse material no mar. A isso devemos o fato de mais de 90% das espécies de aves marinhas apresentarem plástico no estômago<sup>13</sup>. Na marcha dos 50 anos, 20% da Amazônia desapareceu (70% para a pecuária agressiva - cada molécula de metano - CH<sub>4</sub> - liberada pelo gado equivale a 22 de dióxido de carbono, CO<sub>2</sub>), 50% do Cerrado destruído (pela monocultura, pecuária e crescimento populacional desordenado) e 30% dos corais estão mortos<sup>14</sup>. A indústria do óleo de Palma (o mais barato do mundo que abastece grandes *commodities* e *fast-foods*) já destruiu cerca de “80% das

---

<sup>10</sup> “Cada ano que se passa nos dizem que as temperaturas sobem mais e mais, desde a inauguração das estações meteorológicas [...] O oceano, a cada expedição para auferir suas temperaturas, está mais ácido [...] Não estamos tratando de uma crise, pois as crises passam, e sim de uma mutação no clima, na Ecologia. Diante de tantas notícias perturbadoras, deslizamos de uma crise ecológica, para uma profunda mutação de nossas relações com o mundo [...], isso não vai passar, é definitivo (LATOURET, 2017, posições 167, 178 e 268, *Kindle*, Tradução e interpretação livres, de minha responsabilidade).

<sup>11</sup> [https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/lpr\\_2018\\_summary\\_portugues\\_digital.pdf](https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/lpr_2018_summary_portugues_digital.pdf) Latour (2017, posição 202, *Kindle*), citando Oreskes *et al* (2014), comenta que “alertas sobre a situação atual não faltaram. A consciência dos desastres ecológicos existe, estão vivas, foram e estão sendo documentadas, provadas, desde o começo do que chamamos de era industrial ou civilização mecânica” (Tradução e interpretação livres, de minha responsabilidade).

<sup>12</sup> <https://www.netflix.com/br/title/80164032>

<sup>13</sup> <https://promo.wwf.org.br/planetavivo2018>

<sup>14</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46026334> Chakrabarty (2009, p.10): “a atual taxa de perda de biodiversidade de espécies, os especialistas argumentam, é parecida, em intensidade, ao evento de cerca de 65 milhões de anos atrás, quando os dinossauros foram extintos.



florestas subtropicais na Indonésia, onde ainda coexistem elefantes, orangotangos, rinocerontes e tigres”<sup>15</sup>.

Nessa caminhada destrutiva, o que ainda resta dos animais selvagens, se tornam refugiados na Terra. Perto de 1/3 do planeta, é pasto ou monocultura<sup>16</sup> e nessa matemática precisa e assustadora, 1/3 das terras agricultáveis foram degradadas e abandonadas. Grandes cadeias poluentes globais, perderam a capacidade de distinção entre “progresso” e “risco”. 90% da produção agrícola mundial está invadida por pesticidas. Toda esta química mata anualmente 200.00 pessoas. Poluentes estão presentes em todos os tecidos vivos de plantas e animais. A passos velozes, eles decolam na cadeia alimentar. 1 em cada 2 europeus tem em seu sangue moléculas sintetizadas de herbicidas. A química invadiu remotos cantos da Terra, o que justifica a fabricação de 50.000 moléculas sintéticas em um século<sup>17</sup>.

Os indígenas sabem disso, estão se mobilizando e nos alertam. O Parque do Xingu, parte sul da Amazônia brasileira, onde vivem 6.500 indígenas de 16 povos diferentes, é uma ilha cercada pelo desmatamento. Nos últimos 30 anos, 42% das florestas do seu entorno foram derrubadas e deram lugar à monocultura de soja ou milho. A temperatura subiu e os incêndios florestais se tornaram uma ameaça constante. Em 2017, 12% desse território foi atingido por incêndios e as estatísticas foram as piores possíveis para as florestas<sup>18</sup>. Existem brigadas indígenas, que em suas canoas voadeiras, se deslocam de uma margem a outra tentando controlar focos de incêndios, na intenção

---

<sup>15</sup> Extraído do filme “Seremos História?” (2016) <https://www.netflix.com/br/title/80141928>

<sup>16</sup> Dados comentados no filme “Terra” (2015) <https://www.netflix.com/br/title/80102305>

Haraway (2016, p.141): “o barateamento da natureza não pode continuar mais a sustentar a extração e a produção no e do mundo contemporâneo, pois a maioria das reservas de terra foram drenadas, queimadas, esgotadas, envenenadas, exterminadas, e de várias outras formas exauridas

<sup>17</sup> Dados apresentados no filme Terra (2015) <https://www.netflix.com/br/title/80102305>

<sup>18</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-termina-2017-com-numero-recorde-de-queimadas-desde-1999-22204556#ixzz54GIFDWeT>



de não deixarem eles se alastrarem<sup>19</sup>. A floresta está pegando fogo muito rápido, dizem os anciãos sobre os novos tempos. As alterações ambientais fora do Parque, devido a pecuária e monocultura intensiva, estão afetando-o diretamente. O Mato Grosso lidera, nos últimos anos, as taxas de desmatamento na Amazônia. Nascentes no Rio Xingu, estão cercadas de lavouras monocultoras e pastagens<sup>20</sup>. Em 2017 foi devastado o equivalente a 22 mil campos de futebol. Esse recorde sustenta a produção de 86 milhões de soja neste ano e devolve a mesma terra algo como 1 bilhão de litros de agrotóxicos, o que nos concede outro recorde: país que mais consome agrotóxicos no mundo. Com a ajuda dos ventos o veneno pulverizado alcança vários territórios indígenas, sua roças, casas e corpos<sup>21</sup>.

James Hansen, climatologista, nos disse que o calor que se acumula diariamente nos reservatórios do planeta (oceanos, geleira e terra), devido a queima de combustíveis fósseis e emissão de gases poluentes, equivale a quantidade de calor emitida pela explosão de quatro bombas atômicas de Hiroshima (descrito em LATOUR, 2016, p.11). Domínio público, unanimidade entre climatologistas, o fato de que a temperatura média da Terra aumenta vertiginosamente<sup>22</sup>. Johan Rockström - no filme Seremos História? (2016) - já alertou que podemos ter um aumento de 4°C até o final do século XXI, algo sem precedente nos últimos 4 milhões de anos. De forma quase milagrosa, nos últimos

---

<sup>19</sup> <https://www.ibama.gov.br/noticias/436-2018/1737-prevencao-e-combate-a-incendios-florestais-envolve-3-3-mil-indigenas-em-5-anos>

<sup>20</sup> “As populações indígenas haviam encontrado, ao longo de milênios de co-adaptação com o ecossistema amazônico (ou eco-sistemas, pois a Amazônia não é uma só, mas muitas), soluções de sustentabilidade incomparavelmente superiores aos métodos modernos e estúpidos de desmatamento com correntões, tratadores, motosserras e desfolhantes, cujo objetivo é sempre o de criar um espaço estriável, um ente agrônômico, próprio para a criação de gado ou a produção de vegetais agroindustriais, ambos, gado e monoculturas, absolutamente dependentes de insumos sintéticos (hormônios e antibióticos, fertilizantes e agrotóxicos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p.03).

<sup>21</sup> Dados retirados do filme “Para onde foram as andorinhas?”, <https://www.youtube.com/watch?v=T0-INQW3It0>

<sup>22</sup> Veja o cenário de previsões catastróficas: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/12/conferencia-do-clima-comeca-com-senso-de-urgencia-e-tensoes-politicas.shtml>



10 mil anos a temperatura da Terra variou perto de 1°C, a mesma taxa registrada da revolução industrial até os anos 2000. Se chegarmos a um aumento médio de 3°C (isto é, mais 2°C), ondas de calor irão impossibilitar, cada vez mais, a vida em variados lugares. A agricultura (independente de sua verve) será impraticável nestas áreas e não será possível alimentar parte considerável dos humanos, já não o é, aliás, esta é uma variável constante na história da humanidade. Desse modo, em poucos mais de dois séculos, estamos alterando de forma irreversível as condições químicas e biológicas da T/terra afetando a estabilidade climática que se mantinha nos últimos dez mil anos. O atual padrão de aquecimento global pode levar a estabilização da temperatura do planeta em níveis mais altos que os observados durante a época do mioceno médio (entre 15 e 20 milhões de anos atrás), quando os humanos nem sonhavam em existir (LATOURE, 2016, p.53).

Para alimentar este superconsumo energético irresponsável e assimétrico, globalmente falando, recorre-se cada vez mais a fontes de extração de combustíveis extremamente perigosas e nocivas para o planeta como a remoção de carvão no topo das montanhas (como as minas de Itabira-MG a céu aberto que alimentam o mercado global); o super fraturamento hidráulico para remover gás natural (parte importante da economia baiana se movimenta globalmente graças a extração de gás natural no fundo da Baía de Todos os Santos); a perfuração pretolífica profunda em alto mar (o caso do Pré-sal<sup>23</sup>) e a exploração de areia betuminosa. Este último método é o mais destrutivo. Arrasa florestas, dizima espécies e envenena a água dos rios. Quando somamos os danos de tudo isso, o resultado é que estamos queimando tantos combustíveis fósseis que o gelo da Terra está derretendo. Na visão de um *Inuit*, “antigamente, o gelo era mais azul, não um azul ralo como agora. O gelo já foi muito duro, hoje se parece com sorvete”<sup>24</sup>. Em 2040 climatologistas afirmam que será possível navegar no Polo Norte, bem como,

---

<sup>23</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580027-pre-sal-mudancas-climaticas-e-o-empobrecimento-do-nordeste>

<sup>24</sup> Transcrito do filme *Seremos História?* (2016) <https://www.netflix.com/br/title/80141928>



não haverá gelo durante o verão no Ártico.

Como nada pode parar o progresso, a Rússia autoriza navios “quebra gelos nucleares” a rasgarem rotas comerciais, em pleno gelo ártico, para abrir passagem a produção global de manufaturados asiáticos e acelerar ainda mais o derretimento das geleiras. Isabelle Stengers (2015, p.10), alerta-nos de que “o derretimento das geleiras está acontecendo muito mais rápido do que o previsto, tanto no Ártico como na Antártica, e glaciologistas precisam corrigir seus modelos sobre o assunto”<sup>25</sup>.

Armas, tratores e escavadeiras ainda são nossos maiores inimigos. A catástrofe em Mariana (2015) jorrando injustiças para todo lado até o presente momento, ainda assombra para nos alertar. Este evento criminoso ocorreu com o rompimento de uma barragem (Fundão) da mineradora Samarco (controlada pela *Vale* e *BHP Biliton*) que liberou perto de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração compostos por óxido de ferro, água e lama, nos distritos de Bento Rodrigues, ao longo do curso dos rios Gualaxo, Carmo e Doce, alcançando o mar a partir de Regência no Espírito Santo e dali avançou rumo ao extremo sul da Bahia. Rastreamento seu percurso até o oceano, a lama arrasou 663 km<sup>26</sup>. Trata-se do maior evento destrutivo do gênero em 100 anos. Se considerarmos o volume de rejeitos, ele equivale à soma dos dois maiores registrados no mundo - ambos nas Filipinas, o primeiro em 1982 com 28 milhões de m<sup>3</sup>, e dez anos depois, o segundo, com 33 milhões<sup>27</sup>. Os dados podem ser verificados em estudo da *Bowker Associates* (2016). Apesar de grandes esforços coletivos como o GIAIA, cientistas ainda não conseguem prever danos futuros<sup>28</sup>. Países como Brasil e Índia ainda permitem

---

<sup>25</sup> A autora, em seu ensaio, com uma escrita cujo tom é de quem toma a palavra em uma palestra e, expõe sua inquietação acerca de problemas gestados nesta crise ecológica que se acumulam: “desigualdades sociais crescentes, poluição, envenenamento por agrotóxicos, esgotamento das fontes” (STENGERS, 2015, p.08).

<sup>26</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41873660>  
<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/575851-infografico-tragedia-de-mariana-entenda-os-impactos-ambientais-causados-pelo-desastre>

<sup>27</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos>

<sup>28</sup> Grupo Independente para Avaliação do Impacto Ambiental <http://giaia.eco.br>



a utilização de barragens à montante, o método menos estável e o mais perigoso<sup>29</sup>. Ao todo, de acordo com levantamento realizado recentemente, 45 barragens no Brasil possui algum tipo de problema em sua estrutura<sup>30</sup>. Enfim, a profecia dos *krenak* se cumpriu... O mundo do *kapo* arruinou tudo por onde ele serpenteia. Como disse Isabelle Stengers (2015, p.09) “o que sabemos agora é que, se aguentarmos firme e continuarmos a ter confiança no crescimento, vamos [...] dar de cara com a parede”. Não tenho dúvidas de que “a modernização nos conduziu para um beco sem saída” (LATOIR, 2017, posição 242, *Kindle*).

Por tudo isso, a “ausência de futuro” anunciada por Viveiros de Castro e Danowski (2017), alude a um tempo ontologicamente complexo e nefasto, já que o “antropoceno” (Paul Crutzen) indicando uma nova época geológica (na qual os humanos estão agindo como força geológica destrutiva) que substitui o holoceno, tem revelado “um presente sem por vir, portador de um tipo de karma biogeofísico que está inteiramente fora de nosso controle anular”<sup>31</sup>. No exercício de espeleologia futura realizado pelo casal, reforça-se o argumento de que nossa ruína se dará em virtude da hegemonia do ocidente, “moderno-globalizado”, baseada no desenvolvimento econômico, de forma constante e inconsequente, movido pelo consumo de energias poluentes. Em entrevista ao *Jornal El País*, os/as autores/as falam que “a relação que sempre se fez é que para tirar as populações da pobreza é preciso crescer economicamente. Aí temos um dilema: se você cresce economicamente com o uso crescente de energia fortemente poluente, como petróleo e carvão, nós iremos destruir o planeta”<sup>32</sup>. Ninguém acredita ou leva muito a sério que “a mansão das liberdades

---

<sup>29</sup> Retirado do filme *Seremos História?* (2016) <https://www.youtube.com/watch?v=17ahI7chU5k>

<sup>30</sup> <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/19/cresce-o-numero-de-barragens-com-problemas-graves-de-estrutura-diz-ana.ghtml>

<sup>31</sup> “Caracterizar-nos como agentes geológicos é atribuir-nos uma força de escala semelhante àquela liberada nas vezes em que houve extinção em massa das espécies” [...] “Negar que o aquecimento global é real, é negar precisamente que os seres humanos se tornaram agentes geológicos mudando os mais básicos processos físicos da Terra (CHAKRABARTY, 2009, p.09).

<sup>32</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/opinion/1412000283\\_365191.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/opinion/1412000283_365191.html)



modernas repousa sobre uma base de uso de combustíveis fósseis em permanente expansão, *porém limitada e prestes a se esgotar*” (CHAKRABARTY, 2009, p.11).

A partir destas mudanças (e seus efeitos) é que Gaia (exígua e implacável) aparece como intrusa (STENGERS, 2015)<sup>33</sup>. Pois a “natureza”, vista pela modernidade apenas como ente passivo a ser sugado e explorado até seu último suspiro, parece contra-atacar com suas ondas de catástrofes. É seguro afirmar que “já não estamos lidando com uma natureza selvagem e ameaçadora, nem com uma natureza frágil, que deve ser protegida, nem com uma natureza que pode ser explorada à vontade” (STENGERS, 2015, p.38).

A “*pachamama*” dos povos ameríndios, vista como a mãe que nutre e dá-lhes vida teria virado as costas a seus/suas filhos/as? Ou Gaia, quer reconquistar “o território (a T/terra) que os humanos, agindo como invasores alienígenas transformam, dia a dia, em um deserto de concreto, asfalto, plástico e plutônio” (VIVEIROS DE CASTRO e DANOWSKI, 2017, p.43)?.

A materialidade incomensurável do lixo no planeta, confirma o que Viveiros de Castro e Danowski (2017, p.16) tentam nos alertar como a “ruína de nossa civilização global em virtude de sua hegemonia incontestada, uma queda que poderá arrastar consigo parcelas consideráveis da população<sup>34</sup>. A começar é claro, pelas massas miseráveis que vivem nos guetos e/ou lixões geopolíticos do sistema mundial”<sup>35</sup>. Caminhamos para uma

---

<sup>33</sup> “Nomear Gaia como a que faz intrusão é também caracterizá-la como cega aos danos que provoca” [...], “ofendida é cega para as nossas histórias (STENGERS, 2015, p.37-153). Gaia, no ensaio da autora, não é a terra concreta, nem tampouco aquela que é nomeada e invocada quando se trata de afirmar e fazer sentir nossa conexão com a terra. Gaia, para a autora, “deve ser reconhecida como um ser e não assimilada a uma soma de processos” [...] “Ela é dotada não apenas de uma história, mas também de um regime de atividades” (*idem*, p.38).

<sup>34</sup> “Gaia é indiferente à pergunta quem é responsável? E não age como justiceira”. Já sabemos que as primeiras regiões da Terra atingidas, são “as mais pobres do planeta, sem falar de todos esses viventes que não tem nada a ver com a questão” [...] “A brutalidade de Gaia corresponde à brutalidade daquilo que a provocou, de um desenvolvimento cego às suas consequências” (STENGERS, 2015, p.40-47).

<sup>35</sup> Marisol de la Cadena (2018, p.104), nos ensina que “poluir é possuir, é excluir os outros do acesso aos recursos de que o poluidor se apropria”. Trata-se de compreender que “a apropriação por meio da poluição também mata os humanos que o antropos não se importa em ver – e que,



existência material e politicamente sórdida, para aquilo que Stengers (2015) chamou de “a barbárie por vir”.

Em coletânea recente Rial (2016) e seus autores e autoras, tratando especificamente do tema “lixo” nos trazem dados surpreendentes<sup>36</sup>. Cidades no sul global coletam menos de 50% de seus materiais gerados e descartados como lixo. Bangalore, centro de negócios de tecnologia da informação indiano, outrora conhecida como cidade jardim, atualmente ganhou o apelido de “Cidade Lixo”. Smokey Mountain, funcionou como uma lixeira de 2 milhões de toneladas métricas, por mais de 40 anos. Este aterro sanitário na cidade de Manila, Filipinas, foi fechado em 1995. Os materiais em decomposição liberam tanto metano que passaram a queimar repentinamente<sup>37</sup>. Smokey Mountain II, aberto em 1998, na mesma foz do Rio Manila, na Baía de Manila, possui 44 hectares cobertos de lixo. Mais de 2.000 famílias residem no local e trabalham com os rejeitos de aproximadamente 1.500 toneladas de lixo por dia. O lixo de Manila, entregue ao oceano sem fronteira, viaja o mundo todo. Tavalu, próximo as Ilhas Fiji, está sendo destruída pelo plástico. Em poucas décadas a ilha será sufocada pelo seu próprio lixo. Um drama de várias ilhas do pacífico sobre as quais a Antropologia construiu um pedaço generoso de sua história.

Atualmente, parte dos resíduos sólidos de países europeus e EUA viaja em grandes navios para África, Ásia e América Latina. De metais pesados retirados de computadores e outras máquinas, a lençóis sujos de hospitais (como os provenientes dos Estados Unidos vendidos no nordeste do Brasil, em um caso escandaloso denunciado pela mídia em 2011<sup>38</sup>), o lixo circula em uma direção precisa – do norte para o sul global;

---

portanto, não importam, às vezes, as amputações ecológicas, incluindo as mortes humanas, consideradas geografias do sacrifício necessárias”.

<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145635>

<sup>36</sup> O que não exclui que para os/as autores/as do livro, o lixo incomoda, vira tema de pesquisa, apenas quando a vida humana é afetada.

<sup>37</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=nQ\\_ogmgFDfg](https://www.youtube.com/watch?v=nQ_ogmgFDfg)

<sup>38</sup> <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2011/10/apreendida-em-pe-carga-de-lencois-sujos-de-hospitais-americanos.html>



o que é lixo no norte global se transforma em matéria-prima no sul global, entretanto, mesmo transformando o sul global em lixeira do Capital, já estamos em uma época na qual não há mais onde colocar lixo no mundo.

Em “*A plastic ocean*” (2016) os dados são aterrorizantes. Nos últimos dez anos produziu-se mais plástico do que no último século. Cerca de 240 bilhões de litros de óleo são usados diariamente, apenas para fornecer garrafas de água nos EUA. Dentre estas, estima-se que mais de 90% são utilizadas uma única vez, o que leva ao descarte 38 bilhões de garrafas anualmente. Nas cidades, estima-se que cada pessoa usa e descarta por ano perto de 140 quilos de plástico. Em 2017 a produção de plástico no mundo superou a marca dos 350 milhões de toneladas<sup>39</sup>. Metade de tudo isso é usado uma única vez e descartado e apenas 9% é reciclado<sup>40</sup>. Intrigante é que a metade da produção de materiais plásticos são considerados descartáveis, no entanto, como algo considerado descartável, pode ser indestrutível?

Quase todos os pedaços de plástico produzidos no planeta, desde sua invenção em 1908, ainda estão na terra ou na água. No Mediterrâneo, pesquisas revelam uma proporção de 1 para 2, entre plástico e plâncton<sup>41</sup>. Em estudo recente, publicado na *Specific Report*, pesquisadores da U.C Davis examinaram 76 espécies de peixes marinhos para consumo na Indonésia e 64 na Califórnia: encontraram microplástico<sup>42</sup> em todas e ¼ dos peixes continham detritos antropogênicos. O ingresso do microplástico na cadeia alimentar de peixes e mexilhões (de pelo menos seis regiões diferentes do mundo) afeta a vida de mais de 2,6 milhões de pessoas que dependem exclusivamente do mar como

---

<https://oglobo.globo.com/brasil/lixo-hospitalar-americano-vira-roupa-de-cama-em-hotel-de-pernambuco-2863898>

<sup>39</sup> <https://nacoesunidas.org/mundo-esta-sendo-inundado-por-lixo-plastico-diz-secretario-geral-da-onu/>

<sup>40</sup> Já existe tecnologia capaz de transformar plástico vencido em combustível (óleo). Economistas do mundo todo tentam provar que a reciclagem é um nicho de negócios altamente rentável e em ascensão.

<sup>41</sup> [https://www.bbc.com/portuguese/videos\\_e\\_fotos/2015/07/150710\\_plancton\\_video\\_come\\_plastico\\_rw](https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2015/07/150710_plancton_video_come_plastico_rw)

<sup>42</sup> <http://www.globalgarbage.org.br/portal/tag/microplasticos/>



fonte de proteínas.

Diariamente, vários casos são relatados de seres com mortes dolorosas devido a ingestão de plástico. Tartarugas marinhas confundem sacolas plásticas com águas-vivas; e passam seus últimos dias se alimentando de plástico<sup>43</sup>. Há diversos relatos na literatura científica, cada vez mais frequentes, de baleias cuja quantidade de material plástico encontrado no estômago passa dos seis metros quadrados<sup>44</sup>. Assim como as tartarugas, elas não conseguem comer e morrem de inanição, seu sistema digestivo fica bloqueado, tornando a morte uma experiência extremamente agonizante.

### 3. O que a antropologia tem a ver com isso?

Muitos/as devem estar se perguntando, nesse momento, o que a antropologia tem a ver com isso? Do ponto de vista que adoto, o que emerge como essencial, é que na atualidade, até para nós das Ciências Sociais, trata-se de um “bem coletivo” abandonar a perspectiva antropocêntrica (VIVEIROS DE CASTRO, 2011), como forma, inclusive, de tentar proteger Culturas (Sociedades/Coletivos/Pessoas) sobre as quais nossa própria história emergiu. Vários dos refúgios etnográficos construídos ao longo da história da disciplina estão sob grave ameaça de desaparecerem, pelos efeitos permanentes da modernização: plástico, monoculturas, complexos industriais globais, aquecimento global. Parece que retornamos a ameaça que rondou a antropologia nos anos 1950 e fez Lévi-Strauss se preocupar com a extinção dos coletivos indígenas e logo da antropologia, frente a modernização do mundo. De lá para cá nossa antropologia se reinventou, migrou suas análises para diversificados cenários, mas o risco de extinção não deixou de zunir nos ouvidos indígenas. A diferença de nossos tempos, é que não se trata apenas de uma extinção ontológica, dos “outros” e de nossa práxis, mas um desaparecimento de

---

<sup>43</sup> Estima-se que se produza no mundo 1 trilhão de sacolas plásticas por ano. São quase dois milhões de sacolas por minuto, cuja média de uso de cada uma é de 12 minutos.

<sup>44</sup> Exposto no filme “Oceanos de plástico” <https://www.netflix.com/br/title/80164032>



todos, de nossa própria espécie e de outras dezenas de milhares que desaparecem dia a dia.

Daqui por diante em nossos estudos, é preciso borrarmos as fronteiras que isolam a Natureza da Cultura, a ecologia da antropologia. Nosso trabalho ainda não terminou! Devemos seguir firme descrevendo a atuação nefasta do Capital, do Estado na T/terra. Nesta tarefa, ouvindo Latour (2015, p.23), precisamos “de todos os recursos, de todas as disciplinas, sejam elas sociais ou naturais”. O aquecimento global, não se trata de um fato nem cultural, nem natural, pois é antes um fenômeno histórico, pois o clima é produto de vinculações entre diferentes espécies ao longo do tempo (CHAKRABARTY, 2009).

Como nos ensina Viveiros de Castro (2011, p.05) a “natureza” aponta a barreira intangível da história. A paisagem de nosso tempo “da estratosfera ao mais profundo subsolo, está saturado do humano, de seus signos-sintomas, de seus produtos-dejetos; a cultura se tornou coextensiva à natureza, ecologia e antropologia convergem para um foco único”. O que se impõe para nós na atualidade é a “convicção de que a natureza não pode ser o nome do que está lá fora, pois não há fora, nem dentro: o fora é o nosso centro, e o cosmos é um denso tecido de dentro. Somos natureza, ou não seremos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p.06). Nas palavras de Latour (2016, p.11) “natureza foi uma invenção que os modernos tentaram impor aos outros povos, e agora que ela se mostrou falha para dar conta do mundo no antropoceno, é de se esperar que outras ontologias e outras formas de compreender a relação entre as espécies ganhe espaço”<sup>45</sup>.

E o próprio Latour (2017) indica outras formas de encarar a questão. Na tradição ocidental, a maioria das definições de humano sublinham com muita ênfase sua distinção no que tange a Natureza. Essa distinção é o que se espera marcar com a noção de Cultura, Sociedade ou Civilização. No entanto, a Natureza não existe como domínio, universo, ou mundo, e sim, como a metade de um par definido por um único conceito

---

<sup>45</sup> Ver, por exemplo, o “Chthuluceno” de Donna Haraway (2016).



que ainda precisa ser forjado e que vá além da própria ideia do autor expressa na terminologia Natureza/Cultura. Ainda sim, ele nos diz que tal solução tem sentido para evitarmos fazer da Natureza um tipo de evidência universal sobre a qual se destacaria uma categoria codificada de Cultura. A grande dificuldade, de acordo com Latour (2017), reside na própria expressão, que supõe duas classes de domínios, o da Natureza e o da Cultura, domínios por vezes distintos e impossíveis de se separar completamente. Para ele, “não tentem definir apenas a Natureza, pois terão que definir o termo Cultura; não tentem definir somente Cultura, pois de imediato necessitam definir também o termo Natureza. O que significa que não estamos tratando de domínios apartados, e sim falamos de um único e mesmo termo, dividido em duas partes que se encontram ligadas por um forte elástico” (LATOURE, 2017, posição 285, *Kindle*)<sup>46</sup>.

Por isso, insisto: nossas responsabilidades devem incidir em denunciar o “modelo de superdesenvolvimento” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017) que levará, a extinção da “Natureza” e de sua metade a “Cultura”. Assim, é fundamental assumir, de uma vez por todas que “desenvolvimento” industrial/informacional, não é a saída da pobreza ou das desigualdades<sup>47</sup>. Viveiros de Castro (2011, p.10) já nos chamava a atenção para esta questão ao falar que demoramos demais para acordarmos e constatarmos que miséria, fome e injustiça “não são o fruto parcial, incompleto, da marcha do progresso, mas seus sub-produtos necessários, que aumentam à medida que tal marcha prossegue

---

<sup>46</sup> Latour (2017, posição 686 e 687), nos fala que, para não mesclar os dois termos, nem os tomarmos como sinônimos, podemos nos valer de uma maiúscula na Natureza para recordarmos de que se trata de um nome próprio, de uma figura cosmológica entre muitas outras e sobre a qual aprenderemos de imediato a também reconhecer outro nome próprio, que a seu cargo, de maneira muito distinta, outros “existentes” e outras formas de liga-los.

<sup>47</sup> Seguindo as pistas de Viveiros de Castro (2011: p.06): chamo a atenção inclusive para a “noção tão louvada de desenvolvimento sustentável – não se pode negar as boas intenções de quase todos que a formularam e defendem – que é no fundo, apenas um modo de tornar sustentável a noção de desenvolvimento, a qual já deveria ter ido para a usina de reciclagem das ideias. Ela é uma contradição em termos. Não existe desenvolvimento capitalista sustentável; e salvo engano, a imensa maioria dos defensores do desenvolvimento sustentável não imagina uma alternativa ao capitalismo”



na mesma direção. Quanto mais se aumenta a produção de alimentos, mais gente passa fome na Terra”.

Devemos trabalhar daqui em diante na denúncia deste modelo ocidental de desenvolvimento como um tipo de panaceia planetária; devemos perscrutar as discrepâncias que fazem com que um cidadão norte-americano, por exemplo, gaste até 26 vezes mais, em média, para viver do que um cidadão do Quênia. Isso é o “superdesenvolvimento” que transforma o capitalismo em uma máquina de fazer pobres, inclusive, na Europa (VIVEIROS DE CASTRO e DANOWSKI, 2017). Apesar das várias evidências de que “o futuro que nos aguarda, graças a esta ação predatória dos “humanos” modernos/capitalistas sobre os sistemas da T/terra, não se assemelha em nada com o ideal de progresso e emancipação acalentado pelos modernos, por que seguimos insistindo em tal projeto civilizatório?” (LATOURE, 2015, p.49).

Talvez seja a “esperança” (refiro-me aqui ao termo que tem sua origem no “*spes*” [do latim] e pode ser interpretado como ter confiança em algo positivo, como no verbo inglês *hope*) que impede a maioria de encarar a dura realidade sobre o futuro próximo: esperar que seja possível evitar um grande distúrbio no clima é uma ilusão<sup>48</sup>. Assim que encararmos de frente, as possibilidades concretas de um mundo sob aquecimento, com todos os seus horrores, poderemos começar a fazer planos e agir com base nesse novo regime climático. Vale lembrar as palavras de Donna Haraway (2016, p.13), pois atualmente, “trata-se mais do que mudanças climáticas, trata-se da enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento dos lagos e rios, sob e acima do solo [...] de grandes genocídios de pessoas e outros seres”.

Vários cientistas e outros tantos coletivos (terranos) estão empenhados em diminuir os efeitos de uma “catástrofe” (no sentido de revelação de coisas que estão vindo em nossa direção) ambiental. Estes sabem o que está em jogo nesta guerra (entre humanos e terranos): as condições mesmas de existência do mundo como o

---

<sup>48</sup> “Em lugar de falar sobre ou de esperança devemos explorar uma forma sutil de desesperar (evitar confiar somente na esperança do tempo que passa” (LATOURE, 2017, posição 267, *Kindle*).



conhecemos<sup>49</sup>. Há lutas em marcha de terranos que se dispõe a resistir à barbárie anunciada, com os meios que podem para promover mudanças, instaurar exemplos de vida e produção mais condizentes com a única T/terra que temos. Como disse Stengers (2015, p.09): “é importante aprender a assumir o que agora sabemos, tomar conhecimento de nossas obrigações diante do que está acontecendo”. Aí, “talvez, mas só talvez, e apenas com intenso compromisso e trabalho colaborativo com outros terranos será possível fazer florescer arranjos multiespécies, que incluam as pessoas” (HARAWAY, 2016, p.142). Para isso, como colocou Viveiros de Castro (2011, p.08) temos que nos engajar “contra o mundo do tudo é necessário, nada é suficiente, e a favor de um mundo onde muito é necessário, quase tudo é suficiente. Quem sabe assim tenhamos um mundo a deixar para nossos filhos”.

#### 4. Concluindo, provisoriamente...

Nossa antropologia enfim, pode se pensar enquanto um tipo de estudo que desconfia cada vez mais da entidade “*antropos*” que a batizou. Devemos concordar com Chakrabarty (2009, p.04), pois nossas leituras sobre os mais variados temas do *antropos* não nos prepararam “para entender essa conjuntura planetária em que se encontra a humanidade”. Ainda sim temos um refúgio, pois “descrever não é apenas informar, é também alarmar, é comover, colocar em movimento e chamar para a ação (LATOURETTE, 2017, posição 486, *Kindle*).

Desse modo, ao falarmos em novos arranjos teóricos que incluam o antropoceno, levando em conta ciências sociais e naturais, a proposta é levar a sério “a ideia de diversidade socioambiental como um chamamento a luta” (Viveiros de Castro, 2011,

---

<sup>49</sup> Diferenciar “humanos” (modernos) de “terranos”, talvez, evite o perigo de “incluir os pobres do mundo – cujos rastros de carbono são de todo modo, pequenos – através de termos inclusivos como espécie ou humanidade, quando a culpa pela crise deve ser colocada diretamente na conta dos países ricos, em primeiro lugar, e das classes mais ricas nos países pobres (CHAKRABARTY, 2009, p.17).



p.07). É ele quem nos diz que a diversidade de modos de vida humanos é uma diversidade dos modos de nos relacionarmos com a vida em geral, e com as inumeráveis formas singulares de vida que ocupam (informam) todos os nichos possíveis desse mundo como o conhecemos. A diversidade humana, social ou cultural, é uma manifestação da diversidade ambiental ou natural. Nestes termos, a atual catástrofe ecológica (peço licença para usar esta expressão como um ponto de inflexão) “é para os humanos, imediatamente também uma crise cultural, crise de diversidade, ameaça à vida humana” (*idem*, p.09). O que não sabemos é: se estas crises passarão, ou se serão elas também definitivas?

Devemos ouvir Stengers (2015, p.112), pois entraremos “em uma época caótica, e a questão é evitar que o caos seja bárbaro. E ele será se as pessoas esperarem que o Estado as protejam”.

*Recebido em 30 abril de 2020*

*Aprovado em 15 de maio de 2020.*



## Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Confissões de Minas**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Clima y historia. Cuatro tesis. Pasajes: **Revista de pensamiento contemporáneo**, v.01, n. 31, p. 51-69, 2009.
- DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Rio de Janeiro: ISA e Cultura e Barbárie, 2016.
- DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v.01, n. 69, p.95-117, 2018.
- HARAWAY, Dona. Antropoceno, capitaloceno, plantacionoceno, chthuluceno: generando relaciones de parentesco. **Revista Latino-americana de Estudos Críticos Animais**, v.01, p.1-12, 2016.
- HOLMGREN, David e MOLLISON, Bill. **Permaculture one: a perennial agricultural system for human settlements**, 1979.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, n.01, v.57, p.11-31, 2014.
- LATOUR, Bruno. **Cara a cara con el planeta: Una nueva mirada sobre el cambio climático alejada de las posiciones apocalípticas**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.
- LATOUR, Bruno. **Cogitamus**. Seis cartas sobre as humanidades científicas. Editora 34, 2016.
- RIAL, Carmen (org.). **O poder do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: ABA, 2016.
- STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. Resistir a barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico: da necessidade extensiva à suficiência intensiva. **Sopro**, Rio de Janeiro, n.51, p.03-10, maio, 2011



## Filmes

**Seremos História?** [Before the Flood]. 2016. Direção: Fisher Stevens, 100 min.

Produção: Leonardo di Caprio.

**Terra.** 2015. Direção: Yann Arthus-Bertrand e Michel Pitiot, 97 min.

**Oceanos de plástico** [A plastic ocean]. 2016. Direção: Craig Leeson, 102 min.

**Para onde foram as andorinhas?.** 2015. Direção: Mari Corrêa, 22 min.

**Vozes indígenas num clima em mudança.** 2016. Direção: Diego Mendonça e Eduardo Garcês, 10 min.

**Cowspiracy: o segredo da sustentabilidade.** 2014. Direção: Kip Andersen e Keegan Kuhn, 91 min.

**Mission blue.** 2014. Direção: Robert Nixon e Fisher Stevens, 94min.

**Isso muda tudo.** 2015. Direção: Avi Lewis. Produção: Alfonso Cuarón, 90 min.

**Geneticamente modificados.** 2015. Direção: Jeremy Seifert, 93 min.

**Uma verdade inconveniente.** 2006. Direção: Davis Guggenheim, 118 min.

**Uma verdade mais inconveniente.** 2017. Direção: Jon Shenk e Bonni Cohen, 99 min.

## Sites

<https://brasil.elpais.com>

<https://www.theguardian.com/us>

<https://nacoesunidas.org>

<http://giaia.eco.br>

<https://www.bbc.com/portuguese>

<https://oglobo.globo.com>

<https://www.wwf.org.br>

<http://www.observatoriodoclima.eco.br>



<http://www.revistas.usp.br>

<https://www.netflix.com/br>

<http://www.globalgarbage.org.br>

<https://www.youtube.com>

<http://g1.globo.com>

<http://www.ihu.unisinos.br>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br>

<https://www1.folha.uol.com.br>

<https://www.ibama.gov.br>



Universidade Federal Rural de Pernambuco, julho de 2020  
[www.ufrpe.br](http://www.ufrpe.br)

ISSN: 2446-6662– Versão Eletrônica

**Este artigo está sob uma licença do  
Creative Commons**

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes.

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, desde que sejam para fins não-comerciais

Distribuir obras derivadas somente sob uma licença idêntica à que governa a obra original.





## O VELÓRIO DA MINHA MÃE EM UMA ETNOGRAFIA DE EMOÇÕES: REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE MORTE E AFETOS

*Whodson Silva*

Doutorando em Antropologia na Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAn/UFGM).  
Integrante do Laboratório de Estudos Sobre Ação Coletiva e Cultura (LACC/Universidade de  
Pernambuco) e do Projeto Nova Cartografia Social.

E-mail: [whodsoon@gmail.com](mailto:whodsoon@gmail.com)

### RESUMO

O presente trabalho apresenta uma descrição etnográfica de um complexo ritual fúnebre onde tais processos estão relacionados à morte de um ente querido. Assim, apreende-se a morte a partir da proximidade com tal experiência, fenômeno que elenca um conjunto de elementos que o compõe e que lhe conferem significado. Pretende-se, portanto, afirmar que a morte de um ente querido reordena não somente a experiência social da vida, mas das ideias teóricas e dos afetos com que construímos nossas narrativas.

**Palavras-chave:** Antropologia da morte; Velório; Afetações; Narrativa pessoal.

### MY MOTHER'S FUNERAL IN AN ETHNOGRAPHY OF EMOTIONS: ANTHROPOLOGICAL REFLECTIONS ON DEATH AND AFFECTIONS

### ABSTRACT

The present work displays an ethnographic description of a complex funereal ritual where its processes are related to a loved one's death. Therefore, death is understood from the proximity with said experience, a phenomenon that lists a set of elements that compose it and give it meaning. Thus, it is intended to state that the death of a loved one rearranges not only the social experience of life, but also the theoretical ideas and affections with which we build our narratives.

**Keywords:** Anthropology of Death; Funeral; Affections; Personal Narrative.

### Introdução: com dor e de luto às reflexões antropológicas

*"Quando se instala, a dor aprisiona cada instante da existência. Ela dá cor a toda relação do mundo e se interpõe como uma tela que mantém as coisas afastadas"*

Le Bretto (2013, p.32).

Este trabalho é mais do que o resultado de uma disciplina de História e



Teoria Antropológica<sup>1</sup>, é, na verdade, fruto da relação dos conteúdos discutidos com todo o contexto social no qual estive inserido no período que cursei tal componente curricular; principalmente, nos momentos em que estive dedicado à construção desse ensaio, os 6 meses após a finalização das aulas.

A professora doutora Mísia Lins Reesink ministrou a referida disciplina no primeiro semestre de 2017, no contexto do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco – PPGA/UFPE. Como processo avaliativo, solicitou aos discentes trabalhos teóricos que exigem a habilidade de discutir um conceito ou tema entrecruzando vários textos clássicos da antropologia.

Cada estudante, nesse contexto, é motivada/o por temáticas que, muitas vezes, está relacionada a seus projetos de dissertação e/ou interesses particulares. Esses exercícios sempre são oportunidades de complexificar reflexões sobre os contextos que estamos inseridos enquanto antropólogas e antropólogos.

No meu caso, em particular, estive bastante instigado em desenvolver uma análise sobre o método antropológico nos variados momentos da história desta área de conhecimento, o que me possibilitaria (re)pensar os métodos e técnicas que utilizara no campo da pesquisa. Entretanto, fui envolvido por uma série de processos que me impossibilitaram de realizar este trabalho e de cumprir os prazos estabelecidos pela professora.

Tais processos estão relacionados à morte de um ente querido<sup>2</sup>, um evento que envolve, segundo Hertz (1907), crenças, ritos e emoções. A morte, para Reesink (2012), se trata de um fato social total, que como todo fenômeno social

---

<sup>1</sup> Como apresentarei na introdução deste trabalho, a motivação para escrever tal ensaio foi o requisito avaliativo da disciplina de História e Teoria Antropológica no curso de mestrado em Antropologia na Universidade Federal de Pernambuco (PPGA – UFPE).

<sup>2</sup> Como coloca-nos Reesink (2012), ente querido é o termo empregado comumente quando algum sujeito faz referência aos seus mortos. Ou seja, algum parente ou algum amigo próximo que, ao morrer, é transformado pelas pessoas em ente querido. O ente querido referido nesse texto é a minha mãe.



total, se refere a essa incapacidade inerente à totalidade de ser apreendida “totalmente”. Nessa direção, estou aqui compreendendo a morte, a partir da proximidade que tive dessa experiência, um fenômeno que envolve uma diversidade de elementos socioculturais que possibilitam a nossa compreensão da realidade social, e, por isso, ocupa um lugar importante na discussão antropológica.

Assim, este trabalho difere dos demais produzidos no contexto daquela disciplina, já que “desobedeceu” as orientações estabelecidas e apresenta um outro modelo e contexto de problematização. O que não o torna menos denso e reflexivo, pelo contrário, reflete ao ponto de considerar as impossibilidades emocionais que me apareceram no percurso de um trajeto.

A experiência social do sofrimento<sup>3</sup>, o luto e a dor da perda, evocado pelo evento da morte da minha mãe, esteve muito presente nesse período, o que inibiu a escrita do material requisitado. No entanto, retomei o exercício inspirado por esses mesmos infortúnios<sup>4</sup> que o inviabilizaram, dessa vez os colocando não mais como inibidores, porém como propulsores de reflexões no campo da teoria antropológica. Creio, nessa direção, que uma das características dos antropólogos e das antropólogas é, justamente, encarar as situações sociais as quais se deparam a partir de uma visão que estranha e desnaturaliza, o que implica em constantemente levantar questões e pensá-las a partir de uma reflexão crítica e situada.

Não obstante, duas questões me fizeram repensar este trabalho. A primeira está relacionada à figura e o papel assumido, à época, pela professora orientadora da pesquisa do mestrado, Vânia Fialho. Esta, para além de orientadora, acompanhou de perto os períodos de sofrimento, luto e infortúnios,

---

<sup>3</sup> Refiro-me ao entendimento do sofrimento como uma experiência social, presente no trabalho de Kleinman, Das e Lock (1997).

<sup>4</sup> Entendo o termo infortúnio como o utilizado Evans-Pritchard (2005) para referir-se a perturbações que padecem de uma inevitabilidade própria das dinâmicas da vida.



me ajudando significativamente a enfrentar o complexo ritual da morte com serenidade e paciência. Ela esteve atenta e preocupada com o trabalho da disciplina, não dispensando a responsabilidade que teria com o cumprimento do exercício. Foi a partir de sua orientação que surgiu a ideia de refletir sobre a própria morte e fazer deste evento um espaço de reflexão antropológica.

A segunda questão refere-se à figura da professora da disciplina, Mísia Reesink, que compreendendo os acontecimentos, estendeu os prazos e se solidarizou com a situação; por outro lado, Reesink é uma autora reconhecida por seus estudos produzidos na área da Antropologia da morte, da Antropologia da religião e da Antropologia das emoções; Os escritos desta, principalmente o texto “Quando lembra é amar: tempo, espaço, memória e saudade nos ritos fúnebres católicos”<sup>5</sup>, publicado em 2012, me possibilitaram enxergar que a morte é, sem dúvidas, um fenômeno que merece atenção por revelar diversas nuances da “vida” social.

Frente ao desafio que é escrever sobre essa temática, chamo a atenção para as limitações que tenho diante de uma categoria tão complexa. A morte constitui para mim um universo engenhoso e plural, que me apareceu repentinamente como um evento muito próximo no campo empírico e, ainda distante na dimensão de abstrações teóricas, nesse sentido, o que apresento aqui é um esforço de pensá-la como um campo etnografável. Assim, o objetivo deste artigo é de descrever, etnograficamente, alguns dos elementos do que chamarei de “complexo ritual da morte” de um ente querido para assim, analisá-los à luz de categorias antropológicas.

A compreensão de um complexo ritual é uma tentativa de ampliar a percepção da morte como uma condição estritamente natural, para mais bem

---

<sup>5</sup> O texto mencionado foi o meu primeiro contato, e um dos poucos, com as reflexões produzidas no campo da Antropologia da morte e da Antropologia das emoções, o que fez com que o mesmo se tornasse base para as diversas reflexões contidas neste ensaio.



entendê-la como um evento composto de um conjunto de elementos, socioculturais e naturais, que o compõe e que lhe conferem significado. Essa concepção segue na direção de considerar o “processo da morte”, descrito por Reesink (2012, p. 369): “separação do morrente do mundo dos vivos, seu estatuto transitório de moribundo (nem morto, nem vivo) e enfim sua integração no estatuto de morto”.

Assim, a reflexão que aqui será apresentada representa a maneira com que encaro a dor de uma perda: um elemento propulsor para a vida. Ao escrever estas linhas, caminhei por uma via dual, de emoções sentidas “à flor da pele” e de abstrações científicas, o que nos leva a pensar que, como me disse Vânia Fialho, teoria só tem sentido se nos ajuda a compreender o mundo da vida... ou, nesse caso, da morte, que está intrinsecamente ligado à vida. Assim, pretendo que esse artigo sele a ideia de que a morte de um ente querido reordena não somente a experiência social da vida, mas das ideias teóricas e dos afetos com que construímos nossas narrativas.

## **2. Quando o *alter* é o “meu morto”: possibilidades de reflexão a partir de uma etnografia da morte**

A Antropologia se constitui como um campo científico que busca compreender as relações humanas e sociais a partir dos processos de identidade e alteridade que compõem e norteiam tais relações. Desde os escritos mais antigos aos mais contemporâneos, nota-se o interesse de antropólogos e antropólogas em compreender o *alter* (outro) a partir da relação que este estabelece com o *ego* (eu).

Nesse sentido, o fazer antropológico é, sobretudo, um exercício de alteridade, já que requer um contado do “eu-individual” com o “outro” e do exercício de colocar-se no lugar deste outro. Para isso lançamos mão da



etnografia com a finalidade, como afirma Malinowski (1976), de apreender o ponto de vista do outro, o seu relacionamento com a vida e a sua visão de mundo.

Neste trabalho, trato da relação do “eu” com um “outro” muito próximo, o que equivocadamente daria margem a questionamentos da cientificidade desta reflexão. Não desconsidero as limitações analíticas que tal posição pode acarretar, porém garanto o exercício científico por justamente entender que o fazer antropológico permite o conhecimento de si quando se conhece o outro. E, como afirma Caldeira (1981, p.381):

O que imagino que pode consistir na especificidade e na originalidade do método de pesquisa de campo em ciências sociais é exatamente o fato de que o pesquisador utilizar a si mesmo com um instrumento de pesquisa e uma fonte de observação.

Nessa direção, o que se segue é uma etnografia de contextos que compuseram o complexo ritual da morte do “meu morto”, ou seja, de um ente querido. Saliento que a ideia não é o de relatar todo o processo da morte de minha mãe, porém o de trazer alguns dos contextos, símbolos e elementos que compuseram tal ocorrido e que, para viabilizar a compreensão, apresento-os a partir do relato etnográfico do velório.

A morte de minha mãe foi à última de uma sequência de quatro, em um intervalo de dois meses. Primeiro minha avó paterna falece, algum tempo depois o meu padrinho. Recebo a notícia da morte da minha tia-avó assim que cheguei ao Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP), para a 1ª visita que fiz à minha mãe na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) daquele hospital. Tantas mortes, com familiares tão próximos, em um curto período de tempo; penso que talvez seja por ter vivido a experiência social da morte de maneira tão intensa que me interessei por esse tema, ou, de certa maneira, venha refletir sobre ela para, de alguma maneira, me liberar de uma sequência de dores e instabilidades emocionais decorrentes de tal experiência.



Era minha primeira vez em uma UTI, não sabia como me comportar ou o que dizer aos familiares que estavam ofegantes e apreensivos com a situação. Era inacreditável que Suzana, uma semana após a comemoração de seu aniversário de 42 anos estivesse a um triz da morte. Logo ela, adjetivada pelos diferentes amigos desta que conheci ou reencontrei no hospital, como: animada, cheia de vida e jovem. A médica que acompanhava o caso afirmava: “não sabemos o que pode ter acontecido, Suzana era uma paciente fora da curva de alguma complicação cirúrgica”.

As causas da morte nunca foram devidamente esclarecidas à família. “Morte encefálica, hipertensão intracraniana, hipóxia pós-parada cardiorrespiratória, histerectomia, mioma uterino” é o que está descrito como causa da morte na certidão de óbito. O que sabemos é que, a paciente dirigiu-se ao hospital para submeter-se a quarta cirurgia no mesmo ano e no mesmo setor de obstetrícia. Essa cirurgia, chamada de “histerectomia<sup>6</sup>”, foi recomendada e realizada por um médico que, dois dias após a entrada da paciente na UTI, não quis acompanhar mais o caso.

A morte aqui poderia ser vista a partir da dimensão biológica que a compõe, mas a ideia é, justamente, compreender esse evento como um fenômeno marcado por uma diversidade de elementos construídos socialmente que, assim como o biológico, lhe confere significados. Sigo na direção de Mauss (1979), que ao definir a expressão obrigatória dos sentimentos como algo socialmente construído, nos possibilita a pensar que a morte, assim como os sentimentos, é social justamente porque está cheia de significados socialmente empreendidos e compreendidos.

Nessa direção, o processo da morte de minha mãe foi atravessado por

---

<sup>6</sup> Cirurgia de retirada do útero em decorrência de alguma complicação uterina. Suzana Maria da Silva, a paciente em questão, sofria com um mioma – tumor benigno que se forma a partir do músculo do útero.



diversos “dramas sociais”, que como bem coloca Turner (1957), são processos harmônicos e desarmônicos, que aparecem em situações de conflito, apresentando situações de crise que surgem periodicamente na vida do grupo.

Foram tais dramas, ou das situações decorrente destes, que direcionam o meu relato etnográfico sobre o complexo ritual da morte de minha mãe.

A descrição etnográfica está ligada ao velório, que, por conseguinte, faz parte de um “complexo ritual fúnebre” – seguindo a categorização utilizada por Reesink (2003; 2010; 2012) na formulação da ideia de “complexo ritual fúnebre católico”<sup>7</sup>. Reconhecendo a impossibilidade de descrever todos os momentos que conformam esse complexo, tenho como campo etnográfico esse contexto, que materializa o complexo ritual da morte.

### **3. Etnografando as minhas emoções: o complexo ritual fúnebre e as percepções antropológicas a partir de um velório**

Optar pela descrição de um dos elementos do rito fúnebre da minha mãe seja talvez um caminho menos sofrido, já que memorar os processos da morte no contexto do hospital seja, afetivamente, muito mais difícil.

É necessário salientar que há uma vasta literatura sobre ritos fúnebres, assim como ritos de passagem, situadas no campo da Antropologia da religião. Reconhecendo as minhas limitações frente a este campo teórico, optei por realizar uma etnografia do velório para, a partir desse cenário, chamar atenção para algumas categorias discutidas na ciência antropológica.

---

<sup>7</sup> Optei por utilizar o termo “complexo ritual fúnebre” para tentar entender o velório como um elemento que compõe este complexo. Quis, dessa maneira, considerar o que Reesink (2003; 2010; 2012) trata como “complexo ritual fúnebre católico” para tentar compreender algumas noções antropológicas presente em um velório. No velório analisado, ficaram evidentes elementos de outro segmento religioso, o que me limita a usar as definições de Reesink, porém são as reflexões dessa autora que foram pontos de partida para refletir e compreender os fenômenos estudados.



Talvez, a maior contribuição desta etnografia seja o de chamar a atenção para elementos que muitas vezes são invisíveis em etnografias de contextos semelhantes a este, me refiro às questões burocráticas e administrativas que conformam um velório. É, certamente, voltar à atenção para o que Wolf (2003) chama de “fluxos da ação” que organizam os cenários sociais que estamos inseridos.

Essas percepções só foram possíveis porque ocupei uma posição privilegiada no contexto desse rito, sou o parente de primeiro grau da pessoa velada. Tal lugar fez do velório, para mim, algo mais do que uma última despedida física do ente querido; representou, sobretudo, um espaço de constante diálogo com o mercado funerário<sup>8</sup>, e com o Estado.

O Estado, nessa direção, se apresentou como uma instituição que detém um controle social da morte – já que este evento também marca um diálogo com a administração pública. Não é a toa que a morte de alguém é registrada em diversas instâncias, entre elas a secretaria de saúde e o cartório, que confere uma certidão de óbito. A morte gera estatística.

O que pretendo, nessa direção, não é apresentar um robusto detalhamento de um rito fúnebre, porém discutir, a partir de algumas categorias clássicas, algumas situações que me apareceram ao vivenciar elementos de um ritual desta natureza.

O velório de um corpo tem relação ao ritual de acender velas, como bem analisado por Reesink (2010). A autora, parodiando Lévi-Strauss, afirma que se a chama e a luz da vela, que dão sentido ao velório, não correspondem de fato a uma realidade objetiva no outro mundo, isto não tem importância: o essencial é que se crê que, simbolicamente, a chama alivia os sofrimentos das almas no outro

---

<sup>8</sup> Sobre o mercado funerário, ver: NEVES, Marcos Freire de Andrade; DAMO, Arlei Sander. Dinheiro, emoção e agência: uma etnografia no mercado funerário de Porto Alegre. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p.7-36, Apr/2016.



mundo. O velório, portanto, é aqui tomado como um símbolo que possibilita tipificar e representar o processo ritual dessa morte (TURNER, 2005). Por outro lado, seria um símbolo enquanto analogia, ou seja, ela conteria em si mesma uma eficácia simbólica no sentido de Lévi-Strauss (1996).

Para Turner (2005, p. 49), o ritual é um “comportamento formal prescrito para ocasiões não devotadas à rotina tecnológica, tendo como referência a crença em seres ou poderes místicos”. Ainda:

O termo “ritual” é mais apropriado às formas de comportamento religioso associadas com transições sociais, enquanto o termo “cerimônia” tem mais a ver com o comportamento religioso associado aos estados sociais, em que as instituições jurídico-políticas têm, igualmente, maior valor. O ritual é transformados; a cerimônia confirmatória (Turner, 2005, p.139).

Assim, a partir de Turner, posso compreender o velório de minha mãe como uma cerimônia que demarca a confirmação e a integração do morto ao mundo dos mortos. Participei de maneira intensa da organização do momento formal e cultural dessa integração. Isso implicou em vivenciar situações que não estão visíveis muitas vezes no momento em que se vela pela alma do morto.

O óbito da minha mãe foi confirmado na manhã do dia 14 de outubro de 2017. Neste sábado, havia completado exatamente uma semana que ela estava internada na UTI do IMIP, em decorrência da parada cardíaca que sofreu após a realização da cirurgia obstétrica no mesmo hospital.

Com o óbito vieram algumas preocupações, os de parentes, de amigos e vizinhos eram em relação à realização do velório – local, horário, e, ainda, se a família da falecida disponibilizaria algum meio de transporte para levar as pessoas para este momento<sup>9</sup>. A nossa preocupação, enquanto família era o de

---

<sup>9</sup> É de costume na localidade que a família do morto ofereça para as pessoas alguma forma de transporte coletivo para viabilizar a ida destas ao velório, já que no bairro não se dispõe de cemitério. Para o velório da minha mãe, tivemos que providenciar dois ônibus que saíram do bairro em que morávamos, Sucupira – Jaboatão dos Guararapes, em direção ao Cemitério Parque das Flores, Tejipió – Recife.



organizar um velório bonito e agradável que celebrasse as dores de um momento de despedida.

O dia do sábado foi angustiante e agitado, depois de receber a notícia da morte da minha mãe, me incumbiram à missão de escolher a roupa para a falecida, entrar em contato com as diferentes funerárias, negociar preços e verificar horários e disponibilidades dos cemitérios possíveis para enterrar o corpo. Paralelamente a estas atividades, eu recebia inúmeras ligações, de variadas pessoas, prestando condolências e pedindo informações sobre o velório e o enterro, naquele momento ainda não definido.

Minha irmã, meu pai e eu decidimos doar os órgãos de minha mãe, o que acarretou na liberação do corpo somente no outro dia, mesmo dia em que aconteceu o velório. Assim, tive que, no domingo às 6h da manhã, me dirigir ao hospital para reconhecer o corpo no necrotério e retirá-lo.

O corpo só pode ser retirado do hospital mediante a presença de um parente de primeiro grau, no caso eu, e de uma funerária certificada, o que garante que o cadáver não siga outros itinerários não permitidos pelo Estado. Contratamos, então, uma empresa funerária para além de retirar o corpo do hospital, realizar a tanatopraxia, que consiste na aplicação de alguns elementos químicos, entre eles o formol, bem como “preparar” o cadáver para o velório.

Outra funerária se responsabilizou pela documentação necessária, assim como a busca por um cemitério e a organização do espaço onde o corpo seria velado. Como parente de primeiro grau, tive que acompanhar cada processo para tomar as decisões necessárias e, afetivamente para mim, cuidar do corpo de minha mãe.

Nesses momentos, a funerária aproveitava para oferecer um conjunto de serviços funerários, me apresentava catálogos de caixões assim como de coroas de flores para deixar o velório “mais bonito para uma pessoa tão especial”. Eu tinha um interesse imenso de fazer do velório da minha mãe um evento bonito,



ela de fato o merecia, mas notava, com muita angústia, que para a funerária se tratava de mais um “defunto” e mais um velório que é, para este segmento empresarial, o meio de lucro.

Aproximadamente às 12h da tarde, volto para casa e às 14h já estou no cemitério para receber o corpo e organizar, junto à funerária, o ambiente em que o corpo iria ser velado, no caso o Cemitério Parque das Flores, localizado no bairro de Tejipió – Recife. Escolhemos o Parque das Flores por ser, entre os cemitérios da região, o que julgamos ser o mais bonito e agradável. Mas “beleza custa caro”, e nos custou nada barato o aluguel de um jazigo, assim como a taxa de sepultamento que deve ser paga à Prefeitura da Cidade do Recife.

No momento em que começamos a organizar o ambiente para o velório, marcado para as 16h, um dos funcionários da funerária me pergunta: “decoração evangélica ou católica, senhor?”. Minha mãe não seguia religião específica o que me fez responde-lo: “Não sei [...] minha mãe não tinha religião [...] tem como ser uma decoração sem religião?”. Ele me responde em seguida: “Tem que escolher uma religião” e, repliquei: “Ah, então coloque as duas, vai ser católico e evangélico!”. Assim, o velório de minha mãe tinha de um lado do caixão uma “decoração evangélica” e, do outro, uma “decoração católica”.

Durkheim (1989, p.212) afirmava que “a religião é eminentemente social”. Com isto amplia a discussão de uma ciência da religião para propor uma teoria do conhecimento. No caso, a partir do estudo da vida religiosa poderíamos compreender o social e assim produzir conhecimento. Nesse sentido, “As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas.” (DURKHEIM, 1989, p. 212).

Nessa direção, pensar nesses elementos que enfeitaram o ambiente do velório, é, de maneira direta, compreender como são representadas as questões sociais a partir do mundo religioso. Para Durkheim (1989), tais representações são coletivas por se referirem a fenômenos que extrapolam o que seria uma simples sobreposição das representações individuais.



A morte, como nos apresenta Reesink (2012), compreende habitualmente várias (re)composições das etapas rituais, sendo evidente que a maior parte dessas etapas não provoca necessariamente elaborações rituais complexas ou mesmo imediatamente percebidas como sendo gestos rituais. Compreendo, assim, que muitos desses gestos rituais podem ser compreendidos a partir dessa dimensão religiosa sobre a qual Durkheim (1989) se propõe a investigar.

A religião, apreendida a partir da perspectiva antropológica, pode muito nos ajudar a compreender os significados de um processo ritual, ou um rito de passagem, como o velório, por exemplo. Para além dessa categoria, a ideia de dádiva, cunhada por Mauss (2003), possibilita reflexões sobre o comportamento humano em um contexto de um rito fúnebre.

Em seu ensaio, Mauss (2003) desenvolve a ideia de que existe uma lógica social que faz com que os sujeitos sintam-se obrigados a dar-receber-retribuir, compondo o que ele chama de sistema de prestações totais. A dádiva, nesse sentido, é um fato social total, que possui dimensões psicológicas, sociológicas e biológicas. Pareceu-me que, no velório, as pessoas são regidas por essa lógica de circularidade e reciprocidade descrita por Mauss. Tal solidariedade ao mesmo em tempo que é obrigatória é livre, ao mesmo tempo em que é interessada é desinteressada.

Se por um lado essa solidariedade reflete situações de bem estar e conforto, a mesma solidariedade pode desembocar em situações de infortúnio para a família do morto. O termo infortúnio foi bastante utilizado por Evans-Pritchard (2005) para retratar algumas relações presentes nos contextos de bruxaria entre os Azande. De certa maneira, o que o autor coloca como infortúnio são alguns tipos de “perturbações”, que, por assim dizer, padecem de uma inevitabilidade própria das dinâmicas da vida.

Uma morte socialmente já acarreta uma série de infortúnios para as pessoas que estão a ela relacionadas, e, neste caso não foi diferente. Chamo



atenção, todavia, para a linha tênue da solidariedade-infortúnio. As lamentações, orações, cânticos presentes no velório, muitas vezes só aumentava a minha tristeza. As constantes ligações, os sermões e discursos desajeitados de consolo acabavam por agravar uma sensação de sofrimento.

Ao mesmo tempo em que, no momento do velório, as pessoas performatizam uma distribuição coletiva da dor e do pesar. Como aponta Campos (2002, p. 256): “nós aprendemos a sentir apropriadamente e entendemos o que sentimos através do reconhecimento de situações particulares. Isto porque as emoções não são meros estados íntimos, mas envolvem objetos externos”.

Foram esses marcos e contextos que estiveram presentes no rito fúnebre da minha mãe. Os elementos do complexo ritual dessa morte descritos e analisados foram para além de eventos presentes materialmente, perpassaram, sobretudo, pelo vasto universo de emoções, que constitui Suzana hoje como um ente querido, muito querido.

#### **4. Considerações Finais: sobre ser afetado e sentir saudades**

*“Quem tem saudade não está sozinho / tem o carinho da recordação / por isso quando estou mais isolado / estou bem acompanhado com você no coração”*  
Frevo da Saudade

Nas reflexões antropológicas que se propõem a entender a morte pouco se mencionam sua dimensão emocional. Creio que este artigo, segue na direção proposta por Reesink (2012), que é o de abrir possibilidades para considerar questões relacionadas às emoções, que compreendem sentimentos e afetividades.

A morte aqui é entendida como um evento que envolve uma diversidade de elementos socioculturais o que possibilita a nossa compreensão da realidade social. Para mim, a morte também significou infortúnios e uma reordenação da vida. Hoje a morte transformou-se em saudade.

Saudade, como diz Roberto DaMatta (1994, p. 18) é “uma categoria básica



de nossa existência”. E, como afirma Reesink (2012), saudade seria muito mais uma categoria do “coração” do que do “pensamento”. A saudade é uma presente ausência, se refere ao tempo, se refere a maneiras culturais, é memória, e, sobretudo, é amor.

Além de produzir significado na experiência social, a morte possibilita para nós, antropólogos e antropólogas, encarar este fenômeno como um destes eventos importantes que podem ser categorizados à luz das teorias antropológicas para ajudar-nos a encarar e compreender a vida.

A memória, os sentidos e sentimentos, nessa direção, são dimensões marcantes e estruturantes, no sentido de Levi-Strauss (1996). As memórias e o sentimento de saudade que uma morte marca na experiência social da vida de um indivíduo, podem sim ser um campo etnográfico e propiciar reflexões no campo da Antropologia.

Acredito que o trabalho do antropólogo é, principalmente, um exercício do afeto. Ao considerar sobre a noção de afeto, Favret-Saada (2005) coloca que o interesse em trabalhar esta categoria surge primeiro, para apreender uma dimensão central do trabalho de campo – a modalidade de ser afetado; segundo, para fazer uma Antropologia das terapias; e, finalmente, para repensar a Antropologia.

A morte, nesse contexto, me apareceu como um grande exercício de afeto, seja na dimensão pessoal, seja na direção do meu repensar a Antropologia. Penso, portanto, que significa, para mim, um momento de superação. Este ensaio é parte do meu luto e pode ser também libertador, apontando, como diria Turner (1974), o sinalizador da conclusão de um drama pessoal e social.

*Recebido em 13 de abril de 2020.*

*Aprovado em 15 de maio de 2020.*



## Referências

- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Uma incursão pelo lado “não respeitável” da pesquisa de campo. In: RODRIGUES, Leôncio M. **Trabalho e Cultura no Brasil**. Brasília: CNPq/ANPOCS, 1981.
- CAMPOS, Roberta. Sofrimento, misericórdia e caridade em Juazeiro do Norte: uma visão antropológica das emoções na construção da sociabilidade. **Ciência & Trópico**, 30 (2), 2002, p.253-266.
- DaMATTA, Roberto. **Conta de Mentiroso: Sete Ensaios de Antropologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de campo**. n.13, 2005, pp. 155-161.
- HERTZ, Robert, Contribution a une étude sur la représentation collective de la mort. *L'Année Sociologique*. Presses Universitaires de France, Paris, 1907.
- KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret. **Social Suffering**. Berkeley: University of California Press. 1997,
- LE BRETON, David. **Antropologia da Dor**. São Paulo: FAP – UNIFESP, 2013.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. 43 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos [1921]. In: Cardoso de Oliveira, Roberto. **Marcel Mauss: antropologia**. São Paulo: Ática, 1979.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. 5 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- REESINK, Mísia. Quando lembrar é amar: tempo, espaço, memória e saudade nos ritos fúnebres católicos. **Etnográfica** [Online], vol. 16 (2) | 2012, Online desde



26 Junho 2012, consultado em 22 março 2018. URL : <http://etnografica.revues.org/1535>; DOI : 10.4000/etnografica.1535

REESINK, Mísia. Reflexividade nativa: quando a crença dialoga com a dúvida no período de finados. **Mana**, 16 (1), 2010, p. 151-177.

REESINK, Mísia Lins. **Les passages obligatoires**: Cosmologie catholique et mort dans le quartier de Casa Amarela, à Recife (Pernambuco-Brésil). [tese de doutorado]. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2003.

TURNER, Victor. **Floresta de símbolos**: aspecto do ritual Ndembu. Niterói: Eduff, 2005.

TURNER, Victor. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

TURNER, Victor. **Schism and continuity in na african society**. Manchester: University Press, 1957.

WOLF, Eric. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologia e Poder**. Ed. Unicamp: São Paulo, 2003.



Universidade Federal Rural de Pernambuco, julho de 2020  
[www.ufrpe.br](http://www.ufrpe.br)

ISSN: 2446-6662– Versão Eletrônica

**Este artigo está sob uma licença do  
Creative Commons**

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes.

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, desde que sejam para fins não-comerciais

Distribuir obras derivadas somente sob uma licença idêntica à que governa a obra original.





## OS EFEITOS DO ISOLAMENTO SOCIAL SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO CRIME EM MACEIÓ (AL): UMA ANÁLISE PRELIMINAR

*Fillipi Lúcio Nascimento*

Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Segurança Pública (LESP/UFAL)

E-mail: [fillipi.nascimento@hotmail.com](mailto:fillipi.nascimento@hotmail.com)

### RESUMO

O artigo consiste em uma análise preliminar dos efeitos do isolamento social sobre a configuração espaço-temporal do crime na cidade de Maceió (AL). Foram utilizados dados relativos aos casos de roubo notificados no primeiro trimestre de 2020. Observou-se uma redução das ocorrências nas regiões centrais e um aumento significativo nas regiões periféricas. Perceberam-se mudanças na modalidade do roubo praticado e nas faixas horárias de atuação dos criminosos.

**Palavras-chave:** COVID-19; isolamento social; Crime.

## THE EFFECTS OF SOCIAL ISOLATION ON THE CONFIGURATION OF CRIME IN MACEIÓ (AL): A PRELIMINARY ANALYSIS

### ABSTRACT

The article consists of a preliminary analysis of the effects of social isolation on the spatio-temporal configuration of crime in the city of Maceió (AL). Data on theft cases reported in the first quarter of 2020 were used. There was a reduction in occurrences in the central regions and a significant increase in the peripheral regions. Changes were noticed in the form of theft and in the slots of criminal activity.

**Keywords:** COVID-19; Social isolation; Crime.

### Introdução

No dia 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, foi confirmado o



primeiro caso de COVID-19<sup>1</sup> no Brasil. Tratava-se de um homem de 61 anos que havia retornado de viagem à Itália, um dos países mais afetados pela doença na Europa. No dia 17 de março foi confirmada a primeira morte por COVID-19 no país. Até a finalização deste artigo (em 24 de abril de 2020), mais de 2,7 milhões de pessoas em todo o mundo haviam sido infectadas pelo novo coronavírus e o número de mortos pela COVID-19 ultrapassava os 190 mil. O Brasil notificava 52.995 casos confirmados e 3.670 mortes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Na tentativa de limitar a disseminação do vírus a fim de evitar o colapso dos sistemas de saúde, governos ao redor do mundo, de nacionais a locais, passaram a adotar medidas de contenção e mitigação da doença. O distanciamento e o isolamento social, a quarentena, o fechamento temporário do comércio e a restrição do acesso e da circulação de pessoas em espaços públicos e privados se mostraram as medidas mais promissoras.

Em que pese o esforço intelectual empreendido na avaliação das consequências econômicas, sociais e psicológicas dessas medidas a curto, médio e longo prazos, até o momento, não se tem notícia de estudos que discutam os impactos do isolamento social (bem como de outras ações de mitigação e combate ao avanço do novo coronavírus) sobre as atividades criminosas. Este artigo visa, em alguma medida, preencher essa lacuna.

Neste escrito apresenta-se análise preliminar dos efeitos do isolamento social sobre a configuração espaço-temporal de crimes de roubo ocorridos na cidade de Maceió (AL) no primeiro trimestre de 2020. Para tanto, utilizaram-se dados secundários cedidos pela Polícia Civil e pela Polícia Militar do estado de Alagoas. Explora-se a descontinuidade dessas ocorrências induzida pela adoção das medidas de isolamento social.

A hipótese de trabalho é a de que a modificação forçada dos hábitos e

---

<sup>1</sup> Doença causada pelo SARS-CoV-2, um novo vírus variante dos coronavírus (da qual fazem parte os vírus que causam os resfriados comuns).



comportamentos diários em razão da contenção do novo coronavírus redefiniu significativamente as estruturas de oportunidade para o crime, baseadas sobre as atividades rotineiras da população. Acredita-se que as medidas de distanciamento e isolamento social podem ter conduzido tanto uma queda quanto um aumento da frequência desses crimes, variações que podem estar associadas a mudanças no *modus operandi* e à mobilidade criminal (deslocamento dos pontos quentes de crime para outras regiões). A relevância deste estudo está relacionada à necessidade de se avaliar como grandes mudanças no curso da vida individual e social impactam na dinâmica de ocorrência dos crimes. O reconhecimento desses mecanismos possibilitaria um melhor entendimento acerca dos fatores que contribuem para a incidência de crimes nos espaços urbanos (sobretudo, em tempos de crise).

O artigo divide-se em outras três seções para além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção é reservada para uma síntese teórica em torno do marco referencial sobre o qual este estudo é desenvolvido, notadamente, a teoria das atividades rotineiras. A segunda e terceira seções consistem, respectivamente, na descrição das notas metodológicas do estudo e na exposição e discussão dos resultados da pesquisa. Por fim, são feitas algumas observações sobre as possíveis implicações deste trabalho.

## **2. Crise e oportunidade para o crime**

A história recente foi marcada por diversas pandemias que assolaram o mundo em diferentes proporções. Emergências em saúde pública modificam e influenciam consistentemente a dinâmica das sociedades humanas. São diversos os estudos que avaliam os impactos desses eventos sobre distintas esferas da vida social. Mas a despeito dos expressivos avanços no tratamento empírico e teórico das consequências econômicas, sociais e psicológicas das epidemias, pouco se

tem feito do ponto de vista criminológico, isto é, isto é, da análise das possíveis consequências das crises sanitárias sobre o curso das atividades criminosas (o que implica na carência de estudos que discutam “se” e avaliem “como” o comportamento criminoso evolui em períodos e em locais assolados por grandes epidemias).

Se de um lado não se tem uma compreensão aprofundada dos efeitos das pandemias sobre a criminalidade urbana, por outro lado, as teorias criminológicas podem extremamente úteis na construção de cenários prospectivos. A teoria das atividades rotineiras (COHEN; FELSON, 1979) descreve como as características ambientais e os hábitos diários orientam a dinâmica espaço-temporal do crime e a vitimização.

O pressuposto básico dessa teoria é o de que as atividades ilegais “se alimentam” das atividades legais cotidianas, ou, em outros termos, de que das rotinas individuais são extraídas as oportunidades para o crime. Nessa abordagem, as oportunidades devem ser entendidas como situações que oferecem a possibilidade de infringir as leis (circunstâncias que podem ser positiva ou negativamente influenciadas pela rotina das vítimas em potencial).

Uma bicicleta encostada em um poste situado em uma rua sem movimento aparente de pessoas é um alvo fácil para um indivíduo motivado para o crime. Essa situação, que se trata de um contexto de oportunidade para um furto, compreende os três elementos reconhecidos por Cohen e Felson (1979) como estimadores da vitimização e da probabilidade de ocorrência de crimes: I) um criminoso motivado; II) um alvo ou uma vítima disponível; e III) a ausência de um guardião capaz.

Segundo Beato, Peixoto e Andrade (2004, p. 74), a teoria das atividades rotineiras consiste em

[...] um modelo bastante econômico no que diz respeito aos elementos utilizados. Contudo, a própria definição desses elementos guarda muitas sutilezas. Embora esteja se tratando de uma abordagem



preocupada com as características ambientais nas quais ocorrem os crimes predatórios, ela ainda mantém algumas ressonâncias na criminologia mais tradicional ao enfatizar a motivação dos ofensores como um dos elementos centrais. A origem dessa motivação, entretanto, é deixada em aberto. O segundo aspecto é que a ação predatória se dirige a ‘alvos’, ou seja, pessoas ou objetos em dada posição no tempo e no espaço. Isto termina por retirar o aspecto moral que a palavra vítima carrega consigo: um alvo define-se como coisas que têm algum valor, além de algumas propriedades que o tornam adequado à ação predatória.

Trata-se de uma teoria é particularmente útil para explicar as mudanças nas taxas de criminalidade durante um certo período e as variações das taxas e do número de ocorrências em distintas localidades. Além disso, pode ser utilizada para a compreensão de vitimização na perspectiva individual, ou seja, no modo como as atividades rotineiras de indivíduos impactam na probabilidade de se tornarem vítimas. Tanto o crime quanto o comportamento desordeiro (delinquência) dependem da ampla disposição de variantes situacionais inscritas nas atividades rotineiras das possíveis vítimas e nas características ambientais (COHEN; FELSON, 1979).

Quando Cohen e Felson inauguraram a teoria das atividades rotineiras, tinham como pretensão explicar a ascensão das taxas de criminalidade no Estados Unidos ao longo da década de 1960, um período de ampla melhoria das condições socioeconômicas do país. Os autores pressupunham que as atividades relacionadas às mudanças no estilo de vida da população influenciavam o contexto de oportunidade do crime, sobretudo de um “tipo” de crime definido como “crime predatório de contato direto” (tradução livre para *direct-contact predatory crime*), ou seja, crimes em que o agressor fica em contato direto com a vítima ou com o objeto cuja intenção é tomar para si ou prejudicar.

Os autores observaram que, na medida em que mais pessoas passaram a trabalhar fora de casa (notadamente, as mulheres, que até então se reservavam às atividades domésticas) e, com o aumento da renda familiar, novos bens passaram a ser adquiridos, novos contextos de oportunidade para o crime



passaram a ser constituídos, o que justificava o aumento das taxas de roubo e de homicídios: residências vazias com (novos) bens à disposição ou pessoas com mais dinheiro nos bolsos constituíam alvos e vítimas potenciais dos criminosos. O aumento da criminalidade nos Estados Unidos ao longo dos anos 1960, segundo os autores da teoria, não necessariamente tinha a ver com o aumento do número de criminosos.

Beato, Peixoto e Andrade (2004) demonstraram que a exposição, a atratividade, a proximidade das vítimas e agressores (em termos geográficos e de afinidade) e a capacidade de proteção são os fatores que mais impactam na probabilidade de vitimização e da própria ocorrência dos crimes. Nessa análise, fica evidente a importância em se considerar a relação dos indivíduos com os locais públicos, seus contatos e interações sociais e a natureza específica dos delitos. Com relação ao foco que a teoria atribui aos contextos de oportunidade criminal, Nascimento (2020) identifica cinco fatores relacionados ao risco de vitimização e as condições que relacionam esses mesmos fatores à probabilidade de vitimização, tal como sistematizado no Quadro 1 a seguir.

**Quadro 1** - Fatores associados ao risco e à probabilidade de vitimização

Fator	Risco de vitimização	Probabilidade de vitimização
Exposição	A visibilidade física e acessibilidade de pessoas ou objetos a ofensores em potencial, num dado momento e lugar	Um aumento na exposição leva a um aumento no risco de vitimização
Proximidade	A distância física entre áreas onde residem alvos em potencial de crime e áreas com grande população de ofensores motivados	Quanto maior a proximidade residencial de alvos em potencial, relativamente a grandes populações de ofensores motivados, maior o risco de vitimização
Vigilância	Capacidade de pessoas (vizinhos, pedestres, vigilância privada ou polícia) e mecanismos (alarmes, trancas, sistemas de contenção em janelas, etc.) em prevenirem a ocorrência de crimes	Criminosos preferem alvos que sejam mais vulneráveis, a alvos “bem guardados”. Assim, quanto maior a vigilância, menor o risco de vitimização



Atratividade dos alvos	Dimensão de desejo material e simbólico que pessoas ou objetos provocam nos ofensores em potencial, assim como a “inércia percebida” de um alvo (peso, tamanho, capacidade de resistir ao ataque)	Se um crime é motivado pelo desejo de obter um bem para uma satisfação imediata (fim instrumental), quanto maior a atratividade de um alvo, maior o risco de vitimização
Propriedades específicas dos crimes	As propriedades específicas de cada tipo de crime relacionadas ao esforço (físico e mental) e desejo por parte do ofensor para sua execução	Quanto mais instrumental é a motivação para o cometimento do crime, maior serão os efeitos da exposição, vigilância e proximidade sobre o risco de vitimização relativo à atratividade do alvo

Fonte: NASCIMENTO, 2020, p. 31.

Cada um dos pressupostos relativos à probabilidade de vitimização, associados aos fatores de risco, asseveram o papel dos elementos contextuais nos espaços onde as atividades rotineiras daqueles que ali residem são tão importantes quanto aquelas exercidas pelos não-residentes. Em outros termos, as características sociodemográficas e a configuração da dinâmica temporal dos lugares afetam as atividades de rotina e a convergência espacial de ofensores, alvos e da vigilância. Assim, em uma cidade, um determinado bairro pode atrair criminosos provenientes de outras localidades, considerando as rotinas desenvolvidas pelos residentes desse bairro a depender de suas propriedades estruturais.

Cohen e Felson (1979) ainda reconhecem os padrões de uso do solo em uma determinada área urbana como fundamentais ao entendimento das rotinas das pessoas que ali frequentam. Esses padrões determinam o tipo de atividade que é desenvolvida em um determinado lugar. Nesse sentido, o tipo de crime e sua incidência podem ser determinados pelos padrões de uso do solo que caracterizam os recortes espaço-temporais, bem como suas regiões adjacentes. Por exemplo: um bairro residencial tradicional, com um perfil de residentes na faixa etária jovem e inseridos no mercado de trabalho, possui uma grande probabilidade de ser uma região com elevada incidência de arrombamentos a residências. Este fato está associado a dois fatores fundamentais: a



disponibilidade dos alvos (as casas) e a ausência de guardiões capazes (vigilantes, por exemplo), sobretudo durante o dia. Já a elevada concentração de crimes na região central das grandes cidades está fortemente correlacionada à densidade de comércios e ao fluxo de pessoas nas ruas. Os bairros periféricos, com baixa capacidade de vigilância, dominados pelo mercado de drogas ilícitas e onde as relações sociais entre jovens são por vezes caracterizadas por sua natureza violenta, tendem a concentrar elevada taxa de homicídios (ZILLI, 2011).

Muitos dos estudos desenvolvidos atualmente sobre a dinâmica espaço-temporal do crime se utilizam dos pressupostos da teoria das atividades rotineiras buscando explicar como se estruturam as oportunidades para o crime (WEISBURD, 2018a; 2018b; WILCOX; SWARTZ, 2018; WILCOX; CULLEN, 2018; WEISBURD; ECK, 2017). Considerando a atenção que essa teoria dedica às atividades e interações que se dão cotidianamente sobre o espaço geográfico, recorreu-se a ela para formular hipóteses sobre o impacto a curto prazo do isolamento social, enquanto medida de contenção do avanço da COVID-19, sobre as atividades criminosas.

### 3. Notas metodológicas

Assumiu-se o objetivo de analisar os impactos das políticas de contenção da COVID-19 sobre o crime em Maceió (AL). Foram empregados mapas temáticos a fim de representar visualmente os efeitos do isolamento social na configuração espaço-temporal do crime na capital alagoana. Os recursos utilizados neste estudo, conforme as definições da literatura especializada, são os mais apropriados para a resolução das questões que constituem o problema de pesquisa: o isolamento social conduziu alguma mudança no *modus operandi* dos crimes notificados em Maceió? Se sim, foi possível observar tendências de mobilidade criminal? Quais fatores contribuíram para a definição de novos



pontos quentes de crime na cidade?

Recorreu-se às bases informacionais das Polícias Civil e Militar do estado de Alagoas para obter os dados das ocorrências de roubo notificadas em Maceió no primeiro trimestre de 2020. O acesso aos sistemas foi concedido em visitas técnicas à Assessoria Técnica de Estatística e Análise Criminal da Polícia Civil (ASSTEAC) e ao Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Polícia Militar (NEAC), realizadas entre os dias 1 e 8 de abril de 2020, com a presença e auxílio de servidores das respectivas unidades. Trabalhou-se a pesquisa a partir de quatro tipos de dados fundamentalmente, a saber, o ato infracional, o local da ocorrência (na forma de logradouro ou de coordenada geográfica), a data e o horário do fato. Tratando-se de informações que não permitem a identificação das pessoas a que as ocorrências se referem e que podem ser disponibilizados mediante solicitação às fontes primárias, o estudo não precisou ser submetido à apreciação de comitês de ética conforme os termos do inciso V do art. 1º da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Destaca-se que a natureza do registro policial que compreende as informações das bases de dados decorre da observação por parte do agente policial no ato do fato em si, seja por meio de uma categorização da ocorrência pelas circunstâncias imediatas verificadas no local em que está sendo realizado o atendimento policial, seja pela descrição do fato por testemunhas ou pelas vítimas. Cabe ressaltar que, no sistema de justiça criminal brasileiro, um evento classificado nesse primeiro momento como um determinado crime pode vir a ser alterado quanto à sua natureza jurídica (BEATO, 2012). Neste estudo não se pretende realizar uma discussão acerca da produção do dado, da qualidade do registro ou dos desdobramentos decorrentes do processo ao longo sistema de justiça criminal brasileiro, a despeito de toda relevância que esse debate possa



ter.

Obteve-se uma matriz com 2.031 registros úteis<sup>2</sup>, distribuídos mensalmente na forma da Tabela 1.

**Tabela 1** - Composição da matriz de dados (primeiro trimestre de 2020)

	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Roubos	697	764	570	2.031

Fonte: elaborado pelo autor.

Optou-se por trabalhar com os casos de roubos a residências, a transeunte e de veículos. Foram definidos dois recortes temporais a fim de verificar variações na configuração dos crimes na cidade de Maceió. O primeiro recorte compreende todo o primeiro trimestre de 2020. Nesta primeira composição o que se pretendia era avaliar as variações mensais dos roubos. O segundo recorte compreende o mês de março, especificamente nos períodos imediatos, anteriores e posteriores, ao dia 20, quando entrou em vigor a quarentena em todo o estado de Alagoas por intermédio do Decreto nº 69.541, de 19 de março de 2020. Na análise desta composição se buscou observar o impacto das medidas de isolamento social sobre a dinâmica das atividades criminosas. Recorreu-se à abordagem descritiva para caracterizar os aspectos configuracionais dos crimes notificados.

Foram georreferenciadas as 2.031 ocorrências. Para todos os casos, utilizaram-se os recursos do software Arcmap® para converter os endereços identificados em coordenadas geográficas e compilá-las em arquivos no formato *comma-separated values* (.CSV). As bases cartográficas do município de Maceió

<sup>2</sup> Registros que dispunham integralmente dos quatro dados pré-selecionados, quais sejam, o ato infracional, o local, a data e o horário do fato. A exemplo de Nascimento (2020), foram aplicados dois filtros no tratamento dos dados obtidos, quais sejam, I) a redução de duplicidades (por se tratarem de dados provenientes de bases distintas) e II) a redução dos registros sem os dados acima descritos, necessários para a elaboração dos mapas.



para as unidades de bairro e de setor censitário foram obtidas no site do IBGE, em formato *shapefile* (.SHP). Optou-se pela unidade de bairro para a análise da composição mensal das ocorrências e pela unidade de setor censitário para a visualização da dinâmica das ocorrências no mês de março, nos dias anteriores e posteriores ao Decreto de quarentena. A base digital do mapa de bairros e de setores censitários correspondem às malhas territoriais utilizadas com a finalidade de realização da pesquisa censitária do ano de 2010. Essa base de dados particionou a cidade de Maceió em 50 bairros e 1.057 setores censitários. Neste estudo, utilizou-se somente a demarcação do perímetro urbano da cidade (50 bairros e 1.055 setores censitários). Os mapas foram processados por meio do software QGIS® em sua versão 2.18. Para a elaboração dos mapas temáticos foram distribuídas as proporções de cada tipo de ocorrência padronizadas em quintis, em escala de cor cinza, com tons mais claros para os menores valores e tons mais escuros para os maiores valores.

#### 4. Resultados e discussão

No dia 8 de março de 2020, a Secretaria de Estado da Saúde (SESAU) de Alagoas confirmou o primeiro caso de COVID-19. Tratava-se de um homem de 42 havia retornado de viagem à Itália. Em pronunciamento, o governador do estado, Renan Filho, recomendou à população alagoana o distanciamento social. No dia 13 de março, o governo estadual, mediante os Decretos nº 69.501 e nº 69.502, instituiu a suspensão de eventos em espaços abertos (com mais de 500 pessoas) e fechados (com mais de 100 pessoas); a visitação a bibliotecas, museus e teatros; a presença de público nos jogos do campeonato alagoano de futebol; e a suspensão das operações de atracação de navios de cruzeiro e de embarque e desembarque de passageiros no porto de Maceió, entre outras medidas.

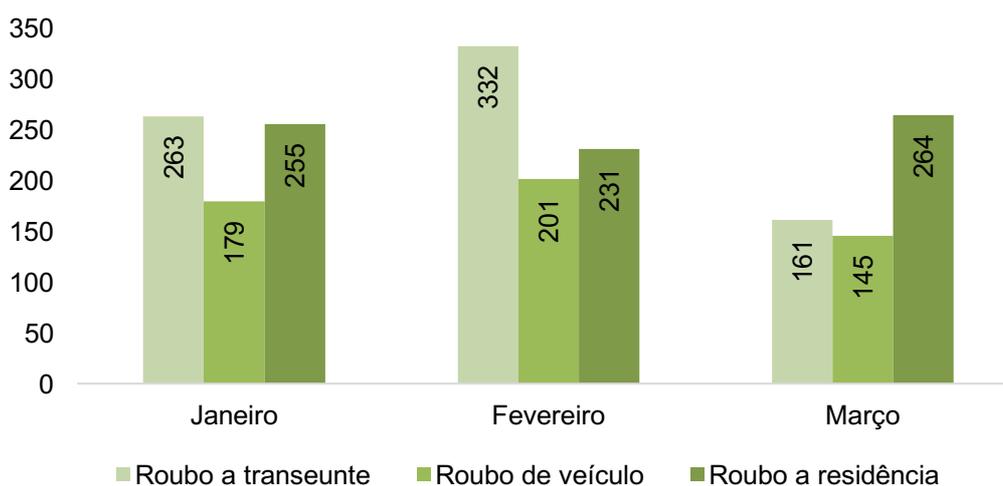
No dia 18 de março, a prefeitura do município de Maceió (capital



alagoana), por meio do Decreto nº 8.849, suspendeu todas atividades de recreação (parques de diversão, circos, cinemas e teatros) e limitou a 8 horas o funcionamento de shoppings, centros de compras, hotéis, pousadas, bares, restaurantes e supermercados. O Decreto também suspendeu as aulas na rede municipal de ensino e alterou o regime de trabalho dos servidores municipais (para o teletrabalho), entre outras ações preventivas. No dia 19 de março, o governo estadual, por meio do Decreto nº 69.541, declarou situação de emergência em Alagoas, determinando o fechamento de escolas, igrejas, shoppings, bares, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais. O Decreto também estabeleceu as diretrizes para o isolamento social e para a quarenta em todo o estado. Desde então, essas medidas têm afetado radicalmente a densidade das interações e as rotinas diárias da população alagoana.

O Gráfico 1 descreve a distribuição mensal dos roubos em função das modalidades “roubo a transeunte”, “roubos de veículo” e “roubos a residências”, ambas notificadas na cidade de Maceió no primeiro trimestre de 2020.

**Gráfico 1** - Distribuição mensal das ocorrências de roubo por modalidade de roubo (2020)



**Fontes:** Polícia Civil e Polícia Militar do estado de Alagoas.  
Elaboração do autor.

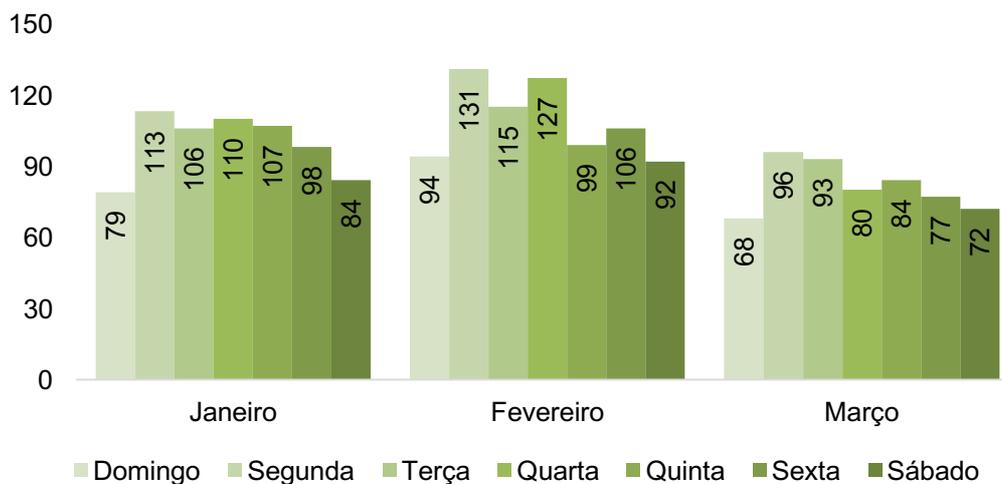
Como é possível apreender do Gráfico 1, há uma diminuição no número



de ocorrências de roubo a transeunte e roubos de veículos no mês de março em relação a fevereiro. Este decréscimo é, precisamente, de 51,5% para os roubos a transeunte e de 27,8% para os roubos de veículos. A queda no número de ocorrências destas modalidades de roubo indica um reflexo do isolamento social, considerando que um número menor de pessoas e veículos circulando pelas ruas implicaria diretamente em um número menor de vítimas ou alvos disponíveis para os criminosos compelidos ao roubo.

Do Gráfico 1 também se observa um aumento considerável dos casos de roubo a residências no mês de março. Trata-se de uma alta de 14,2% em relação ao mês anterior. Com relação a esses casos, considera-se a possibilidade de que, pelos mesmos fatores que orientaram a redução dos roubos de veículos e a transeuntes, isto é, um número de menor de pessoas e veículos em circulação nas ruas, os criminosos tenham mudado suas táticas, optando por assaltar residências em uma espécie de “compensação” do custo indireto imposto pela política de isolamento social. É possível que esse dado constitua um primeiro indicativo das mudanças no *modus operandi* dos criminosos em função das medidas de contenção do novo coronavírus. Entende-se que essa possibilidade (como outras que serão abordadas ao longo da exposição dos resultados desse estudo) retratam a estrutura racional do crime a partir do ponto de vista do analista, de modo que uma unidade de análise mais objetiva passa pelo crivo dos próprios infratores. Não se pretende enveredar por essa perspectiva.

O Gráfico 2, por sua vez, ilustra a distribuição mensal das ocorrências de roubo por dias da semana.

**Gráfico 2** - Distribuição mensal das ocorrências de roubo por dias da semana (2020)

**Fontes:** Polícia Civil e Polícia Militar do estado de Alagoas.  
Elaboração do autor.

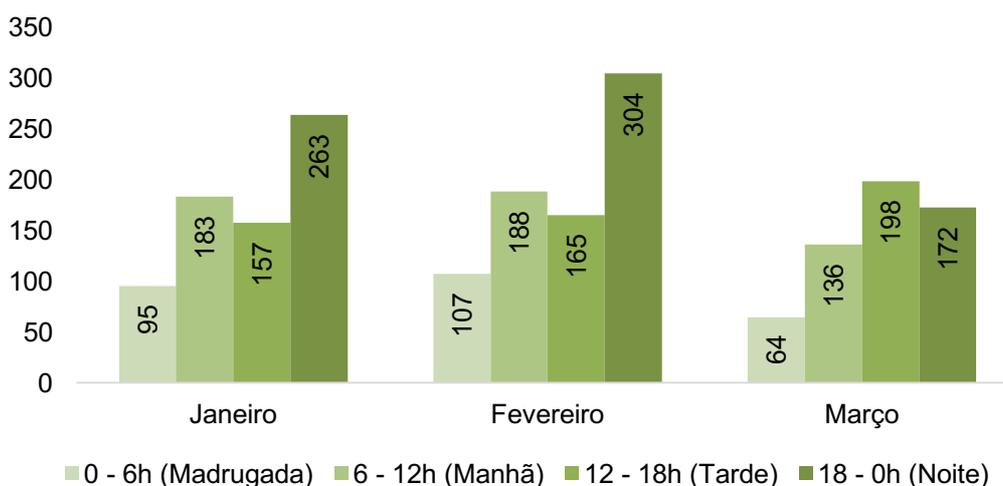
A frequência diária dos crimes de roubo notificados na cidade de Maceió para o primeiro trimestre de 2020 correspondem àquela descrita por Nascimento (2020) em análise dos casos notificados no triênio 2015-2017: tratam-se de ocorrências mais frequentes ao longo da semana, principalmente, entre segundas e quartas-feiras. Muito embora o número de roubos tenha diminuído no mês de março, a distribuição diária das ocorrências não percebeu alterações significativas em função da política de isolamento social.

A hipótese em torno da sustentabilidade dessa tendência está associada a uma mudança na configuração espacial das ocorrências: o fechamento dos estabelecimentos nas principais regiões comerciais da cidade, em virtude do Decreto nº 69.541, que instituiu o estado de emergência em Alagoas e estabeleceu o isolamento social como medida de contenção do avanço da COVID-19, arrefeceu o fluxo de pessoas, bens e dinheiro, principais atrativos para os crimes de roubo (RATCLIFFE, 2012). Em relação às periferias, contudo, tornaram-se mais frequentes os relatos de que a população tem ignorado os alertas para o distanciamento e o isolamento social (ELLIN, 2020). Se o comércio nessas regiões se manteve ativo, é possível que o fluxo de pessoas e bens no interior dos bairros

periféricos tenha aumentado, seguido de um aumento no número de roubos nessas localidades. Essa possibilidade será verificada posteriormente, a partir da visualização dos mapas de distribuição das ocorrências.

No **Gráfico 3** observa-se a distribuição mensal das ocorrências de roubo em função das faixas horárias.

**Gráfico 3** - Distribuição mensal das ocorrências de roubo por faixa horária (2020)



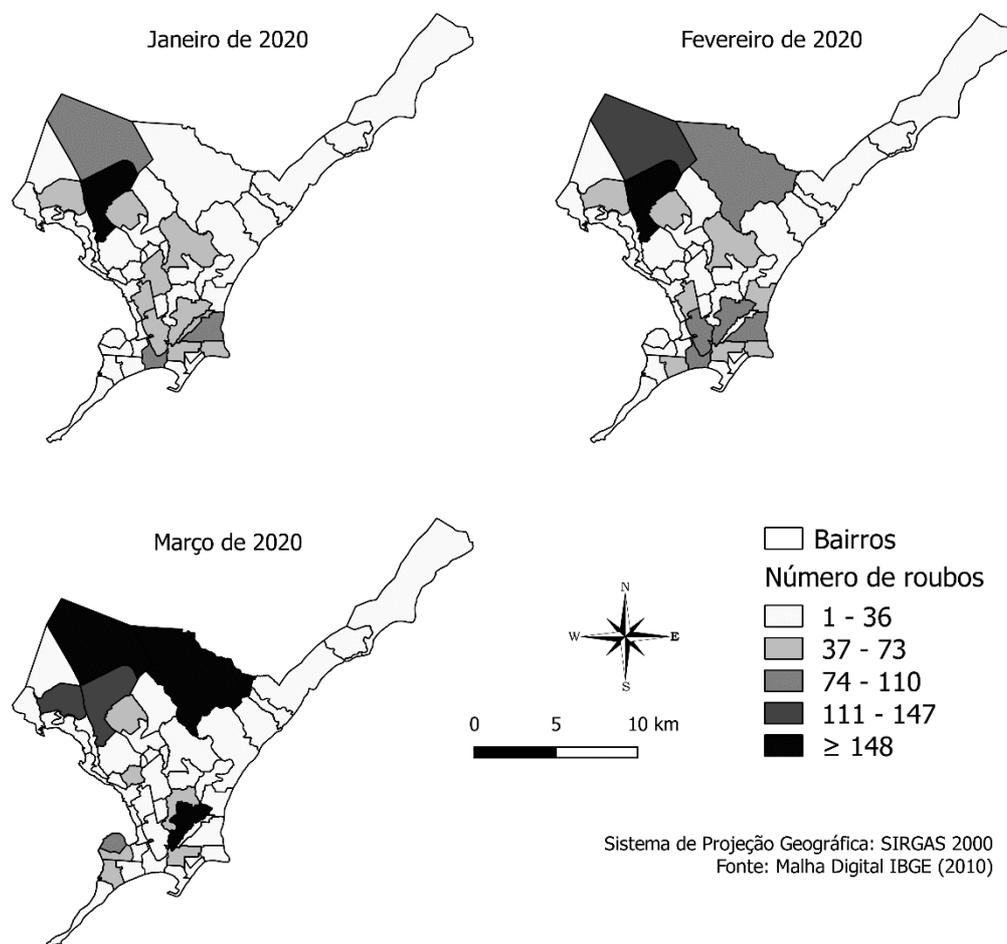
**Fontes:** Polícia Civil e Polícia Militar do estado de Alagoas.  
Elaboração do autor.

Apreende-se do Gráfico 3 uma alteração na tendência de execução dos roubos a partir do mês de março. Nos meses de janeiro e fevereiro, os roubos ocorriam sobretudo à noite, na faixa entre 18h e meia-noite. Em março, a tônica se altera para o período vespertino (entre 12h e 18h). Esse dado ratifica a preocupação de Coup e Blake (2006) no sentido de explicar a relação entre a luz do dia e a escuridão na preferência do criminoso para o cometimento do roubo. Esse dado também sugere uma mudança no *modus operandi* dos criminosos: Nascimento (2020) demonstra que a alta incidência de roubos nos períodos da manhã e da noite está associada aos horários em que a população sai para de casa para suas atividades rotineiras (pela manhã) e delas retornam (no início da noite). Na medida em que as pessoas passaram a se resguardar em suas casas em razão do isolamento social, e, portanto, a disponibilidade de vítimas e alvos passou a

ser cada vez mais escassa, os criminosos passaram a adotar novas estratégias. As mudanças na modalidade preponderante do roubo (para roubos a residências) e nas faixas horárias de atuação (para o período da tarde) são indícios desse processo de redefinição das táticas de ação dos criminosos.

A Figura 1 compreende os mapas da distribuição mensal das ocorrências de roubo no primeiro trimestre de 2020 por bairros.

**Figura 1** - Distribuição mensal das ocorrências de roubo por bairros (2020)



**Fontes:** Polícia Civil e Polícia Militar do estado de Alagoas.  
Elaboração do autor.



Mudanças expressivas na configuração espacial das ocorrências de roubo notificadas na cidade de Maceió podem ser observadas ao longo do trimestre. Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020, bairros como Centro, Farol e Tabuleiro do Martins (principais regiões comerciais da cidade), Jatiúca, Ponta Verde e Pajuçara (onde se situam os principais trechos da orla marítima), Cidade Universitária, Benedito Bentes e Jacintinho (bairros de maior densidade populacional) concentram a maior incidência de roubos, respondendo juntos por aproximadamente 86% dos roubos ocorridos naquele período. A partir de março é possível observar uma redução drástica do número de roubos no Centro da cidade e nos bairros da orla marítima, seguido de um aumento expressivo das ocorrências de roubo nos bairros de maior densidade populacional, notadamente, Cidade Universitária, Benedito Bentes e Jacintinho. Outros bairros periféricos, como Vergel do Lago e Feitosa, também percebem uma alta no número de roubos a partir de março.

Este grau de mobilidade criminal constitui um outro indicativo da mudança no *modus operandi* dos criminosos em função do isolamento social. Considerando a forte propensão a deslocamentos de grande extensão para cometer o crime de roubo, tal como demonstrado por Nascimento (2020), reconhece-se que tanto o fluxo de criminosos entre bairros adjacentes quanto a atividade interna (indivíduos que cometem crimes nos mesmo bairros que residem) se intensificaram em março a partir do Decreto que instituiu o isolamento social em todo o estado de Alagoas.

A Tabela 2 descreve o ranking dos 10 bairros maceioenses com o maior número de roubos registrados no primeiro trimestre de 2020. Não desconsideramos a hipótese de subnotificação dos casos de roubo, sobretudo nos bairros de maior densidade populacional, onde, como vimos, a incidência desse tipo de crime passou a ser mais intensa. Também reconhecemos que os números expostos dizem respeito aos registros de roubos a transeunte “selecionados” para



este estudo.

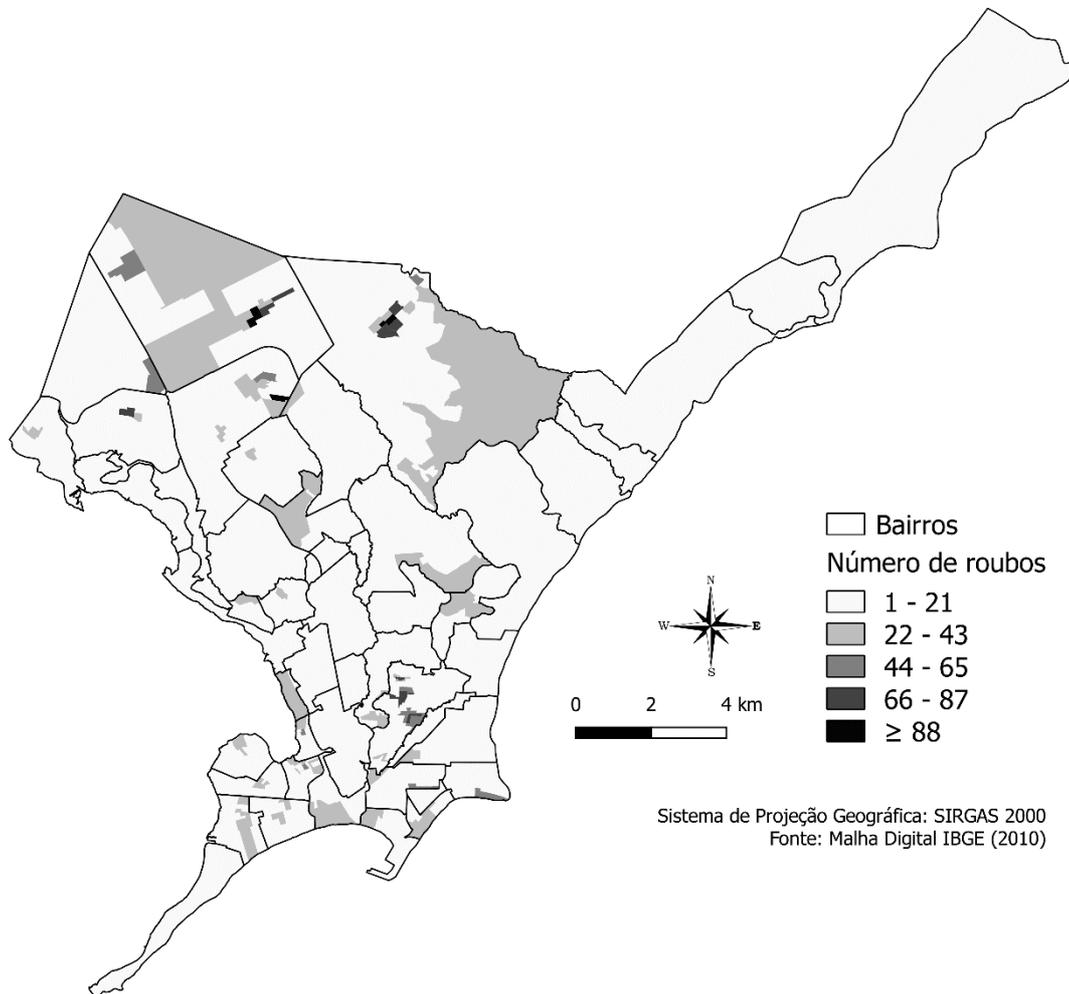
**Tabela 2** - Ranking dos dez bairros com maior número de registros de roubos (primeiro trimestre de 2020)

<b>Bairro</b>	<b>N</b>	<b>Posição</b>	<b>Δ%</b>
Tabuleiro do Martins	297	1º	-3,7
Cidade Universitária	232	2º	66,8
Benedito Bentes	164	3º	43,1
Jacintinho	120	4º	22,1
Centro	97	5º	-30,8
Farol	92	6º	-42,2
Jatiúca	86	7º	-34,6
Pajuçara	79	8º	-40,2
Clima Bom	70	9º	5,9
Vergel do Lago	67	10º	19,7

**Fontes:** Polícia Civil e Polícia Militar do estado de Alagoas.  
Elaboração do autor.

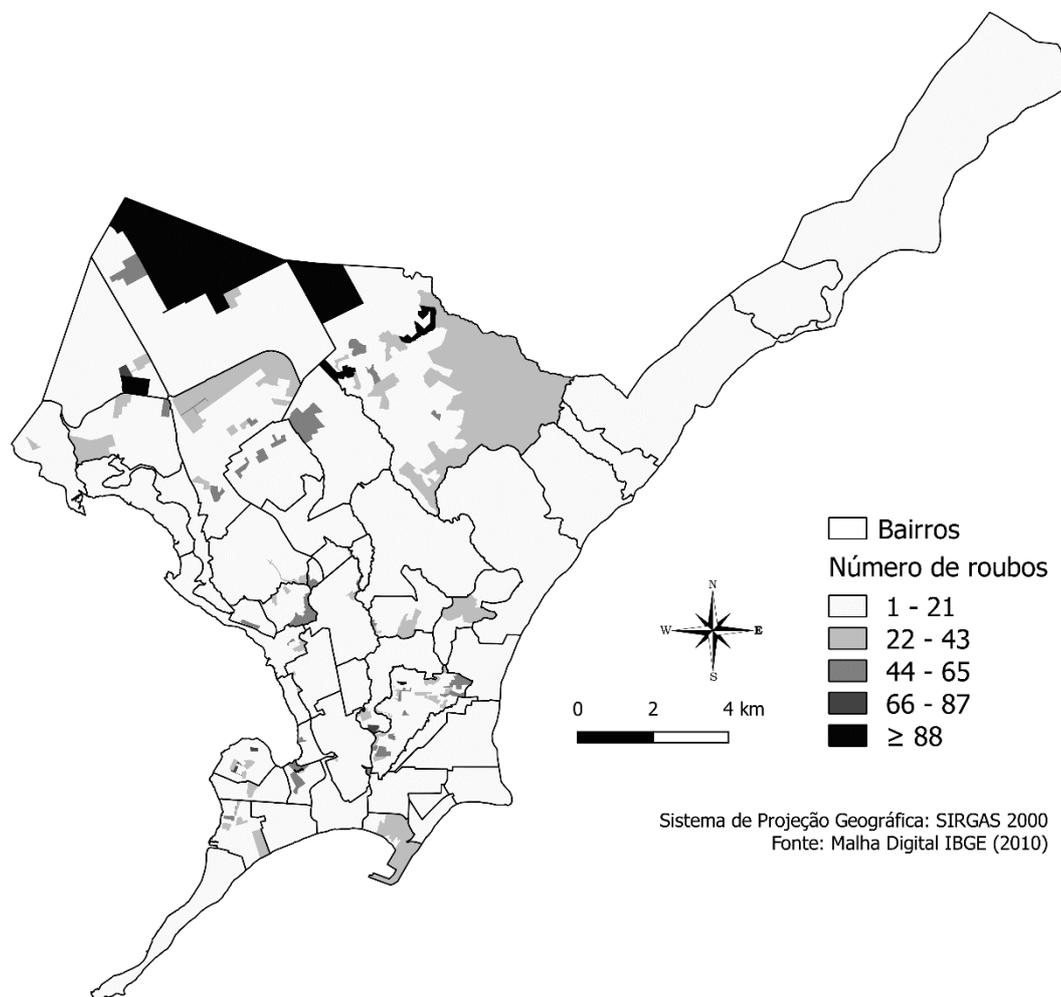
As Figuras 2 e 3 descrevem, respectivamente, a composição dos casos de roubo ocorridos em Maceió no mês de março de 2020 nos dias anteriores e posteriores ao estabelecimento do Decreto nº 69.541, que declarou a situação de emergência e estabeleceu as diretrizes para o isolamento social em Alagoas.

**Figura 2** - Composição dos crimes de roubo por setor censitário antes do Decreto nº 69.541 (março de 2020)



**Fontes:** Polícia Civil e Polícia Militar do estado de Alagoas.  
Elaboração do autor.

**Figura 3** - Composição dos crimes de roubo por setor censitário depois do Decreto nº 69.541 (março de 2020)



**Fontes:** Polícia Civil e Polícia Militar do estado de Alagoas.  
Elaboração do autor.

Observam-se mudanças significativas na configuração espacial dos crimes de roubo após a instituição do Decreto que estabeleceu o estado de emergência. Retomando por coerência os dados dispostos na Tabela 2, as Figuras 2 e 3 descrevem uma queda no número de ocorrências de roubo nos bairros de intensa



atividade comercial, como Centro e Farol, assim como nos bairros de Jatiúca, Ponta Verde e Pajuçara (principais bairros da orla marítima) e o aumento dos casos de roubo no interior dos três bairros de maior densidade populacional, Cidade Universitária, Benedito Bentes e Jacintinho. Na Cidade Universitária, o novo ponto quente para roubos passa a se situar nos novos conjuntos habitacionais no bairro, notadamente, Grand Jardim, Jardim Royal e Novo Jardim. Tendência semelhante se observa no bairro de Benedito Bentes, onde as regiões de maior incidência de roubos passa a ser o interior dos conjuntos habitacionais Frei Damião, Aprígio Vilela, Parque das Américas e Freitas Neto. As adjacências do terminal urbano e da feira do bairro também passam a registrar um número maior de ocorrências de roubo, sugerindo que, a despeito de todas as recomendações para o isolamento social, a atividade comercial na região permaneceu ativa, o que pode ter contribuído para o aumento do fluxo de bens e pessoas na região e, por consequência, para o aumento do número de roubos naquelas localidades. No bairro de Jacintinho, três regiões passaram a concentrar um número maior de roubos com a instituição do isolamento social, a saber: I) as adjacências do mercado central do bairro; II) os principais pontos de acesso à Grotta do Rafael; e III) o entorno do terminal urbano do conjunto residencial José da Silva Peixoto. A exemplo do caso de Benedito Bentes, também é possível que a reativação da atividade comercial nessas localidades tenham atraído um maior número de pessoas e com elas as condições para a ocorrência de roubos.

Os dados preliminares expostos sugerem que o crime de roubo experimentou uma queda sensível em função do isolamento social instituído na cidade de Maceió. Os dados também sugerem que o descumprimento das medidas de isolamento contribuiu para a mobilidade criminal e o aumento das ocorrências de roubo em algumas localidades, notadamente, no interior do bairros periféricos de maior densidade populacional, na medida em que a abertura do comércio local pode ter reorientado o fluxo de pessoas e bens, fatores



criminogênicos para os casos de roubo.

## 5. Considerações finais

As medidas de isolamento social, instituídas por governos em todas as instâncias no Brasil e ao redor do mundo como principal medida de contenção à ameaça do novo coronavírus (SARS-CoV-2), têm impactado fortemente as formas de interação e os hábitos diários em um nível sem precedentes. A dinâmica da vida humana em todos os níveis, os padrões de mobilidade e as formas de concentração urbana estão sendo igual e intensamente modificadas.

O crime é uma das dimensões sociais afetadas pela pandemia. Na medida em que o isolamento, a quarentena e o distanciamento social reduzem a densidade das interações e alteram o curso das atividades rotineiras da população, os efeitos dessas medidas sobre os fatores criminogênicos induzem uma mudança nas tendências espaço-temporais do crime. Este artigo buscou discutir, mesmo que parcialmente, o impacto do estado de emergência sobre a configuração dos crimes de roubo notificados no primeiro trimestre de 2020 na cidade de Maceió (AL).

A partir dos pressupostos das teorias das atividades rotineiras (COHEN; FELSON, 1979), recorreu-se a análises descritiva e inferencial para discutir os aspectos configuracionais dos crimes de roubo. Utilizaram-se de mapas para representar visualmente os impactos das mudanças conduzidas pelo isolamento social sobre a configuração espaço-temporal dos roubos ocorridos ao longo do primeiro trimestre de 2020 na capital alagoana. Embora preliminares, os resultados sugerem alterações no *modus operandi* das ocorrências, expressas na alteração da modalidade preponderante dos crimes (que deixa de ser a de roubo a transeunte e passa a ser a de roubo a residência), nas faixas horárias de execução do delito (que deixa de ser o período da noite e passa a ser o período da tarde) e



nos pontos quentes para roubos (que deixam de se localizar nas regiões centrais de lazer e comércio e passam a se concentrar nos centros comerciais das regiões periféricas).

É importante destacar que esses resultados são parciais, pois levam em consideração o mês de março, sobretudo a partir do período de vigência do Decreto nº 69.541, em 20 de março de 2020. As dinâmicas identificadas neste trabalho consistem, portanto, de dinâmicas de curto prazo, de modo que se reconhece a possibilidade de que haja, a médio e a longo prazo, alterações significativas nas tendências por ora descritas.

Recomendam-se cuidados adicionais na interpretação dos resultados obtidos. Muito embora a literatura criminológica demonstre que o crime se concentra no tempo e no espaço, o que significa dizer que sua distribuição geográfica e temporal não é aleatória (WEISBURD, 2018a), existem poucas razões para pensar que essa natureza padronizada não mudará em função do isolamento social. Os resultados deste estudo indicam uma tendência de mobilidade criminal que pode ser acentuada ou dissipada a depender do grau de rigidez das medidas de contenção que foram (ou serão) emitidas.

Sublinhou-se neste trabalho como as políticas de contenção no novo coronavírus influenciaram as tendências criminais na cidade de Maceió (AL). Ao se conceber a possibilidade de que o crime assumirá novas formas e padrões em razão das condições impostas pelo isolamento social, reitera-se a necessidade de estudos e ferramentas preditivas alternativas que reconheçam os eventos que criam intensas perturbações na vida social, a exemplo da pandemia de COVID-19, como desencadeadores de novos riscos criminais.

*Recebido em 25 de abril de 2020.*

*Aprovado em 19 de maio de 2020.*



## Referências

- BEATO, C. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- BEATO, C.; PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 19, n. 55, p. 73-84, 2004.
- COHEN, L.; FELSON, M. Social change and crime rate trends: a routine activity approach. **American Sociological Review**, n. 44, p. 588-608, 1979. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2094589?seq=1>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- ELLIN, G. Coronavírus: moradores das periferias ignoram alerta de quarentena e saem às ruas normalmente. **METROPOLITANA FM**, São Paulo, 21 mar. 2020. Disponível em: <<https://metropolitanafm.com.br/coronavirus/coronavirus-moradores-das-periferias-ignoram-alerta-de-quarentena-e-saem-as-ruas-normalmente>>. Acesso em: 1 abr. 2020.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus**: Brasil registra 52.995 casos e 3.670 mortes. 24 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46784-coronavirus-brasil-registra-52-995-casos-e-3-670-mortes>>. Acesso em 24 abr. 2020.
- NASCIMENTO, F. L. **Dinâmicas intraurbanas e mobilidade criminal**: uma análise “ecológica” da criminalidade em Maceió (AL). 2020. 187 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6808>>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- RATCLIFFE, J. The spatial extent of criminogenic places: a changepoint regression of violence around bars. **Geographical Analysis**, v. 44, p. 302-320, 2012.
- WEISBURD, D. Hot spots of crime and place-based prevention. **Criminology & Public Policy**, v. 17, n. 1, p. 5-25, 2018a.
- WEISBURD, D. From criminals to criminal contexts: reorienting crime prevention research and policy. In: WARING, E.; WEISBURD, D. (Eds.). **Crime and social organization**. New York: Routledge, 2018b, p. 215-234.
- WEISBURD, D.; ECK, J. (Eds.). **Unraveling the crime-place connection**: new directions in theory and policy. New York: Routledge, 2017, v. 22.
- WILCOX, P.; CULLEN, F. T. Situational opportunity theories of crime. **Annual Review of Criminology**, v. 1, n. 1, p. 123-148, 2018.
- WILCOX, P.; SWARTZ, K. Social spatial influences. In: BRUINSMA, G.; JOHNSON, S. D. (Eds.). **The Oxford handbook of environmental criminology**.



Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 35-57.

ZILLI, L. F. **O bonde tá formado:** gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta. 2011. 275f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.



Universidade Federal Rural de Pernambuco, julho de 2020  
[www.ufrpe.br](http://www.ufrpe.br)

ISSN: 2446-6662– Versão Eletrônica

**Este artigo está sob uma licença do  
Creative Commons**

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes.

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, desde que sejam para fins não-comerciais

Distribuir obras derivadas somente sob uma licença idêntica à que governa a obra original.





## ANÁLISE DA PRECARIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

*Tarcísio Augusto Alves da Silva*

Professor Associado I, Departamento de Ciências Sociais  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

E-mail: [deescada@yahoo.com.br](mailto:deescada@yahoo.com.br)

*Gilberto Romeiro de Souza Júnior*

Cientista Social, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
na Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: [gilbertorsjr@gmail.com](mailto:gilbertorsjr@gmail.com)

### RESUMO

O principal objetivo do texto é analisar as condições de precarização e intensificação do trabalho docente no Instituto Federal de Pernambuco. Foram utilizadas como metodologias o levantamento bibliográfico e a análise de dados primários a partir de questionários respondidos eletronicamente pelos docentes. A reestruturação da Rede Federal de Educação e a criação dos novos regimentos legais e normativos impactaram o exercício docente, estabelecendo uma nova cultura institucional nos Institutos Federais.

**Palavras-Chave:** Intensificação; Precarização; Trabalho Docente; Instituto Federal.

### ANALYSIS OF THE PRECARIOUSNESS AND INTENSIFICATION OF TEACHING WORK AT THE FEDERAL INSTITUTE OF PERNAMBUCO

#### ABSTRACT

The main objective of the research was to analyze the conditions of precariousness and intensification of teaching work in the Federal Institute of Pernambuco. The methodology used was the bibliographic survey and the analysis of primary data from the questionnaires answered electronically by the professors. The restructuring of the Federal Education Network and the creation of new legal and normative regulations impacted the teaching practice, and with this, establishing a new institutional culture.

**Keywords:** Intensification, Precarization, Teaching Work, Federal Institute.



## Introdução

Diante das mudanças ocorridas nas últimas duas décadas nas instituições federais de ensino superior no Brasil, destacamos os impactos naquelas que formam a rede de Educação Profissional e Tecnológica – EPT, dentre as quais estão os Institutos Federais - IFs. A presença desses Institutos em todo o território nacional é um importante instrumento da Rede Federal de EPT, seja pela ampla estrutura dos *campi* dedicados a formação profissional com impactos no desenvolvimento local, como também pela diversidade de cursos ofertados.

Assim, “é por meio da atuação cotidiana desses profissionais [docentes] que os institutos poderão, afinal, se constituírem como um centro inovador articulado com as economias e culturas regionais” (GOMES, 2016, p. 5).

Entretanto, entre as mudanças estruturais que afetam a Rede, destacam-se as transformações significativas no trabalho dos docentes, as quais permearam aspectos ligados, sobretudo, às relações e condições de trabalho. Nesse contexto, o presente texto se propôs a analisar alguns aspectos das condições de trabalho no Instituto Federal de Educação de Pernambuco - IFPE.

Na nova dimensão estrutural da Rede Federal, os docentes dos IFs adquirem um papel fundamental, mediante as diferentes formas nas quais seu trabalho é desenvolvido, respondendo às diferentes exigências impostas pelos regimes legais e normativos. Com isso, as demandas de trabalho se tornam mais intensas, a partir das imersões em atividades de “ensino, pesquisa, extensão e gestão”.

Com relação aos IFs, são válidas as contribuições de Menezes (2015) a partir das entrevistas realizadas com docentes, nas quais levanta temas importantes relacionados com as práticas cotidianas desses profissionais, bem como seus limites e tensões. Dentre os principais aspectos levantados aparece o



relato da “sobrecarga de trabalho”. Como ainda são relativamente poucas as pesquisas existentes sobre o trabalho docente especificamente nessas instituições, pretendemos, com esse texto, contribuir com o debate a partir da análise de dados primários que foram coletados no âmbito da pesquisa: “A expansão dos Institutos Federais de Educação: perfil político-ideológico e condições de trabalho dos docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica”. A relevância da presente pesquisa está na identificação dos diferentes elementos que caracterizam a intensificação e a precarização no trabalho dos docentes do IFPE.

Os dados foram coletados mediante questionários respondidos eletronicamente pelos docentes dos *campi* do IFPE. O envio foi realizado através de e-mail e ocorreu entre os meses de Outubro e Dezembro de 2017 e o prazo para recebimento das respostas finalizou em janeiro de 2018. Para análise e sistematização dos dados foram utilizadas duas ferramentas: SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) e Microsoft Excel.

## **2. Fragmentos da Educação Profissional e Tecnológica no governo Lula**

Os marcos históricos da Educação Profissional no governo Lula (2003-2011) permitem uma compreensão dos avanços e recuos das políticas educacionais em relação aos governos anteriores, sobretudo, no de Fernando Henrique Cardoso – FHC. Na discussão sobre a reforma da Educação Profissional e Tecnológica é preciso destacar que a Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), concretizou um conjunto de ações e medidas com vistas ao cumprimento dos princípios que constavam no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE do governo Lula que integrava o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC (OTRANTO, 2011).



A fim de avançar em algumas medidas implementadas por Lula em relação à Educação Profissional é necessário destacar, antes, em linhas gerais, que o governo FHC tinha como uma de suas propostas a redução dos gastos públicos, com o afastamento do Estado nos investimentos com a educação pública e, notadamente, a técnico-profissional. Assim, a Portaria MEC n.º 646/97 possibilitou, aos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, a expansão da matrícula no ensino profissional, o que, por outro lado, provocou uma redução nos números de matrículas no ensino técnico<sup>1</sup>. Outra medida que contribuiu para reforma da Educação Profissional nesse período foi o Decreto n.º 2.208/97 que separou o ensino médio do ensino profissional. Diante desse cenário, o ensino profissional brasileiro tornou-se alvo de discussões e críticas por parte de diferentes segmentos e entidades de educação em meados dos anos 1990 (PADOIN; AMORIM, 2016).

Um novo cenário para a Educação Profissional no Brasil começa a surgir quando Lula assume a presidência em 2003. Algumas medidas foram implementadas e marcaram parte da história da educação, além de estarem presentes no PDE com o objetivo de aumentar a oferta gratuita de cursos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, como: o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Programa Brasil Profissionalizado e o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec Brasil).

Com a promulgação da Lei n.º 11.195/2005, houve uma retomada da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, dando maior

---

<sup>1</sup> Os cursos na modalidade “profissionalizante” geralmente possuem uma duração de no máximo seis meses, não tendo, na maioria dos casos, nenhum pré-requisito para cursá-los, sendo possível que o aluno após a conclusão receba apenas o certificado de conclusão. Já o curso técnico leva um tempo maior para ser concluído (geralmente dois anos). É preciso que o aluno esteja cursando o Ensino Médio ou já ter concluído. Para adquirir o diploma é necessário a entrega de um trabalho de conclusão e concluir uma carga horária mínima de estágio.



oportunidade para o debate em torno do tema quando Fernando Haddad assume o Ministério da Educação<sup>2</sup>. O objetivo era expandir o número de unidades que ofereciam a modalidade de Educação Profissional, criando novas Escolas Federais nos Estados, em áreas periféricas dos centros urbanos e do interior, além de atender a perspectiva de Educação Integral proposta no Decreto n.º 5.154/2004.

Ao longo de todo percurso histórico das políticas de Educação Profissional no Brasil, os IFs constituem a síntese de uma das conquistas mais inovadoras da Rede Federal. Com uma proposta pedagógica que agrega desde a educação básica até a superior, essas instituições compartilham de diferentes modalidades de ensino e aprendizagem desde o curso técnico integrado até a pós-graduação com atividades de ensino, pesquisa e extensão articuladas com as forças sociais da região. Assim, tais instituições constituem espaços que contribuem para o desenvolvimento local e regional e que avançam na compreensão de educação profissional e tecnológica como mero instrumento para o ingresso ao mercado de trabalho” (PACHECO, 2011).

### **3. Elementos para uma análise do trabalho docente no Instituto Federal de Pernambuco**

O trabalho docente, enquanto categoria de análise pode ser compreendido a partir das representações e situações de trabalho vividas e compartilhadas pelos

---

<sup>2</sup> Os diferentes projetos e programas da educação receberam a atenção por parte do governo federal como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A máxima que orientou as ações implementadas quando Fernando Haddad assumiu o Ministério da Educação (2005-2012) é de que “sem educação não haverá desenvolvimento ou crescimento no país”, período que coincide com os governos Lula e Dilma. Diante disso, os IFs tem desempenhado um importante papel como instrumento de crescimento e desenvolvimento do país, além da expansão das universidades públicas e dos programas educacionais.



próprios sujeitos e segundo as condições, os recursos e as situações reais de suas atividades cotidianas (TARDIF; LESSARD, 2005), os quais podem ser parcialmente avaliados a partir das regras e regulamentos existentes nas distintas carreiras docentes.

Os docentes dos IFs estão enquadrados na atual carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico– EBTT, criada a partir da Lei n.º 12.772/2012, que define aspectos como os regimes de trabalho, progressões funcionais, avaliações de desempenho e as exigências para o Reconhecimento de Saberes e Competências, aspectos esses que estruturam a nova carreira docente EBTT.

No caso do IFPE, seu Conselho Superior aprovou em 2015 a Resolução nº 20 que normatiza o trabalho docente. Nesse instrumento está elencada, além do agrupamento de docentes por categoria, a especificação de todas as atividades por eles desenvolvidas relativas ao ensino, pesquisa/inação, extensão, estudo/planejamento/avaliação e administrativo-pedagógica. As novas demandas administrativas e o desenvolvimento de uma nova cultura organizacional, oriundas das transformações ocorridas na Educação Profissional e Tecnológica, têm interferido no corpo docente com implicações diretas no seu exercício profissional. Fica claro que diante das novas exigências, o trabalho docente tem se complexificado, no qual, conforme apontam Baccin e Shiroma (2016) cada vez mais tem se criado formas de regular e controlar esse trabalho, pouco ou nada se importando com a saúde física ou psicológica de seus profissionais.

Segundo Menezes (2015) o trabalho docente está submetido a um processo constante de produção de novos equipamentos e tecnologias, sendo atravessado pelo “paradigma tecnocientífico”, o que provoca novas formas de organização, de ritmos e de sentidos para a ação docente. Esse aspecto é verificado na dinâmica



dos IFs que continuamente tem feito com que os professores se envolvam num conjunto diverso de atividades como exigência da profissão, mas que, por outro lado, todo esse processo tem gerado riscos contínuos para a profissionalização docente. Suas atividades requerem um tempo que muitas vezes vai além daquele estabelecido no contrato de trabalho e que sua execução não se limita ao ambiente da instituição, tendo, no entanto, que continuá-las em suas residências, nos tempos de lazer e nos finais de semana.

Essas configurações do trabalho docente são frutos das exigências legais e administrativas que, além da legislação já mencionada, existem outros instrumentos de regulação. A Portaria MEC nº 554/2013, que estabelece os critérios para avaliação de desempenho e para a progressão docente alinhados às normas estabelecidas pelo Conselho Superior competente a cada instituição, leva em consideração os seguintes critérios: atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão, assiduidade, qualidade do trabalho, desempenho acadêmico. Outro instrumento é a Portaria MEC/SETEC nº 17/2016, que regulamenta as diretrizes acerca de carga horária para cada atividade específica, prazos para elaboração e encaminhamento dos planos e relatórios dos trabalhos dos docentes (DOMINIK, 2017).

Ao se tratar das condições de trabalho docente é necessário levar em conta à composição salarial na carreira docente EBTT pois seu regime de trabalho está situado entre jornadas de 20 e 40 horas semanais, variando entre dedicação exclusiva e sem dedicação exclusiva. Esse aspecto ajuda a compor os salários dos professores que variam quando acumulam funções de gestão concomitantes à função de docente, nos quais são gratificados com remunerações extras.

Destaca-se, também, o “Reconhecimento de Saberes e Competências” – RSC, sendo considerando um marco histórico na valorização da carreira docente



EBTT. Com a concessão do RSC ocorreu uma melhora na questão salarial docente, tornando, assim, a carreira mais atrativa<sup>3</sup>.

Os elementos destacados anteriormente levantam uma série de indicadores que contribuem para uma compreensão acerca da precarização do trabalho docente nos IFs. Para Dal Rosso (2008, p. 30) “os indicadores permitem estudar e evidenciar os diversos aspectos do fenômeno da intensificação do trabalho, como horários, ritmos, velocidade, dimensões físicas, cognitivas e emotivas, autonomia, polivalência”.

Destaca-se que o estudo da precarização do trabalho docente não se limita a visão restrita de considerar sistematicamente esse tipo de trabalho como “precário”, a partir dos contratos temporários e sem vínculo empregatício. Ainda nessa direção estariam aqueles elementos também advindos do processo de reestruturação produtiva que repercutem nas questões salariais e na diminuição dos direitos trabalhistas.

No entanto, ao ampliar o conceito de precarização é possível analisar, a partir de um conjunto de variáveis, as diferentes atividades e esferas nas quais os docentes dos IFs estão envolvidos diretamente, contribuindo para o surgimento de novas formas de organização, de ritmos e de sentidos para o trabalho.

Por fim, com relação à atual estrutura da carreira docente EBTT de 2012, ela tem contemplado o cargo isolado de professor titular, ocupada por professores que se submeteram a concurso específico antes da promulgação da nova lei da carreira; foi recriada a classe titular como específica da carreira,

---

<sup>3</sup> O Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC é um direito da carreira de Magistério Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico previsto na Lei nº. 12.772/2012 que permite a percepção de retribuição de titulação equivalente ao nível de especialização, mestrado e doutorado, sem possuir os referidos títulos. Sendo assim, a equivalência do RSC com a titulação ocorre nos seguintes níveis: 1) Diploma de graduação + RSC I equivale ao título de especialização, 2) Diploma de pós-graduação lato-sensu + RSC II equivale ao título de mestrado e 3) Diploma de mestrado + RSC III equivale ao título de doutorado.



conformando o “topo” da carreira; houve a fusão das antigas classes DIV e DV e as classes DI e DII passaram a ter apenas dois níveis, enquanto que as classes DIII e DIV passaram a ter quatro níveis. Ao ingressar via concurso na carreira, o docente, independentemente de sua titulação, ingressa no nível 1 (da Classe DI), que, por merecimento, segundo avaliação realizada a cada dois anos, avança nos níveis e, pela titulação (após estágio probatório) pode avançar em promoção acelerada para o nível 1 da classe DII (com o título de especialista) ou para o nível 1 da classe DIII (com titulação de mestrado ou doutorado) (DOMINIK, 2017). Destaca-se, também, que a atual carreira dos docentes EBTT equiparou-os com os docentes do magistério superior, inclusive financeiramente.

#### **4. Trabalho Docente no IFPE: análise a partir de dados primários de pesquisa**

Este tópico analisa aspectos do trabalho docente no IFPE a partir dos dados coletados nos questionários respondidos eletronicamente pelo corpo docente dos diferentes *campi* em Pernambuco. Os dados foram divididos nos seguintes eixos: 1º) Perfil dos professores, 2º) Educação e áreas de atuação, 3º) Trabalho e Renda 4º) Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão.

##### **I - Perfil dos professores**

Do total de docentes participantes da pesquisa 61% se classificaram do sexo masculino e 39% do sexo feminino. Dentre os principais fatores que contribuem para essa diferença de percentual está a formação e atuação dos docentes nas áreas de exatas, tecnologia e engenharias que em sua grande maioria ainda é constituída por profissionais do sexo masculino que estão envolvidos em disciplinas e atividades nessa área.



No conjunto (masculino/feminino) em relação à faixa de idade, a maior predominância foi entre 33 e 34 anos de idade com percentual de 6,8% e 7,8% respectivamente. Isso diz respeito aos novos docentes-pesquisadores que ingressaram na instituição nos últimos anos, sobretudo a partir da criação da Rede Federal e dos IFs em 2008. São docentes que, na sua maioria, concluíram a graduação e a pós-graduação entre os 30-35 anos, tendo, em seguida, ingressado na instituição. No entanto, desde 2016 essa possibilidade tem se reduzido, dado aos cortes de recursos nos investimentos em ciência e tecnologia e no orçamento do Ministério da Educação e órgãos de financiamento.

Na variável “Cor/Raça” 52% se declararam branco/a, 39% pardo/a, 6% preto/a, 1% amarelo/a e 2% não se classificaram em nenhuma das categorias. Essa maior incidência de brancos/as pode estar relacionada diretamente com a classe social, permitindo levantar a hipótese que mais da metade do corpo docente é composta por indivíduos oriundos de classe média com padrão de vida familiar relativamente estável.

Na variável “Estado Civil” 74% se enquadram como casado/a ou em união estável enquanto que solteiro/a o percentual é de 21% e separado/a divorciado/a 3% .

## II – Educação e áreas de atuação

Referente à última titulação/qualificação, 53% dos docentes são mestres, 33% são doutores, um percentual menor possui especialização (10%), com estágio pós-doutoral (3%) e apenas o nível de graduação (1%). São profissionais que possuem um nível de formação e qualificação elevados entre as diferentes áreas do conhecimento, equiparando-se, também nesse aspecto, aos docentes do Magistério Federal do Ensino Superior.



Quanto à área de formação na graduação há uma predominância na área das Ciências Exatas e da Natureza (18,4%), seguida das Ciências Humanas (17,5%), Ciências Sociais Aplicadas (16,5%), Linguística, Letras e Artes (13,6%) e as áreas com menores percentuais estão Ciências Agrárias (7,8%) e Ciências Biológicas e Ciências da Saúde (5,8%) respectivamente, atuando em atividades que perpassam os diferentes níveis e modalidades de ensino. Ou seja, há um percentual maior de “mestres” em três áreas que se destacaram: Ciências Exatas e da Natureza, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas (nas quais juntas atingiram 52,45%).

Ainda com relação à área de atuação, mas agora com enfoque no Instituto Federal, os dados revelaram também que nessa instituição as áreas são muito diversificadas em relação aos diferentes campos do conhecimento, tendo em vista serem as mesmas nas quais os docentes possuem formação. Assim, destacaram-se que 22,3% atuavam na área das Ciências Exatas e da Natureza, 18,4% nas Ciências Humanas, 15,5% - Ciências Sociais Aplicadas, 11,7% - Linguagem, Letras e Artes, 9,7% - Engenharias, 8,7% - Ciências Agrárias, 5,8% Ciências Biológicas, 4,9% - Ciências da Saúde e com o menor percentual (2,9%) estão aqueles que atuam em áreas multidisciplinares.

Quando perguntados sobre a variável “grau de satisfação com a profissão docente”, 65% responderam que estão muito satisfeitos, 28,2% estão mais ou menos satisfeitos e 5,8% mais ou menos insatisfeitos. Constatou-se, então, que no IFPE a maior parte dos docentes se sentem satisfeitos com a sua profissão o que tem relação com uma série de fatores que tornam o trabalho na instituição atrativo como: estabilidade, possibilidade de promoção e progressão na carreira, o atrativo salarial e a possibilidade de atuarem em atividades de pesquisa e extensão, a realização pessoal ou gosto pela profissão dentre outros.



### III – Trabalho e Renda

Com relação ao contrato de trabalho dos docentes 82,5% são estatutários em dedicação exclusiva, 8,7% estatutários em regime de 40 horas e 7,8% estatutários em regime de 20 horas. Devido à maioria atuar em regime de dedicação exclusiva, se envolve em atividades e em funções, além do ensino, e que lhes demandam um tempo de trabalho que vai além das 40 horas na instituição, ocupando os horários de lazer e os finais de semana. Nessa perspectiva, Maia (2014, p.153) afirma que “a falta de tempo se tornou um processo ‘natural’ entre os docentes, afinal realizam suas atividades em outros espaços e lugares e, desta forma torna borradas as barreiras de trabalho e não trabalho, de tempo livre e não livre”, contribuindo, continuamente, para um aumento da intensificação do trabalho.

E quando perguntados se recebem, além do seu salário, alguma modalidade de bolsa 89% afirmaram que não e apenas 10% responderam afirmativamente. O recebimento ou não de alguma espécie de “bolsa” diz respeito, por exemplo, aos financiamentos por parte das agências e órgãos de fomento para projetos de pesquisa/extensão que, periodicamente, lançam suas chamadas de convocação através dos editais ou pode ser alguma “bolsa” oriunda de algum trabalho/estudo desenvolvido fora da instituição.

Essa tendência também segue quando perguntados se recebem por cargo de direção ou função gratificada, sendo 23% o percentual daqueles que recebem (por estarem ocupando outro(s) cargo(s) envolvendo diferentes instâncias da instituição) e 77% dos que não recebem. Com isso, pode-se constatar que o salário de mais de 70% dos docentes participantes da pesquisa não é acrescido de outras gratificações provenientes de bolsas ou por cargos de direção.



#### IV- Ensino, Gestão, Pesquisa e Extensão

Considerando a jornada de trabalho semanal como sendo o número de horas/aula efetivamente trabalhadas, 70% dos docentes responderam que essa jornada é de até 40 horas semanais, 16,5% de 40 a 44 horas semanais e 10,7% de 45 a 50 horas semanais. Mesmo tendo uma predominância na jornada de 40 horas semanais, mas quando somada às horas de estudo e preparação para as aulas essa jornada atinge um tempo muito maior. E com relação à carga horária em sala de aula dois resultados se destacaram: o primeiro é o percentual de 11,7% daqueles com 12 horas/aula semanal e o segundo é o que representa 10,7% com 8 horas/aula semanal.

Ainda com relação a jornada de trabalho e a carga horária em sala de aula foi perguntado o “número de turmas” e de “alunos” do semestre (considerando o segundo semestre de 2017 quando foi enviado o questionário da pesquisa). No tocante às turmas destaca-se que 23,3% estavam trabalhando com 4 turmas e 16,5% com 5 turmas, já com relação ao número de alunos houve um percentual maior daqueles que trabalhavam com 100 alunos (11,7%) e 80 e 120 alunos respectivamente (10,7%). Ou seja, o “número de turmas e de “alunos” nos quais os mesmos professores se ocupam são fatores importantes a se considerar na avaliação da carga de trabalho (TARDIF; LESSARD, 2005).

Sabendo que os docentes atuam em diferentes níveis de Educação Profissional e Tecnológica destacou-se que os maiores percentuais foram daqueles que estavam vinculados ao Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio (42,7%) e ao Ensino Técnico Subsequente (ao Ensino Médio) (33%). Esse resultado aponta para o fato da maioria lecionar disciplinas ou da Base Nacional Curricular Comum ou da parte técnica, com um público de estudante diversificado no nível integrado ou subsequente. Do total dos participantes apenas 6,8% estavam



vinculados ao Ensino Superior Tecnológico. Isso está relacionado ao fato de que apenas quatro *campi* do IFPE ofertam curso superior tecnológico, são eles: EaD, Igarassu, Barreiros e Recife.

O vínculo dos professores com programa de pós-graduação nos *campi* do IFPE representa um percentual de 21%. Esse resultado é fruto também do baixo número de *campi* que ofertam esse nível de ensino, destacando-se apenas os de Recife, Olinda, Garanhuns, Jaboatão dos Guararapes e a EaD com nível de especialização e/ou mestrado. O trabalho desses profissionais também está condicionado à participações em comissões institucionais, exigindo-lhes mais tempo e uma sobrecarga de trabalho, passando a estar envolvidos com reuniões administrativas, elaboração de documentos e atendimentos paralelas às outras demandas. Nesse sentido, em ordem decrescente os resultados atingidos foram: 47,6% participam apenas de comissões do campus, 20,4% participam de comissões institucionais e de campus, 16,5% participam apenas de comissões institucionais e 14,6% não participam de nenhuma das comissões mencionadas.

A intensificação de trabalho docente também está relacionada à produção intelectual oriunda das atividades de ensino, pesquisa e extensão. No questionário foram mencionadas como produções à elaboração de artigos científicos, capítulos de livros, livros e anais de eventos nos últimos três anos, nos quais se destacaram: 30,1% tinham até duas produções, 23,3% de 3 a 5 produções e 19,4% mais que 6 produções. É um perfil de docentes que, nesse aspecto, também se assemelha àqueles das universidades federais que investem nas produções acadêmicas e publicações científicas.

Um conjunto de atividades é habitual nas rotinas de trabalho dos docentes. Dentre um conjunto de atividades, destacam-se duas que são realizadas por mais da metade dos professores: orientação de estudantes em projetos de extensão e supervisão de estudantes em estágio, que tiveram, respectivamente, 47% e 45%.



Como se pode observar as atividades realizadas pelos docentes foram ampliadas e tornaram-se mais complexas na medida em que mais trabalhos foram demandados em menos tempo, e que segundo Dal Rosso (2008) *apud* Maia (2014, p. 154-155):

se admitirmos que além do processo de intensificação existe também uma intensidade despendida para sua realização, haverá no desenvolvimento das atribuições diárias em esforço físico, mental, afetivo e a aplicabilidade de “saberes adquiridos através do tempo ou transmitido pelo processo de socialização.

Outras atividades também se destacaram entre os docentes do IFPE que devido a sua multiplicação, ao encurtamento dos prazos, a aceleração das dinâmicas do próprio trabalho e a sobrecarga das atividades contribuem para a ampliação do fenômeno da “precarização do trabalho docente”, tornando, com isso, complexa a análise da relação do docente com as atividades realizadas. Fazendo referência às atividades desenvolvidas pelos docentes, Maia (2014, p. 159) afirma que:

[...] essas atividades não acontecem todas simultaneamente ou ao menos nas mesmas proporções. Os professores que têm projetos ou programas de extensão de grande porte, eventualmente, deixam de realizar pesquisa por algum tempo e vice-versa. Em parte, considerando que normalmente esses projetos têm outros participantes, é possível que haja certa divisão de tarefas ou revezamento entre os membros da equipe de pesquisa/extensão.

Quanto ao local de trabalho docente, esse ultrapassa o ambiente institucional, incidindo-se também em outros locais e horários que são dedicados à família e ao lazer durante os finais de semana. É comum os professores utilizarem esses tempos e espaços para estudos e leituras, preparação de aula, correção de atividades e avaliações, envios e repostas de emails, elaboração de trabalhos científicos para submissões em eventos e revistas. Através dos dados constatamos que 37,9% responderam que “sim, esporadicamente” trabalham nos finais de semana, 30,1% “sim, quase todos os finais de semana”, 17,5% “não



trabalham” e 14,6 % “trabalham todos os finais de semana”. Desta maneira, Maia (2014, p. 150) nos ajuda a pensar sobre esse contexto ao afirmar que:

[...] não é mais necessário estar no local de trabalho para saber os acontecimentos, prover as ações e tomar decisões, pois, novamente a relação com a informação (como o email ou telefone, por exemplo) facilitada pelos meios de comunicação, torna intensa a prática da atividade do professor.

## 5. Considerações finais

As condições de trabalho dos docentes do IFPE são marcadas por uma teia complexa de atividades e atribuições ligadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão. No entanto, o tempo para realização das diferentes atividades que constituem esses pilares tem sido curtos, chegando a se incidirem em outros tempos e espaços dedicados ao descanso, ao lazer e aos finais de semana, levando os docentes a conviverem, continuamente, com uma sobrecarga de trabalho.

Destaca-se que as reformas educacionais desde meados dos anos 1990 e os dispositivos legais e normativos que passaram a regulamentar o trabalho docente contribuíram para um intenso processo de precarização, verificado a partir dos resultados obtidos do conjunto de variáveis relacionadas, principalmente, à algumas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O perfil dos docentes tem se aproximado daqueles do Magistério Superior Federal tanto em relação ao nível de qualificação quanto ao envolvimento no conjunto de atribuições e atividades institucionais, implicando, com isso, num ritmo de trabalho que tem impactos diretos na profissionalização do professor.

O texto apresentado contribui, portanto, para o aprofundamento das discussões acerca dos diferentes elementos que caracterizam o trabalho docente nos IFs. Pesquisas e estudos com foco nesse segmento têm começado a ganhar



visibilidade no campo da Sociologia do Trabalho, nos últimos anos, tendo em vista a importância desses profissionais frente às atividades voltadas ao ensino profissional e tecnológico, às atividades de extensão e de pesquisas científicas nos diferentes campos do conhecimento.

*Recebido em 23 de abril de 2020*

*Aprovado em 17 de junho de 2020.*



## Referências

BACCIN, E. V. C.; SHIROMA, Eneida Oto. A intensificação e precarização do trabalho docente nos Institutos Federais. **Revista Pedagógica**. v. 18, n. 39, set./dez. 2016. p. 129-149.

BRASIL. **Decreto nº 5154 de 23 de Julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 09 Out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.208 de 17 de Abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm). Acesso em 09 Out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.195 de 18 de Novembro de 2005**. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm). Acesso em 09 Out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008a**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/.../L11892.htm>>. Acesso em: 23 Ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm). Acesso em: 09 Out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 17 de 11 de Maio de 2016**. Estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia//asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521280/do1-2016-05-13-portaria-n-17-de-11-de-maio-de-2016-21521206](http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521280/do1-2016-05-13-portaria-n-17-de-11-de-maio-de-2016-21521206). Acesso em: 09 Out. 2017.



\_\_\_\_\_. **Portaria nº 554 de 20 de Junho de 2013.** Estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30686939/do1-2013-06-21-portaria-n-554-de-20-de-junho-de-2013-30686935](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30686939/do1-2013-06-21-portaria-n-554-de-20-de-junho-de-2013-30686935). Acesso em 09 Out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 646, de 14 de Maio de 1997.** Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf). Acesso em 09 Out. 2017.

DAL ROSSO, Sadi. Intensificação do trabalho – teoria e método. In.: DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José Augusto Abreu Sá (orgs.). **Condições de trabalho no limiar do século XXI.** Brasília: Época, 2008.

DOMINIK, Érik. **A carreira docente EBTT: aspectos específicos e legislação.** Bambuí: Minas Gerais, 2017.

GOMES, Darcilene. C. **A expansão dos Institutos Federais de Educação: perfil político-ideológico e condições de trabalho dos docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica.** Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2016. (Projeto de Pesquisa).

IFPE. **Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI.** Disponível em: <[https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/documentos-norteadores/projeto-politico-pedagogico-institucional-pppi-\\_2009-2013.pdf/view](https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/documentos-norteadores/projeto-politico-pedagogico-institucional-pppi-_2009-2013.pdf/view)>. Acesso em: 10 Jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 20/2015.** Aprova a normatização do trabalho docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Recife, PE, 2015. Disponível em: <<http://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2015/resolucao-20-2015-aprova-normatizacao-do-trabalho-docente.pdf/view>>. Acesso em: 09 Out. 2017.

MAIA, Fernanda Landolfi. **O paradoxo da intensificação: uma análise do trabalho dos professores do Ensino Superior Público Federal.** 2014. 293f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.



MENEZES, Graziela. N. D. O trabalho docente na educação profissional e técnica. In: 37º Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação – **Anais**, Florianópolis, ANPEd, 2015.

OTRANTO, Celia Regina. **A política de Educação Profissional do governo Lula**. In: 34ª Reunião Anual da ANPed – **Anais**, Natal, 2011.

PACHECO, E. **Institutos Federais – uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011.

PADOIN, Egre, AMORIM, Mário Lopes. O percurso da Educação Profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais nesse contexto. In; 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – **Anais**, Florianópolis, 2016.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O Trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interação humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.



Universidade Federal Rural de Pernambuco, julho de 2020  
[www.ufrpe.br](http://www.ufrpe.br)

ISSN: 2446-6662– Versão Eletrônica

**Este artigo está sob uma licença do  
Creative Commons**

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes.

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, desde que sejam para fins não-comerciais

Distribuir obras derivadas somente sob uma licença idêntica à que governa a obra original.





## ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

A **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** é uma publicação semestral do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Campus Dois Irmãos. Define-se como um periódico científico que se dedica à publicação de artigos, resultantes de atividades de pesquisa, resenhas, traduções e entrevistas. Propõe-se a divulgar a produção acadêmica nas Ciências Sociais e áreas afins.

São aceitos para a publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** artigos científicos inéditos, caracterizados como de interesse à difusão de ideias e ao desenvolvimento das áreas de Ciências Sociais e áreas afins.

O material para publicação deverá ser encaminhado de acordo com o disposto nas normas para publicação da revista. Os autores, ao submeterem artigos para publicação na Revista **Cadernos Ciências Sociais da UFRPE**, serão legalmente responsáveis pela garantia de que o trabalho não constitui infração de direitos autorais, isentando o Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, e o Comitê Editorial da Revista, de qualquer responsabilidade.

Os trabalhos serão examinados pelo sistema *Double Blind Review*, no qual os autores não são identificados pelos pareceristas em nenhuma fase do processo da avaliação e vice-versa.

Os artigos científicos submetidos à análise para publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** devem ser originais, não tendo sido publicados em outros meios de comunicação ou estarem sendo avaliados para publicação em outro periódico. Devem apresentar contribuição para o debate nas Ciências Sociais e áreas afins.

Os artigos poderão ser escritos por até 3 autores e conter no mínimo 15 páginas e no máximo de 20 páginas, sem as referências.

Somente serão aceitas submissões de trabalhos em que o primeiro autor possua titulação mínima de mestre.

Para garantir o anonimato no processo de avaliação, o(s) autor(es) deve (m) anexar o arquivo com o artigo sem qualquer identificação no texto. Um arquivo complementar deverá ser anexado com a identificação do(s) autor(es) devendo-se incluir nome **completo, vínculo institucional, vínculo com programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, endereço postal e eletrônico**. Neste arquivo



pode-se incluir também notas de agradecimento a pessoas ou instituições financiadoras e/ou outras desejadas pelo(s) autor(es).

Os artigos serão avaliados pelo sistema *Peer Review* – Revisão por pares.

Ao enviar o material para publicação, o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, em conformidade com o Regulamento da Revista. Os autores que tiverem seus artigos publicados receberão 2 (dois) exemplares do número da Revista.

O envio do artigo a Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** implica autorização para publicação, ficando acordado que não serão pagos direitos autorais de nenhuma espécie. Uma vez publicados os textos, a Revista se reserva todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo sua posterior reprodução como transcrição e com devida citação de fontes.

O artigo a ser submetido deve conter:

- a) título: que represente adequadamente o conteúdo do trabalho, com no máximo 17 (dezesete) palavras, em negrito, fonte 12, centralizado;
- b) resumo: em 1 (um) único parágrafo que contenha objetivo, metodologia, os principais resultados e conclusões, com até 6 linhas, fonte 12, espaçamento simples;
- c) palavras-chave: no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) – Conforme **Norma 6028** da ABNT;
- d) *abstract* (tradução do resumo para a língua inglesa);
- e) *keywords*;
- f) introdução, objetivos, metodologia, desenvolvimento (revisão, resultados e discussões), conclusões ou considerações finais. Não necessariamente com estes títulos;
- g) referências: devem seguir as especificações adotadas pela ABNT e listadas, em ordem alfabética, ao final do artigo. Devem ser incluídas apenas as referências citadas no texto.

Os trabalhos devem ser encaminhados exclusivamente pelo sistema: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais>

*Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE.*  
*Editor - Professor Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva*  
*E-mail: [revistacadernosociencias@ufrpe.br](mailto:revistacadernosociencias@ufrpe.br)*



Universidade Federal Rural de Pernambuco, julho de 2020  
[www.ufrpe.br](http://www.ufrpe.br)

ISSN: 2446-6662– Versão Eletrônica

**Este artigo está sob uma licença do  
Creative Commons**

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes.

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, desde que sejam para fins não-comerciais

Distribuir obras derivadas somente sob uma licença idêntica à que governa a obra original.

